



ACADEMIA MILITAR

Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública

Autora: Aspirante de Cavalaria da GNR Sara Isabel Rosado dos Santos

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major de Cavalaria da GNR Carlos Manuel Henriques de Almeida

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014



ACADEMIA MILITAR

Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública

Autora: Aspirante de Cavalaria da GNR Sara Isabel Rosado dos Santos

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major de Cavalaria da GNR Carlos Manuel Henriques de Almeida

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014

Dedicatória

Aos meus pais, irmãs e a ti.

Agradecimentos

A realização da presente investigação é uma tarefa de alguma complexidade que contou com a contribuição de inúmeras pessoas. Com o seu saber e a sua experiência, estas foram fundamentais para a concretização do trabalho. Cabe-me apresentar o meu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para esta investigação.

Primeiramente, quero demonstrar a minha gratidão para com o orientador, Professor Doutor José Fontes, que sempre me apoiou, desde da realização do projeto da investigação até à concretização do relatório final. O empenho e dedicação com que me orientou, estando sempre disponível para me ajudar, foram essenciais à realização deste trabalho.

Em segundo lugar, e não menos importante, quero agradecer ao meu coorientador, Major Carlos Almeida, pela total disponibilidade e apreço que demonstrou ao longo da realização do trabalho. O seu permanente apoio facilitou o processo de investigação e permitiu enquadrar o trabalho, da melhor forma, na visão da GNR.

Expresso o meu agradecimento à Dr.^a Carla Pereira por todo o tempo que disponibilizou para me auxiliar na parte prática da investigação, dando um contributo significativo para a aplicação e análise das entrevistas. O seu conhecimento e experiência ao nível da formação concorreram para concretização do relatório final.

Agradeço ao Tenente-Coronel Bento e ao Tenente-Coronel Oliveira pela forma como me receberam e por toda a informação disponibilizada relativamente às operações das quais foram comandantes.

A todos os graduados entrevistados que, através de todo o conhecimento e experiência, enriqueceram de forma notável o conteúdo desta investigação.

Por fim, a todas as pessoas que se disponibilizaram para ler o trabalho e que com o seu espírito crítico colaboraram de forma crucial para corrigir eventuais erros.

A todos aqueles que, embora possam não ter sido referenciados, contribuíram de alguma forma para a presente investigação.

O meu sincero obrigado!

Epígrafe

*“O que prevemos raramente ocorre; o que menos esperamos
geralmente acontece.”*
(Benjamin Disraeli)

*“Evidentemente, a vida social admite o mínimo de desordem,
daí a ordem pública representar o ponto de equilíbrio entre a
desordem suportável e a ordem indispensável.”*
(Clemente, 2009, p. 122)

Resumo

No âmbito da segurança interna, o Estado tem como prioridade a garantia da ordem, da segurança e da tranquilidade públicas. Neste sentido, emerge a atribuição de missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública às Forças de Segurança. Enquadrada neste tipo de missões, a GNR possui capacidade para atuar em agrupamento, ou seja, com uma força única constituída por militares com especializações distintas, nomeadamente, de infantaria, de cavalaria e de cinotecnia.

A formação é um fator essencial para a aquisição de conhecimentos e competências, promovendo o desenvolvimento pessoal e organizacional. Neste contexto, surge a presente investigação subordinada ao tema “Da formação (integrada) nos cursos de ordem pública” que tem como principal objetivo identificar as vantagens e as desvantagens da adoção de um sistema de formação conjunta nos cursos de ordem pública.

O presente relatório encontra-se estruturado em três partes fundamentais, nomeadamente, a parte teórica, a parte prática e a parte conclusiva. Na primeira é efetuada a revisão da literatura, de seguida na parte prática são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos com as técnicas de recolha de dados utilizadas, designadamente, a análise documental e a aplicação de entrevistas. Estes instrumentos permitiram dar resposta às questões e verificar as hipóteses colocadas no início do trabalho.

A conceção de um sistema de formação conjunta permitiria a criação de doutrina no que diz respeito ao empenhamento das três valências aptas a desempenhar missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, melhorando ainda a coordenação e articulação, a interoperabilidade entre as mesmas, bem como a aquisição de conhecimento por parte de cada uma das forças das potencialidades e vulnerabilidades das restantes. Desta forma, as dificuldades identificadas através do estudo efetuado das duas operações analisadas, designadamente, da operação no IC 2 e da EURO 2004, e dos treinos conjuntos, poderiam ser minimizadas, salvaguardando as partes específicas de formação de cada uma das forças.

Palavras-chave: GNR; Ordem Pública; Cursos; Formação conjunta.

Abstract

In the context of internal security, the state has, as a priority, to guarantee order, security and public tranquility. The Security Forces are assigned missions of maintenance and restoration of public order. In such missions, the GNR has the capacity to work in a group, ie, as a single force, composed of military personnel with different specializations, including infantry, cavalry and cinotecnia.

Training is an essential factor for the acquisition of knowledge and skills, promoting personal and organizational development. In this framework, comes the presente investigation under the theme Integrated Training Courses for Public Order. This aims to identify the advantages and disadvantages of adopting a system of joint training courses in public order.

This research is structured in three main parts, namely, the theoretical part, the practical part and the conclusive part. The first part contains a review of the literature. The second part analyzes and discusses the results with the data collection techniques used, namely, document analysis and interviews. These instruments gave us the answers to questions and enabled us to verify the assumptions made at the beginning of the work.

The design of a system of joint training would allow the creation of doctrine, with regard to the engagement of the three able forces to perform in missions of maintenance and restoration of public order while improving coordination and joint interoperability between these forces, as well as acquisition of knowledge by each of the forces of the potentialities and vulnerabilities of others. Thus, the difficulties identified by the study performed of the two operations examined, namely, the operation in the IC 2 and EURO 2004, and joint training, could be minimized while safeguarding the specific parts of training of each of the forces.

Keywords: GNR; Public Order; Courses; Joint training.

Índice geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice geral.....	vii
Índice de figuras	xi
Índice de quadros e tabelas.....	xii
Lista de apêndices e anexos.....	xiv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xv
Capítulo 1 — Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento da investigação	1
1.3. Importância da investigação e justificação da sua escolha	2
1.4. Questão de partida e suas derivadas.....	3
1.5. Definição dos objetivos	4
1.6. Hipóteses da investigação	4
1.7. Metodologia.....	5
1.8. Enunciado da estrutura do trabalho.....	6
Capítulo 2 — Da segurança à ordem pública	7
2.1. Introdução	7

2.2. O Estado Português e as suas finalidades	7
2.3. Segurança.....	8
2.4. Ordem pública: conceito	10
2.5. Manutenção da ordem pública como função das Forças de Segurança.....	13
2.6. Liberdade e direito de reunião ou manifestação	15
 Capítulo 3 — Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública na Guarda Nacional Republicana	16
3.1. Introdução	16
3.2. A Guarda Nacional Republicana	16
3.3. Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública.....	17
3.3.1. A Unidade de Intervenção	19
3.3.2. A Unidade de Segurança e Honras de Estado.....	20
3.4. Ordem pública em agrupamento	20
 Capítulo 4 — Formação na Guarda Nacional Republicana.....	23
4.1. Introdução	23
4.2. A formação nas organizações	23
4.3. A formação na Guarda Nacional Republicana.....	24
 Capítulo 5 — Metodologia e procedimentos	26
5.1. Introdução	26
5.2. Método de abordagem	26
5.3. Técnicas e procedimentos utilizados na recolha de dados.....	27
5.4. Amostragem e justificação.....	29
5.5. Materiais e instrumentos utilizados	31

Capítulo 6 — Apresentação, análise e discussão dos resultados	32
6.1. Introdução	32
6.2. Análise documental.....	32
6.3. Entrevistas.....	34
6.3.1. Análise qualitativa das respostas dadas às entrevistas	35
6.3.2. Análise quantitativa das respostas dadas às entrevistas	42
Capítulo 7 — Conclusões e recomendações	52
7.1. Introdução	52
7.2. Verificação das hipóteses e perguntas derivadas	52
7.3. Resposta à pergunta de partida e reflexões finais	54
7.4. Recomendações e limitações	55
7.5. Propostas de investigação subsequente.....	56
Referências bibliográficas.....	57
Apêndices.....	61
Apêndice A — Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.....	62
Apêndice B — Carta de apresentação	63
Apêndice C — Guião de entrevista n.º 1	64
Apêndice D — Guião de entrevista n.º 2	66
Apêndice E — Guião de entrevista n.º 3	68
Apêndice F — Guião de entrevista n.º 4.....	70
Apêndice G — Análise quantitativa dos resultados da Questão A.....	72
Apêndice H — Análise quantitativa dos resultados da Questão B.....	75
Apêndice I — Análise quantitativa dos resultados da Questão C	78
Apêndice J — Análise quantitativa dos resultados da Questão D.....	82
Apêndice K — Codificação das respostas das entrevistas.....	86

Anexos.....	88
Anexo A — Modelo de uso da força	89
Anexo B — Estrutura da Unidade de Intervenção.....	90
Anexo C — Estrutura da Unidade de Segurança e Honras de Estado.....	91
Anexo D — Relatório sobre a operação efetuada no IC 2- Rio Maior- em 24NOV98	92
Anexo E — Excerto da diretiva operacional relativa ao Plano de Segurança da GNR para a UEFA EURO 2004	96
Anexo F — Anexo ao regulamento do CMOP	102
Anexo G — Anexo ao regulamento do CRMOP	103

Índice de figuras

Figura n.º 1 — Análise das estruturas curriculares do CMOP e CRMOP	33
Figura n.º 2 — Formação Conjunta — Modelo A	50
Figura n.º 3 — Formação conjunta — Modelo B.....	51
Figura n.º 4 — Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.....	62
Figura n.º 5 — Modelo de uso da força.....	89

Índice de quadros e tabelas

Quadro n.º 1 — Entrevistados da operação no IC 2 - Rio Maior	29
Quadro n.º 2 — Entrevistados da operação EURO 2004	30
Quadro n.º 3 — Entrevistados com experiência em treinos conjuntos	31
Quadro n.º 4 — Oficiais responsáveis pelas secções de formação e treino das unidades	31
Quadro n.º 5 — Análise de conteúdo da questão G1.P1	36
Quadro n.º 6 — Análise de conteúdo da questão G1.P2	37
Quadro n.º 7 — Análise de conteúdo da questão G2.P1, da operação no IC 2	38
Quadro n.º 8 — Análise de conteúdo da questão G2.P1 no EURO 2004	39
Quadro n.º 9 — Análise de conteúdo da questão G3.P1	40
Quadro n.º 10 — Análise de conteúdo da questão G3.P2	41
Quadro n.º 11 — Análise quantitativa da frequência dos seguimentos das respostas dadas à Questão A	43
Quadro n.º 12 — Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão B	45
Quadro n.º 13 — Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão C	46
Quadro n.º 14 — Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão D	49
Quadro n.º 15 — Codificação da Questão A e análise das suas respostas	72
Quadro n.º 16 — Análise da Questão B e análise das suas respostas	75
Quadro n.º 17 — Codificação da Questão C e análise das suas respostas	78
Quadro n.º 18 — Codificação da Questão D e análise das suas respostas	82
Quadro n.º 19 — Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão A	86
Quadro n.º 20 — Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão B	86

Quadro n.º 21 — Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão C	87
Quadro n.º 22 — Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão D	87
Tabela n.º 1 — Potencialidades e vulnerabilidades das forças de Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública	21

Lista de apêndices e anexos

Apêndices

Apêndice A	Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada
Apêndice B	Carta de apresentação
Apêndice C	Guião de entrevista n.º 1
Apêndice D	Guião de entrevista n.º 2
Apêndice E	Guião de entrevista n.º 3
Apêndice F	Guião de entrevista n.º 4
Apêndice G	Análise quantitativa de resultados da Questão A
Apêndice H	Análise quantitativa de resultados da Questão B
Apêndice I	Análise quantitativa de resultados da Questão C
Apêndice J	Análise quantitativa de resultados da Questão D
Apêndice K	Codificação das respostas das entrevistas

Anexos

Anexo A	Modelo de uso da força
Anexo B	Estrutura da Unidade de Intervenção
Anexo C	Estrutura da Unidade de Segurança e Honras de Estado
Anexo D	Relatório sobre a operação efetuada no IC 2 – Rio Maior – em 24NOV98
Anexo E	Excerto da diretiva operacional relativa ao Plano de Segurança da GNR para a UEFA EURO 2004
Anexo F	Anexo ao regulamento do CMOP
Anexo G	Anexo ao regulamento do CRMOP

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Adv	Adversário
Agr	Agrupamento
AM	Academia Militar
AP	Administração Pública
APA	<i>American Psychological Association</i>
<i>Apud</i>	Citado em
ARD	Assistente de Recinto Desportivo
Art.º	Artigo
BOp	Batalhão Operacional
BTer	Brigada Territorial
CCino	Companhia Cinotécnica
CCIP	Centro Coordenador de Informações Policiais
CCS	Companhia de Comando e Serviço
CDF	Comando da Doutrina e Formação
Cf.	Conforme
CFCA	Companhia de Formação de Condução Auto
CFFF	Centro de Formação da Figueira da Foz
CFP	Centro de Formação de Portalegre
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CIC	Companhia de Intervenção Cinotécnica
CLIP	Centros Locais de Informações Policiais
Cmdt	Comandante
CMOP	Curso de Manutenção de Ordem Pública
COE	Companhia de Operações Especiais
Comp	Companhia
CP	Código Penal
CRMOP	Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública

CRP	Constituição da República Portuguesa
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas
DO	Direção de Operações
DOP	Diretiva Operacional
DTer	Destacamento Territorial
E	Entrevistado
ECS	Esquadrão de Comando e Serviços
Ed	Edição
EG	Escola da Guarda
EIEEI	Equipa de Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados
EPG	Escola Prática da Guarda
Eq	Equipa
ERMOP	Esquadrão de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública
FA	Forças Armadas
FIR	Forças de Intervenção Rápida
FS	Forças de Segurança
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
G	Guião
GGCG	Gabinete do General do Comandante Geral
GHE	Grupo de Honras de Estado
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnico
GIOE	Grupo de Intervenção de Operações Especiais
GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GTer	Grupo Territorial
H	Hipótese
IC	Itinerário Complementar
MOP	Manutenção da Ordem Pública
MROP	Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública
N.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
OCS	Órgãos de Comunicação Social

P	Pergunta
PC	Posto de Comando
Pel	Pelotão
PSP	Polícia de Segurança Pública
RC	Regimento de Cavalaria
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RI	Regimento de Infantaria
SecCino	Secção Cinotécnica
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIS	Serviço de Informações de Segurança
Sr.	Senhor
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TN	Território Nacional
UI	Unidade de Intervenção
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
UTF	Unidade Tática Fundamental
VCA	Viatura Canhão de Água
VPG	Viatura Pá Grua
ZA	Zona de Ação
ZI	Zona de Intervenção

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTA), realizado no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), surge como corolário do Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR), ministrado na Academia Militar (AM), com o intuito de obter o Grau Académico de Mestre em *Ciências Militares*, na especialidade de *Segurança*. O TIA tem como principal finalidade a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades de aplicabilidade em ambiente de investigação, nos domínios da Segurança e Defesa¹.

1.2. Enquadramento da investigação

A crise económica que Portugal atravessa, marcada por grandes dificuldades e sacrifícios dos cidadãos que se veem confrontados com as medidas orçamentais impostas, levanta grandes desafios para os diversos setores da sociedade (Lopes, 2011). Os governantes e responsáveis políticos assumem um papel preponderante uma vez que todas as ações que estes tomam devem ter como objetivo inverter o rumo do país e recuperar a sua credibilidade. Cabe ao governo e aos responsáveis institucionais tomar as decisões certas, tendo em vista obter a confiança da população, para assim alcançarem sucesso nas medidas e sacrifícios que lhe exige (*idem*). Para além das graves crises, económica e financeira, e dos fatores políticos que delas resultam, devem ser ainda apontados alguns fatores que se traduzem em fortes mudanças e crises graves, designadamente, o relativismo moral, a inversão de valores, a degradação dos costumes, a violência nas ruas e o crime organizado.

¹ Cf. o disposto na NEP n.º 520/DE, de 13 de junho de 2013, da Academia Militar.

Desta forma, afigura-se aquilo que se pode designar como uma revolução civilizacional (Alves, 2013).

Segundo Lopes (2011, p.22), “uma das prioridades do Estado é garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos. A segurança é, com efeito, uma função essencial do Estado”. Como tal, a segurança é um conceito que deve estar sempre presente nas decisões políticas pois “(...) quando os riscos da conflitualidade são maiores, cresce a sensação de vulnerabilidade e se agudiza o sentimento de insegurança dos cidadãos, reforçado pelos complexos cenários de ameaças e riscos que se perscrutam” (*idem*).

Tendo em conta os factos supracitados, os impactos ao nível das questões de segurança podem ser avassaladores e como tal as Forças e os Serviços de Segurança (FFSS) devem estar preparadas para tomar as medidas necessárias à manutenção da coesão social e da segurança e tranquilidade públicas. Como refere Alves (2013), o Ocidente, a Europa e Portugal vão enfrentar um século XXI envolto numa revolução civilizacional marcada pela instabilidade, podendo proporcionar o aumento do grau de risco das ameaças conhecidas e o surgimento de novas ameaças à segurança.

1.3. Importância da investigação e justificação da sua escolha

O quadro atual em que o país se encontra, aliado a uma grave crise de valores característica, nos últimos anos, da sociedade portuguesa pode causar perturbações sociais bastante consideráveis e produzir efeitos indesejáveis numa sociedade, particularmente ao nível da coesão social e da ordem pública (Lopes, 2011).

Uma das principais atribuições da GNR é garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e proteção das pessoas e bens a par da garantia do pleno funcionamento das instituições democráticas e do respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito, como previsto nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. Como tal, a GNR deve estar preparada para enfrentar os novos tipos de ameaças e fazer face aos diversos padrões de comportamentos suscetíveis de gerar violência por parte da população, podendo estes culminar em graves alterações de ordem pública, ou seja, na modificação das condições mínimas necessárias da vida em sociedade.

Como refere Lucas (2009, p.400) “no domínio da ordem pública e da segurança interna, os fenómenos mais extremos de violência ou impacto social tendem a generalizar-se, sendo previsível a ocorrência em Portugal de incidentes análogos aos verificados noutros

países da União Europeia”. As situações que poderão dar origem a cenários mais problemáticos são o policiamento de espetáculos desportivos e o exercício da liberdade de manifestação sendo que, neste último caso, as alterações da ordem pública poderão surgir de diversas formas, tanto associadas à realização de eventos concretos como a ocorrências pontuais (Lucas, 2009).

Do ponto de vista das FFSS é importante adquirir a consciencialização da elevada probabilidade de poderem surgir, a qualquer altura, graves crises com elevados impactos ao nível da ordem pública, independentemente dos aspetos económicos, políticos e sociais, que também devem ser considerados (*idem*).

Tendo a GNR ao seu dispor três vertentes para poder assegurar a atribuição que lhe está confiada de manutenção e restabelecimento da ordem pública (MROP), torna-se essencial coordenar procedimentos e estar preparada a atuar conjuntamente de uma forma eficaz, constituindo este facto uma valência única desta força de segurança (FS). Como tal, pretende-se, com a realização desta investigação, estudar os regulamentos dos cursos de ordem pública que se aplicam às diferentes valências que poderão desempenhar esse tipo de missões, nomeadamente, do Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP), do Esquadrão de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública (ERMOP) e do Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC), para posteriormente se poder analisar a possibilidade de parte da formação dos cursos ser conjunta. Neste sentido, é importante referir que o GIC ainda não dispõe de um curso específico para os binómios de ordem pública e, como tal, só será possível analisar os regulamentos dos cursos que se aplicam ao GIOP e ao ERMOP.

1.4. Questão de partida e suas derivadas

Uma investigação consiste no “(...) diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmiento, 2013, p.3). Numa investigação, uma das etapas mais importante é a formulação de uma pergunta de partida, através da qual o investigador “tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy e Champenhoudt, 2008, p.32).

Deste modo a pergunta de partida formulada para este trabalho foi: “Quais as vantagens/desvantagens de uma possível formação conjunta nos Cursos de Ordem Pública?”.

Tendo em conta a pergunta de partida formulada, tornou-se necessário realizar uma questão derivada que tem como principal objetivo auxiliar na resposta à pergunta central. A pergunta derivada elaborada para o presente relatório, referente à atuação conjunta das três vertentes que intervêm nas missões de ordem pública, foi: “Quais as dificuldades atualmente sentidas aquando da atuação conjunta das três vertentes que intervêm na Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública?”.

1.5. Definição dos objetivos

Tal como Baptista e Sousa referem (2011, p. 26) o objetivo geral da investigação “indica a principal intenção de um projeto (...)”, sendo que os objetivos da investigação “(...) originam uma lista de conhecimentos e competências que contribui para a enunciação de conjecturas” (Sarmiento, 2013, p.8).

O objetivo fundamental do presente RCFTIA é determinar quais seriam as vantagens e desvantagens de uma possível formação conjunta nos Cursos de Ordem Pública. A determinação das vantagens e desvantagens de um eventual sistema de formação conjunto poderá constituir uma mais-valia para a instituição uma vez que a GNR é a única FS, no país, com capacidades para atuar com três tipos de forças de ordem pública.

Com o objetivo de alcançar com maior facilidade e de melhorar e aprofundar o estudo realizado foi definido um objetivo específico, designadamente, analisar quais as dificuldades atualmente sentidas aquando da atuação conjunta das três vertentes que intervêm na MROP. Por sua vez, o objetivo específico estabelecido serviu como base para a formulação da questão derivada do trabalho.

1.6. Hipóteses da investigação

De acordo com Sarmiento (2013, p.9) as hipóteses são “(...) proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação”. Numa investigação, após a formulação da pergunta de partida e das suas derivadas, devem ser formuladas hipóteses teóricas, que segundo Quivy e Champenhoudt (2008, p. 25), “devem ser confrontadas com dados de observação ou de experimentação”.

As hipóteses surgem, então, como possíveis respostas às questões colocadas na investigação. As hipóteses elaboradas para o presente trabalho, tendo em conta a questão derivada que servirá como linha orientadora da investigação, foram:

H1 — Não existe qualquer dificuldade, no entanto, o atual sistema de formação pode ser aperfeiçoado em diversos aspetos;

H2 — Não existe qualquer dificuldade, sendo o sistema atual o indicado e apropriado para a atuação conjunta das forças de ordem pública;

H3 — Existem dificuldades de diferentes naturezas aquando da atuação conjunta das forças de ordem pública, exigindo, portanto, que o sistema de formação atual seja melhorado.

1.7. Metodologia

A metodologia de um trabalho de investigação tem como objetivo fundamental determinar os métodos, as técnicas, os instrumentos de pesquisa e os materiais e equipamentos utilizados em cada fase da investigação (Sarmiento, 2013).

O presente RCFTIA tem como principal orientação a Norma Para a Redação do Trabalho do Relatório Científico Final, aprovada pela NEP n.º 520/DE, de 13 de junho de 2013, da AM, que tem como finalidade uniformizar e regulamentar a redação deste trabalho. Em complemento desta norma, foram também utilizadas as Normas da *American Psychological Association* (APA) bem como o Guia Prático sobre a Metodologia Científica, elaborado por Sarmiento (2013).

O processo de investigação pode ser dividido em três fases: a fase exploratória, a fase analítica e a fase conclusiva (Sarmiento, 2013). Durante a fase exploratória, que decorreu no período anterior às dez semanas de elaboração do RCFTIA, foi definido o problema da investigação e os principais objetivos da mesma. Conforme os objetivos definidos para a investigação foram elaboradas as perguntas orientadoras da mesma e formuladas as hipóteses teóricas. Nesta fase, foram também realizadas entrevistas exploratórias a profissionais com experiência na temática, com o objetivo de especificar o problema de investigação colocado. Posteriormente, foi efetuada a revisão da literatura, recorrendo à pesquisa documental em diversas bibliotecas, em bases de dados científicas e na internet.

A fase analítica, que consubstancia a parte prática do trabalho de investigação, consistiu fundamentalmente na análise dos regulamentos dos cursos que habilitam as forças para o cumprimento de missões de MROP e na realização de entrevistas a profissionais, que

pela sua experiência deram um contributo significativo à investigação. Após ter sido efetuada a recolha de dados referida procedeu-se à organização e tratamento da informação através da análise de conteúdo das entrevistas e do estudo dos programas dos cursos anteriormente mencionados. Posteriormente, foi efetuada a interpretação e a apresentação dos resultados que serviu de base às conclusões e recomendações efetuadas, sendo que estas constituem a parte conclusiva da investigação.

1.8. Enunciado da estrutura do trabalho

O RFCTIA contempla três partes fundamentais que são: a parte teórica, a parte prática e a parte conclusiva. Estas encontram-se explanadas em sete capítulos diferentes e complementam-se entre si, como se pode verificar no Apêndice A.

A parte teórica do trabalho é materializada nos quatro capítulos iniciais. Estes capítulos correspondem, respetivamente, à introdução e à revisão da literatura. Na introdução, consubstanciada no capítulo 1, é efetuada uma apresentação geral do trabalho. O capítulo 2, que já integra a revisão da literatura, versa substancialmente sobre o conceito de ordem pública, nomeadamente, como é que surgiu e alguns aspetos que devemos ter em conta quando nos referimos a tal temática. No terceiro capítulo, é focada a atribuição de missões de MROP na GNR, quais os cursos ministrados para o efeito e quais as potencialidades e vulnerabilidades apresentadas por cada tipo de força. A terminar a parte da revisão da literatura, no quarto capítulo, é realizada uma abordagem à importância da formação na GNR.

A parte prática do trabalho é redigida em dois capítulos fundamentais. O quinto capítulo, que é dedicado à metodologia e procedimentos empregues na investigação, e o sexto capítulo, que trata do trabalho de campo e da respetiva apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

Por fim, e tendo em conta os resultados obtidos anteriormente, na parte conclusiva, consubstanciada no capítulo 7, são apresentadas as conclusões e recomendações, bem como as propostas para a realização de investigações subsequentes.

Capítulo 2

Da segurança à ordem pública

2.1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo estudar aprofundadamente os conceitos que estão na génese da noção de ordem pública para, posteriormente, conseguirmos perceber o próprio conceito e todos os fatores que com este estão relacionados.

2.2. O Estado Português e as suas finalidades

Na ordem jurídica interna “(...) o Estado surge como uma pessoa coletiva de Direito Público” (Fontes, 2009, p.22). Classicamente, o Estado é considerado como sendo uma comunidade, que se fixa num determinado território, sobre o qual existe um poder soberano ou atua um dado poder político (Alves, 2011). Embora não seja um conceito estável, este tem sempre como referência uma determinada coletividade que exerce um dado poder político no âmbito de um território. O conceito de Estado integra, assim, três elementos fundamentais, nomeadamente, o povo, o território e o poder político (Fontes, 2009).

Em Portugal, vigora um Estado de direito democrático, conforme disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP), que refere que “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais”². Como tal, o Estado está subordinado à Constituição e funda-se na legalidade democrática³. Tem como tarefas primordiais a garantia dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático⁴.

Para satisfazer os interesses gerais que a comunidade considera como fundamentais, o Estado utiliza o seu poder político. As finalidades exclusivas que caracterizam e justificam

² Cf. o disposto no art.º 2.º da CRP.

³ Vide o estipulado no n.º 2 do art.º 3.º da CRP.

⁴ Cf. o consagrado na alínea b) do art.º 9.º da CRP.

a existência do Estado são designadas como os fins do Estado (Alves, 2008). O Estado divide os seus objetivos primordiais em três vertentes distintas, nomeadamente, a segurança, a justiça e o bem-estar (Dias, 2012). Desta forma, é necessário que o poder político regule a satisfação total ou parcial destes três grandes fins (Lara *apud* Alves, 2008).

Destas três finalidades últimas do Estado destaca-se a segurança. Quando se procede à enumeração dos objetivos da sociedade política, a segurança é colocada em primeiro lugar pois parece ter sido a primeira necessidade humana que levou os homens a instituir um poder político (Caetano, 2012). A segurança é também um direito constitucionalmente consagrado no capítulo dos direitos, liberdades e garantias pessoais quando é referido que “todos têm direito à liberdade e à segurança”⁵. Pode-se mesmo afirmar que a segurança é “uma necessidade básica dos cidadãos, que é um direito destes e uma garantia a ser prestada pelo Estado” (Prata *apud* Alves, 2008).

2.3. Segurança

A palavra segurança deriva do étimo latino *securitate* e pode ser definida como um estado de tranquilidade que resulta da ausência de perigo, ou pelo menos, da perceção que este esteja presente (Clemente, 2011). Se consultarmos o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa, são vários os significados que encontramos acerca da palavra segurança, designadamente, como carácter, natureza ou condição do que é estável, firme ou seguro, como situação em que não há qualquer perigo a temer ou como estado de tranquilidade ou de confiança que resulta da ausência de perigo (Fernandes, 2005). O conceito de segurança é, então, considerado como sendo pluridimensional, no entanto, compreende, na maior parte das suas aceções, o carácter, a natureza e as condições de um estado de tranquilidade que resulta da ausência do perigo (*idem*).

Consequentemente, a segurança pode ser definida como “o estado de tranquilidade e de confiança mantido por um conjunto de condições materiais, económicas, políticas e sociais, que garante a ausência de qualquer perigo, tanto para a coletividade como para o cidadão individualmente considerado” (Fernandes, 2005, p.30). Já para Alves (2010, p.37), a “segurança é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através

⁵ Vide o estipulado no n.º 1 do art.º 27.º da CRP.

da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas”.

Apesar do termo segurança não possuir um significado único, deve ser considerada a sua primazia enquanto finalidade do Estado (Fernandes, 2005) e esta deve ser percecionada como uma das principais necessidades da população (Sousa, 2010). A segurança é uma garantia e um direito fundamental que se encontra inscrito na CRP e vincula as entidades públicas e privadas, aplicando-se diretamente por força do n.º 1 do art.º 18.º do diploma (Valente, 2012).

Como finalidade do Estado, a segurança consubstancia-se na defesa externa e na segurança interna que se traduz, respetivamente, na defesa do território, na segurança das pessoas e dos bens, na preservação dos valores e na garantia da coesão social (Fernandes, 2005). Estas duas funções clássicas do Estado são atividades bem distintas, como preceituado na Lei Fundamental, em que, o art.º 272.º se encontra relacionado com o conceito de segurança interna e o art.º 273.º faz referência à conceção de segurança externa, sendo que para cada uma das atividades são definidos os princípios e objetivos prioritários. A segurança interna compete especialmente às FFSS e a segurança externa pertence predominantemente às Forças Armadas (FA), sendo que umas e outras detêm os seus próprios sistemas orgânicos, autónomos e reportados a centros de decisão diferentes (Dias, 2006).

A segurança interna consiste na:

“(...) atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”⁶.

A atividade de segurança interna visa, fundamentalmente, “proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática”⁷ contra os mais diversos tipos de ameaça, incluído o terrorismo e a criminalidade violenta ou altamente organizada. Estes valores são especialmente protegidos e constituem “(...) condições indispensáveis à própria vida da comunidade, ao seu desenvolvimento, à normal convivência dos cidadãos e ao progresso da sociedade” (Dias, 2006, p.16).

⁶ Cf. o consagrado no n.º 1 do art.º 1.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

⁷ Vide o disposto no n.º 3 do art.º 1.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

A atividade de segurança interna, desenvolve-se em quatro áreas fundamentais, designadamente, as informações, a prevenção de todas as formas de criminalidade, a manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade pública e a investigação criminal (Dias, 2006). Estas funções de segurança interna são desenvolvidas pelas FFSS⁸, designadamente, pela GNR, e integram a Administração Pública (AP) do Estado (Fontes, 2011).

A segurança interna é uma tarefa fundamental do Estado que surge como necessidade coletiva, sendo a sua satisfação regular e contínua assegurada pela atividade típica dos organismos da AP, tendo sempre em conta os preceitos estabelecidos na legislação aplicável. Os organismos que integram a AP devem obter, para exercer as funções de segurança interna que lhes incumbem, os recursos mais adequados e utilizar as formas mais oportunas, estando sempre sob direção ou fiscalização do poder político ou sob controlo dos tribunais (Amaral *apud* Valente, 2005).

2.4. Ordem pública: conceito

O conceito de ordem pública configura-se como sendo muito abrangente e vago, suscitando diversas aceções entre os autores que a este tema se dedicam (Alves, 2008). A noção de ordem pública é suscetível de assumir diferentes significados consoante a matéria jurídica em causa e demonstra “um carácter evolutivo e variável, consoante a tradição político-jurídica de cada país” (Clemente, 1998).

São vários os diplomas legais, pertencentes aos diversos ramos do Direito, que fazem referência à expressão ordem pública, no entanto, em nenhum desses preceitos é estabelecida uma definição concreta do conceito de ordem pública (Oliveira, 2000).

O Código Penal (CP), no Título IV, que diz respeito aos crimes contra a vida em sociedade, o Capítulo V intitula-se “Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas”, fazendo parte deste capítulo os crimes de antissocialidade perigosa, os crimes contra a paz pública e os crimes contra sinais de identificação⁹. Conforme o disposto no diploma legal referido, no direito penal, a ordem pública surge como princípio fundamental da vida em sociedade que deve ser protegido pelas suas normas (*idem*).

⁸ Vide o disposto no n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

⁹ Cf. o estipulado no Título IV do Código Penal.

A CRP não recorre, em nenhuma das suas partes, à expressão ordem pública, nem como razão da possibilidade de restrição legal das previsões que consagram os direitos e liberdades fundamentais. No entanto, existem neste diploma alguns preceitos que aludem, indiretamente ao conceito de ordem pública, designadamente: o art.º 9.º que identifica como tarefa fundamental do Estado a garantia dos “direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático”¹⁰; o art.º 19.º que prevê a declaração do estado de sítio ou de emergência no caso de “grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública”¹¹; o art.º 27.º que dita que todos têm “direito à liberdade e à segurança”¹²; e o art.º 272.º que estabelece como funções da polícia “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”¹³ (Sousa, 2008). Como afirma Miranda *apud* Oliveira (2000), as expressões utilizadas na CRP, nomeadamente legalidade democrática, ordem constitucional democrática e segurança interna, embora não sejam totalmente coincidentes com o conceito de ordem pública, consideram-se como expressões análogas ao termo.

Importa ainda fazer referência à *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, que no art.º 29.º alude à expressão ordem pública, nomeadamente, quando menciona que no exercício dos direitos e no usufruto das liberdades referidas nos artigos anteriores “ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática”¹⁴. Neste sentido, a expressão ordem pública assume, ainda que de forma indireta, valor constitucional (Oliveira, 2000).

O conceito de ordem pública desempenha um papel extremamente importante no sistema jurídico, como tal, exige algum consenso, com cabimento jurídico entre o legislador, a Administração, o juiz e a opinião da própria sociedade. Neste sentido, a conceção de ordem pública depende do conjunto de valores sociais que são observados em determinada comunidade, valores esses, que são considerados imprescindíveis ao seu bom funcionamento (Sousa, 2008).

¹⁰ Vide o consagrado na alínea b) do art.º 9.º da CRP.

¹¹ Cf. o disposto no n.º 2 do art.º 19.º da CRP.

¹² Cf. o estipulado no n.º 1 do art.º 27.º da CRP.

¹³ Vide o disposto no n.º 1 do art.º 272.º da CRP.

¹⁴ Vide o consagrado no n.º 2 do art.º 29º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, de 9 de março de 1978.

Na doutrina portuguesa são vários os autores que explicitam a noção de ordem pública. Franco *apud* Oliveira (2000) menciona que a ordem pública consiste num conjunto de princípios inerentes ao domínio jurídico que são imprescindíveis para o normal funcionamento das instituições do Estado e da sociedade civil. Ainda para Duarte (1992, p.212) a ordem pública “representa uma constelação de valores fundamentais que asseguram um mínimo comunitário vital e exprimem uma reação típica de defesa normativa-institucional da sociedade”. Neste sentido, também Mota Pinto *apud* Almeida (2005) expõe o conceito de ordem pública como o conjunto de princípios fundamentais que o sistema jurídico define, sendo que estes constituem interesses do Estado e da sociedade.

Para Alves (2013), antes de tentar esclarecer o conceito de ordem pública, importa definir dois conceitos, nomeadamente, ordem social e ordem jurídica. O autor começa por admitir a existência de uma ordem social, que diz respeito a um regular funcionamento da vida em sociedade, e está relacionada com três conceções, designadamente, a coesão social, o controlo social e a organização social. Posteriormente, alude à existência de uma ordem jurídica entendida “(...) como o conjunto das leis, preceitos ou regras jurídicas em vigor e que está necessariamente integrada na ordem social” (Alves, 2013, p.139). Neste sentido, a ordem pública é mencionada como sendo o conjunto das leis, preceitos e regras que proporcionam a segurança da sociedade, garantem a disciplina política e social, a tranquilidade e o sossego público e que estão relacionadas com a ausência de tumultos, de manifestações ruidosas. Assim, os governos providenciam as condições para que haja ordem pública e as polícias zelam pela manutenção da ordem pública (MOP) (Alves, 2013).

Tendo em conta que a sociedade tolera o mínimo de desordem, segundo Clemente (2009), a ordem pública representa o ponto de equilíbrio entre a desordem admissível e a ordem indispensável. O autor distingue o conceito de ordem pública em sentido restrito do conceito de ordem pública num sentido mais abrangente. O primeiro é utilizado exclusivamente para fazer referência à missão de manutenção e restabelecimento da ordem na via pública, a segunda, por sua vez, expressa o conjunto das missões policiais no âmbito da prevenção dos atos antissociais.

Por fim, importa referir o conceito adotado pela doutrina jurídica portuguesa, que alude à ordem pública como o “conjunto das condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais, nuclearmente segundo a trilogia funcional da defesa da tranquilidade, segurança e salubridade”¹⁵. Neste

¹⁵ Parecer n.º 9/96-B/Complementar, de 29 de janeiro de 2000, da Procuradoria-Geral da República.

entendimento, a noção de segurança pública insere-se no conceito de ordem pública, sendo esta vista como a ordem social estabelecida pelo direito positivo. A polícia administrativa assume o papel de força impositora da disciplina à livre ação dos particulares, com o objetivo de regular o funcionamento da vida em sociedade (Clemente, 2009).

2.5. Manutenção da ordem pública como função das Forças de Segurança

Nesta fase, importa mencionar o contributo do papel da polícia para o cumprimento das missões de ordem pública. Segundo Brittner *apud* Alves (2011, p.83), o conceito de polícia consiste na “organização sistematicamente enquadrada por regras jurídicas, composta por agentes especialmente recrutados e formados para exercerem a força física, em todas as situações em que este recurso constitua uma necessidade urgente para resolver os problemas que vão surgindo”. O termo polícia pode ser classificado consoante diversas tipologias. Para Alves (2011) a polícia pode assumir o caráter de polícia administrativa, cumprindo neste âmbito atividades essencialmente preventivas, ou pode assumir o caráter de polícia criminal, desenvolvendo atividades de cariz repressivo. Nesta linha de pensamento, também Hauriou *apud* Oliveira (2006), distingue dois tipos de polícia, a polícia administrativa em sentido restrito e a polícia judiciária, cumprindo, respetivamente, missões de MOP, podendo reprimir danos sociais através do emprego da força, e de investigação de delitos e infrações.

As funções da polícia encontram-se estabelecidas na CRP, sendo estas “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”¹⁶. A garantia das funções de segurança interna encontra-se a cargo das FFSS que “são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português (...)”¹⁷. A organização, as atribuições e as competências de cada FFSS estão previstas nas “respetivas leis orgânicas e demais legislação complementar”¹⁸.

A manutenção da ordem material externa, entendida como ordem pública, encontra-se a cargo da polícia, ou seja, é da responsabilidade do Estado, enquanto que, a ordem material interna, entendida como ordem privada é da responsabilidade dos particulares. Neste sentido, as Forças de Segurança (FS) adotam a qualidade de polícia administrativa

¹⁶ Cf. o consagrado no n.º 1 do art.º 272.º da CRP.

¹⁷ Cf. o disposto no n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

¹⁸ Vide o estipulado no n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

geral, mais especificamente de polícia de segurança, e os Serviços de Segurança fruem da qualidade de polícia administrativa especial. Como polícia administrativa geral, as FS desempenham um serviço público específico, cuja especificidade se manifesta no objetivo da sua atividade, designadamente, a MOP. No entanto, importa referir que o papel diário das FS não se cinge ao domínio da ordem pública, embora sejam as atividades de MOP, como por exemplo os espetáculos desportivos e as práticas manifestantes, as mais focadas pela comunicação social (Clemente, 2005).

A atribuição da missão de salvaguardar a ordem e segurança públicas, ordem pública em sentido amplo, incumbe a polícia a atuar caso esta presencie algum ato suscetível de provocar graves alterações ao normal estado da vida em sociedade. Esta atribuição não significa apenas o poder para agir mas também um dever de atuação (Sousa, 2006). Contudo, devem ser tidos em atenção dois princípios fundamentais inerentes a qualquer atuação da polícia, nomeadamente, o princípio da legalidade e o princípio da proporcionalidade. O primeiro dita que a AP, e por conseguinte, as polícias só devem agir quando e na medida que a lei o permita (Sousa, 2002). O segundo, por sua vez, consigna que devem ser tidos em conta os custos e os benefícios da intervenção policial, ou seja, os meios utilizados devem ser proporcionais face ao bem jurídico a proteger (Sousa, 2006).

O princípio da proporcionalidade é um princípio fundamental que se encontra consagrado constitucionalmente no n.º 2.º do art.º 18.º, no n.º 2.º do art.º 266.º e no n.º 2.º do art.º 272.º da CRP. Este princípio divide-se em três corolários, designadamente, o princípio da adequação, o princípio da exigibilidade ou da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito. O primeiro dita que as medidas restritivas legalmente previstas devem revelar-se como meio adequado para a prossecução dos fins visados pela lei, o segundo que as medidas restritivas previstas na lei devem revelar-se necessárias, e, o último, dita que as medidas ou meios legais restritivos e os fins obtidos devem encontrar-se em justa e proporcionada medida (Valente, 2012).

Portanto, o princípio da proporcionalidade significa que as medidas administrativas devem ser adequadas, optando-se por um equilíbrio entre os meios e os efeitos ou resultados a obter, ou seja, pela proibição do excesso. Para que exista e se encontre alguma relação de proporção entre os danos causados e a natureza e o valor dos bens protegidos deve-se conjugar a necessidade de intervenção com a adequação dos meios e da força a utilizar. Este princípio é extremamente importante e aplica-se ao uso legítimo da força pública pelas FFSS, devendo estas ter consciência que deve ser causado o menor prejuízo possível aos particulares tendo sempre em vista salvaguardar o interesse público (Fontes, 2012).

2.6. Liberdade e direito de reunião ou manifestação

A ordem pública mantém uma relação estreita com a liberdade. Esta, por sua vez, integra certas exigências de ordem pública, sendo que sem ordem a liberdade não existiria. A liberdade estabelece, por sua vez, os limites da ordem pública. A ordem pública de uma sociedade consiste no reflexo do equilíbrio estabelecido entre as várias liberdades. Por vezes, o dever de intervenção das forças de segurança materializa-se na necessidade de sacrificar a liberdade de alguém em prol da liberdade de outrem (Clemente, 2005).

A dialética entre a ordem pública e a liberdade reflete-se maioritariamente na prática manifestante (*idem*). O direito de reunião e de manifestação encontra-se consagrado na CRP que refere que “os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização”¹⁹. No que concerne ao direito de manifestação, a lei constitucional menciona que “a todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação”²⁰. Este direito consubstancia um direito fundamental inserido no contexto do art.º 18.º da CRP. Este artigo parece apenas estabelecer o direito de reunião e de manifestação sem prever a possibilidade da sua restrição legal (Lima, 2009).

No entanto, existe um diploma legal que regula esta matéria, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, que prevê que “a todos os cidadãos é garantido o livre exercício do direito de se reunirem pacificamente em lugares públicos, abertos ao público e particulares”²¹. Este diploma legal é considerado, por maior parte dos autores, inadequado à realidade atual, podendo, sob ponto de vista policial, contemplar novos aspetos e melhorar os previstos, nomeadamente, no que diz respeito às limitações, às proibições, à organização, à dissolução da manifestação e à responsabilização dos seus agentes (Lucas, 2009).

Neste sentido, as FS devem empenhar as unidades com capacidades técnico-táticas para acompanhar, controlar e auxiliar os cidadãos que usufruem do direito de reunião e manifestação, ou seja, devem fazer uso das unidades especialmente vocacionadas para atuar em situações de MROP. Estas unidades possuem uma forte capacidade de atuação, podem deslocar-se para qualquer parte do país, encontram-se em permanente instrução e atualização e possuem o material adequado para lidar com as situações acima descritas (Pinho, 2009).

¹⁹ Cf. o consagrado no n.º 1 do art.º 45.º da CRP.

²⁰ *Vide* o estipulado no n.º 2 do art.º 45.º da CRP.

²¹ Cf. o disposto no n.º 1 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto.

Capítulo 3

Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública na Guarda Nacional Republicana

3.1. Introdução

Enquanto FS, uma das atribuições da GNR consiste na garantia da ordem e da tranquilidade públicas. Para tal, a GNR desempenha missões de MROP, dispondo de forças especializadas para a sua execução. Neste capítulo, serão abordadas as diferentes forças que cumprem missões MROP, bem como as suas potencialidades e vulnerabilidades.

3.2. A Guarda Nacional Republicana

A GNR “é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares, organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”²². Pelo facto de ser uma FS de natureza militar, a GNR é considerada como sendo um corpo militar que assume, em tempo de paz, funções essencialmente policiais e de segurança (Branco, 2010).

Quanto à sua missão, compete à Guarda “no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”²³. Segundo Branco (2010, p.244) “a missão confiada à Guarda Nacional Republicana é extensa, multifacetada e exercida em permanência em todo o território nacional (...), no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, bem como na execução da política de defesa nacional”. A previsão das diversas missões que cabem à GNR encontra-se na sua lei orgânica, mais precisamente no art.º 3.º, intitulado de “atribuições”.

²² Vide o disposto no n.º 1 do art.º 1.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

²³ Cf. o estipulado no n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

3.3. Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública

Uma das atribuições gerais que se encontra confiada à GNR é “garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e bens”²⁴. Decorrente das missões gerais atribuídas à GNR, resultam algumas missões particulares como sendo a policial, a de proteção e socorro, a militar e a internacional. Dentro da missão policial, podem ser desempenhadas missões de polícia criminal e de polícia administrativa (geral e específica), sendo que é no âmbito das missões específicas de Polícia Administrativa que se inclui a atribuição de garantir a segurança e ordem públicas (Branco, 2010).

A atividade de MROP integra, em geral, ações preventivas e repressivas, desenvolvidas por forças de segurança armadas e uniformizadas e tem como objetivo “(...) criar ou restabelecer as condições externas indispensáveis à observância das leis da República e dos regulamentos da Administração, ao normal funcionamento das instituições e ao regular exercício dos direitos, liberdades e garantias dos indivíduos” (Dias, 2006, p. 23).

Segundo Oliveira (2000, p.39) o conceito de MOP consiste no conjunto de operações policiais “(...) com o objetivo de fazer face a eventos de natureza coletiva, organizados ou espontâneos, hostis ou amigáveis, violentos ou pacíficos, de carácter reivindicativo ou festivo, desenrolando-se na via pública ou em lugares abertos ao público”. Como refere o autor, este conceito abarca dois tipos de operações, designadamente, os serviços de ordem e as operações de manutenção ou reposição da ordem.

Na doutrina interna da GNR²⁵, à alteração do normal estado da vida em sociedade dá-se o nome de distúrbio civil. No cumprimento das missões de controlo de distúrbios civis, as FS, em geral, e as forças de MROP, em particular, devem elaborar um estudo prévio sobre as causas que estão na origem dos mesmos, que podem ser, designadamente, sociais e psicológicas, económicas, políticas, desastres ou calamidades e falta ou quebra de autoridade. O principal objetivo destas missões é a restituição da lei e da ordem, ou seja, é a reposição do normal estado da vida em sociedade. Para tal, as FS devem estar devidamente preparadas para em cada situação executar as técnicas e táticas adequadas. Por sua vez, o Comandante (Cmdt) é responsável pela escolha da ação que considerar mais conveniente em cada situação, devendo sempre cumprir os parâmetros da proporcionalidade, necessidade e adequação ao controlo do distúrbio civil que enfrenta.

²⁴ Cf. o estipulado na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

²⁵ Vide o disposto no Manual do Curso de Manutenção de Ordem Pública da GNR.

Nas missões de controlo dos distúrbios civis são aplicáveis, essencialmente, sete princípios, sendo que um deles, o princípio da mínima força, está sempre presente independentemente da situação. Os princípios de controlo dos distúrbios civis são, respetivamente, o conhecimento consciente das ameaças, imagem de brio e eficiência, preparação coordenada, unidade operacional, atuação funcional, objetividade e neutralidade e, por fim, o já referenciado, aplicação da mínima força. Nestas operações, o emprego da força deve ser considerado como uma medida de último recurso, de modo a sujeitar o Adv ao menor dano físico e material possível. A utilização de uma força de grande efetivo não colide com o princípio da mínima força, uma vez que, a presença de um efetivo considerável evita, na maior parte das vezes, a utilização de meios mais violentos por parte do Adv.

Como medida de utilização do uso da força, a GNR segue um modelo do uso da força²⁶, que se encontra organizado na estrutura de uma pirâmide dividida em patamares, de modo a que os meios considerados violentos se encontrem escalonados e bem definidos. Para subir de patamar deve-se ter a certeza que as possibilidades tidas naquele patamar estão esgotadas e que a utilização de meios mais coercivos é um meio necessário, adequado e proporcional às ações do Adv, ou seja, se cumpre o princípio da proporcionalidade. No entanto, os patamares podem ser percorridos nos dois sentidos, isto é, se a situação estiver controlada num dado nível de coercibilidade deve-se passar para o patamar anterior.

O modelo de utilização da força baseia-se numa estrutura tripartida em que, na parte central estão identificados os meios que a força pode utilizar, de forma adequada, necessária e proporcional consoante o tipo de ameaça. Na parte esquerda da pirâmide encontra-se o comportamento do Adv, por nível de agressividade, mediante o qual será utilizado um determinado meio. Na parte direita da pirâmide encontram-se as ações ou reações dos elementos das FS, que devem ser adequadas ao comportamento do Adv e correspondentes ao meio a utilizar. A utilização, por parte do Cmdt, de forças de infantaria, cavalaria e cinotecnia a atuar conjuntamente pode ser verificada no primeiro, segundo e terceiro patamares a que correspondem, respetivamente, a presença policial uniformizada, o contato verbal e o contato físico, sendo que no terceiro patamar se pode tirar grande partido da capacidade dissuasora destas forças.

Importa ainda referir, que as forças de MROP são normalmente utilizadas num terceiro nível de intervenção, quando a situação se descontrolou para uma situação de grave

²⁶ Vide o anexo A.

alteração da ordem pública e as forças da territorial e de intervenção rápida já não têm capacidade para resolver a ocorrência.

3.3.1. A Unidade de Intervenção

A Unidade de Intervenção (UI) é uma unidade de intervenção e reserva “especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública”²⁷. A UI articula-se em “subunidades de ordem pública, de operações especiais, de proteção e socorro e de cinotecnia”²⁸, ou seja, a UI integra o GIOP, o Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE), o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) e o GIC²⁹, conforme consta no Anexo B.

O GIOP tem como atribuições específicas a manutenção e o restabelecimento da ordem pública e a segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, como decorre da missão da UI³⁰, onde esta subunidade se encontra inserida. Tendo em conta as missões que lhe são atribuídas, os militares que a constituem devem estar habilitados com o Curso de Manutenção da Ordem Pública (CMOP), que consiste num curso de especialização na área policial de controlo de distúrbios civis. O CMOP tem como objetivos o desenvolvimento de competências e de comportamentos específicos para o desempenho de funções específicas de cada posto e a aquisição de técnicas utilizadas no restabelecimento da ordem pública, em razão da adequação e proporcionalidade do uso da força³¹. O CMOP é destinado a oficiais, sargentos e guardas³².

O GIC constitui uma subunidade da UI e assume como responsabilidade efetuar o emprego operacional dos meios cinotécnicos em missões que lhes sejam cometidas, podendo atuar em reforço das restantes unidades³³. No âmbito do emprego de meios cinotécnicos com cariz coercivo as equipas cinotécnicas podem desempenhar missões de MROP. Neste momento ainda não existe um curso específico para preparar os binómios para cumprir esse tipo de missões, utilizando-se para tal equipas constituídas por cães-patrolha. No entanto,

²⁷ Vide o consagrado no n.º 1 do art.º 44.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

²⁸ Vide o estipulado no n.º 2 do art.º 44.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

²⁹ Cf. o disposto no n.º 1 do art.º 9.º da Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro.

³⁰ Vide o consagrado no ponto 1 do Despacho GCG N.º 57/09- OG, por remissão do ponto n.º 3 do mesmo despacho.

³¹ Cf. o estipulado no art.º 2.º do Regulamento do CMOP.

³² Vide o previsto no art.º 3.º do Regulamento do CMOP.

³³ Cf. o estipulado na alínea d) do ponto 3 do Despacho GCG N.º 57/09- OG.

encontra-se em fase final de aprovação uma proposta de um curso específico que visa preparar os binómios para o cumprimento de missões de MROP.

3.3.2. A Unidade de Segurança e Honras de Estado

A Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) é uma unidade de representação que tem como missão garantir a proteção e segurança das instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e a prestação de honras de Estado³⁴ integrando, para tal, subunidades de cavalaria e de infantaria, como disposto no Anexo C. A USHE mantém, em permanência, “um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção, em situações de manutenção e restabelecimento de ordem pública e outras missões operacionais”³⁵. O ERMOP é levantado a partir dos dois esquadrões a cavalo que integram o Grupo de Honras de Estado (GHE), particularmente, do 3º e 4º Esquadrões.

Como tal, para o cumprimento destas missões de MROP os militares que integram o esquadrão de prevenção devem estar habilitados com o Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública (CRMOP) de forças a cavalo que consiste numa especialização/qualificação na área policial de controlo de distúrbios civis. O CRMOP tem como principal objetivo promover a aquisição de conhecimentos e desenvolver competências para o desempenho das funções específicas de cada posto³⁶. Este curso é destinado a militares do quadro de cavalaria da GNR³⁷.

3.4. Ordem pública em agrupamento

Como anteriormente referido, são três os tipos de forças que podem desempenhar missões de MROP. Contudo, a sua utilização para determinado tipo de operações terá de ter em conta as suas potencialidades e vulnerabilidades bem como o tipo de Adv que enfrenta e

³⁴ Vide o disposto no n.º 1 do art.º 43.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

³⁵ Cf. o consagrado no n.º 3 do art.º 8.º da Portaria 1450/2008, de 16 de dezembro.

³⁶ Cf. o previsto no art.º 2.º do Regulamento do CRMOP.

³⁷ Vide o estipulado no art.º 3.º do Regulamento do CRMOP.

o terreno onde irá decorrer a operação. Para o cumprimento deste tipo de missões, as forças devem estar devidamente treinadas e conscientes da exigência da sua execução.

Tabela n.º 1 - Potencialidades e vulnerabilidades das forças de Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública

Potencialidades/Vulnerabilidades	GIOP	ERMOP	GIC
Versatilidade	+	-	(*)
Prontidão	+	-	+
Resistência	+	+	-
Controlo	+	-	
Contenção	+	+ \ -	+ \ -
Adaptabilidade	+	-	
Mobilidade	+	+	+
Flexibilidade	+		+
Economia de Recursos	+	-	-
Dissuasão	-	+	+
Velocidade	-	+	-
Campo de Observação	-	+	-
Poder de choque		+	
Economia de Meios		+	+
Proteção antigás		+	+
Efeito “Bolha”			+

+ Potencialidades **-** Vulnerabilidades

(*) Os espaços a cinzento significam que aquela característica em particular não constitui especial potencialidade ou vulnerabilidade da força em questão.

Como é possível observar na tabela, construída com base no Manual de Utilização de Forças Mistas em Ordem Pública, as potencialidades de algumas forças constituem as vulnerabilidades das outras. Assim, as forças do GIOP têm como potencialidades: a versatilidade, pois podem ser utilizadas em qualquer tipo de terreno, condições e com qualquer tipo de Adv; a prontidão, uma vez que as forças podem ser rapidamente projetadas; a resistência, pois as forças adaptam-se a períodos prolongados de empenhamento; o controlo, uma vez que as ordens emanadas são executadas apenas por seres humanos; a contenção, sendo que as forças revelam elevada capacidade para sustentar o Adv; a adaptabilidade, pois as forças têm uma elevada capacidade de ajustamento aos diversos cenários; a mobilidade, pois as forças dispõem de grande capacidade de deslocamento, tanto apeado como em viatura, a flexibilidade, uma vez que podem atuar desde a equipa até ao agrupamento (Agr), evoluindo rapidamente entre escalões; e, por fim, a economia de recursos, pois têm condições para serem empenhadas isoladamente. Como vulnerabilidades,

estas forças dispõem de pouco poder dissuasivo, a velocidade de deslocamento é limitada e o campo de observação é reduzido.

As forças do ERMOP, por sua vez, possuem como potencialidades, a par das forças do GIOP, a resistência, a contenção e a mobilidade. A contenção pode também constituir uma vulnerabilidade pois a força não pode estar em primeiro escalão quando o Adv começa a desenvolver ações mais agressivas. Como potencialidades específicas da força, o ERMOP possui uma grande capacidade de dissuasão; uma velocidade superior às forças do GIOP; um campo de observação muito superior, pois um militar a cavalo fica numa posição cerca de 1,5 metros mais elevada; um elevado poder de choque, derivado da imponentia e força do cavalo, em conjugação com a sua velocidade; a economia de meios, uma vez que as forças a cavalo têm capacidade para cobrir uma área maior no terreno; e a proteção antigás, já que os solípedes não são afetados pelo gás lacrimogéneo. Como vulnerabilidades estas forças apresentam a versatilidade, a prontidão, o controlo, a adaptabilidade e a economia de recursos, fatores que constituem potencialidades das forças do GIOP.

Por sua vez, as forças do GIC apresentam como potencialidades a prontidão, a capacidade de contenção, a mobilidade e a flexibilidade, tal como as forças do GIOP, bem como, a sua capacidade de dissuasão, a economia de meios e a proteção antigás, tal como as forças do ERMOP. Para além destas, as forças do GIC possuem como potencialidade a criação do efeito “bolha” ou seja, têm capacidade para fazer recuar os elementos da linha da frente do Adv, e consequentemente impedem o diálogo e a aproximação excessiva do mesmo. As forças do GIC constituem, também, um ótimo meio de ressalva da integridade física dos militares que estejam a efetuar detenções.

As suas vulnerabilidades são a resistência, que para as restantes forças constituem potencialidades, a economia de recursos, que também constitui uma vulnerabilidade das forças do ERMOP e a velocidade e o campo de observação que também constituem vulnerabilidades das forças do GIOP. Além destas, as forças do GIC não possuem proteção contra agentes incendiários, não estão preparadas para uma situação de arremesso de objetos de grandes dimensões, não podem ser empenhadas nas manobras de “carga” e a sua mobilidade com viatura é bastante reduzida. A capacidade de contenção, tal como para as forças do ERMOP, pode também constituir uma vulnerabilidade da força.

O Cmdt da operação de MROP deve tirar o máximo de partido destas forças tendo sempre em atenção as suas potencialidades e vulnerabilidades para, desta forma, poder tomar as decisões mais adequadas a cada situação.

Capítulo 4

Formação na Guarda Nacional Republicana

4.1. Introdução

Na sociedade contemporânea, em que o ritmo acelerado dos acontecimentos provoca grandes mudanças, as organizações devem estar preparadas para responder a novos desafios. A formação é um fator essencial para promover o desenvolvimento das pessoas e a eficácia das organizações, tendo, por isso que se adaptar aos novos paradigmas sociais (Ferreira, 2007).

4.2. A formação nas organizações

A formação pode ser entendida como um processo de aquisição de conhecimentos ou adoção de atitudes e de comportamentos, quer seja de carácter formal ou informal, que assume relevância tanto para a atividade que o formando tem a seu cargo como para o desenvolvimento pessoal e organizacional. O principal objetivo da formação é maximizar a eficácia e o desenvolvimento organizacional, nomeadamente, através do desenvolvimento das capacidades profissionais dos formandos e do desenvolvimento nesses de comportamentos e de atitudes que lhes permitam ter maior eficiência, eficácia e satisfação profissional na função que desempenham (Camara, Guerra e Rodrigues, 2005).

Para desenvolver a vertente da formação, as organizações adotam diversas configurações ou soluções, designadas por formas de ação formativa. Estas ações ou formas convencionais de realização de formação organizada são caracterizadas pela presença programada de formandos e de formadores em atividades formativas e devem ser realizadas em ambiente adequado. Uma das formas de ação formativa que as organizações adotam são as ações de formação. Estas são consideradas como sendo atividades de carácter informativo, formativo ou mesmo educativo que têm como principal finalidade a aprendizagem de um grupo de formandos segundo um programa de trabalho predefinido em função dos objetivos

estruturados. As ações de formação desenvolvem-se em ambiente especificamente formativo-educativo em que os formandos têm orientação de um ou mais formadores (Cardim, 2012).

A forma mais característica que as organizações utilizam para a transmissão de conhecimentos é o curso, ou ação de formação convencional. Neste sentido, o curso pode ser designado como uma forma de organização composta por um conjunto de atividades formativas e informativas, planeadas e organizadas segundo um determinado programa. O curso inclui um grupo de formandos que recebe informação e realiza atividades em conjunto, sob a orientação de formadores que devem deter o corpo de conhecimentos ou conteúdos adequado para orientar a respetiva aprendizagem (*idem*).

4.3. A formação na Guarda Nacional Republicana

Na GNR a formação abarca um conjunto de atividades educacionais, pedagógicas, formativas e doutrinárias que tem como objetivo a aquisição e a promoção de conhecimentos, de competências técnico-profissionais, de atitudes e de formas de comportamento exigíveis aos militares no cumprimento das suas funções, nas diversas áreas de atuação. A formação ministrada na instituição realiza-se através de cursos, de tirocínios e estágios, de instrução complementar e de treino, consoante as respetivas categorias, armas, serviços ou especialidades a que os militares pertencem³⁸.

Os cursos são ministrados sob a responsabilidade da entidade formadora reconhecida para o efeito e têm duração variável. As modalidades de curso, previstas no sistema de formação da GNR são, designadamente, os cursos de formação inicial, os cursos de promoção e os cursos de especialização ou qualificação³⁹. Os cursos ministrados às forças de MROP, nomeadamente, o CMOP e o CRMOP, enquadram-se nos cursos de especialização ou qualificação, sendo que estes são destinados a obter ou a melhorar os conhecimentos técnico-profissionais dos militares, de forma a habilitá-los para o exercício de funções setoriais que requerem conhecimentos específicos. O GIC ainda não possui um curso de especialização que permita habilitar os seus militares para o cumprimento das

³⁸ Vide o consagrado no art.º 145.º do Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro.

³⁹ Cf. o estipulado no n.º 2, do art.º 146.º do Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro.

missões de MROP, no entanto, encontra-se elaborada uma proposta de criação de um curso para o efeito.

Para além dos cursos, realizam-se ainda treinos que consistem na formação ministrada nas unidades, estabelecimentos ou órgãos de colocação, com a finalidade de manter ou aumentar os níveis de proficiência individuais e coletivos⁴⁰. O treino consiste num processo de formação contínua que tem como objetivo conferir e desenvolver, de forma prática, aptidões profissionais relativas a determinada área do saber⁴¹. Neste âmbito, os treinos podem ser de três tipos, designadamente, o treino na função, o treino orientado e o treino de aperfeiçoamento operacional. O treino na função, por sua vez, subdivide-se em treino individual e treino coletivo. O treino coletivo, que enquadra o tipo de treinos realizados entre as três valências que têm capacidades para cumprir missões de ordem pública, consiste no conjunto de atividades que visam a melhoria da eficácia de equipas, unidades ou formações, para que estas funcionem como entidades coesas e possam, assim, maximizar a capacidade operacional no desempenho de tarefas coletivas⁴².

A GNR valoriza o seu corpo de militares promovendo o processo de aprendizagem ao longo da vida. A aprendizagem ao longo da vida consiste no conjunto de atividades de aprendizagem, que podem ocorrer em qualquer fase da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, numa perspetiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego (Sitoe, 2006). Este conceito aplica-se a todos os níveis e formas de aprendizagem. A aquisição permanente de competências consiste num processo que nunca está completo e responsabiliza todos os parceiros sociais em cada contexto e momento. A aprendizagem ao longo e em todos os domínios da vida constitui um fator de criação e reprodução de valor, cuja visibilidade confere uma valorização e otimização das organizações (Daniel, Santos e Oliveira, 2007).

Neste enquadramento, com vista à valorização profissional e ao prestígio da instituição, a GNR proporciona aos seus militares a possibilidade de frequentar qualquer curso complementar para a sua cultura geral ou especialização técnica, sem prejuízo do serviço, ficando a frequência e eventual conclusão do mesmo averbada no seu processo individual⁴³.

⁴⁰ Cf. o estipulado no art.º 149.º do Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro.

⁴¹ Vide o consagrado no n.º 1 do art.º 237.º do Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho.

⁴² Cf. o disposto na alínea b) do n.º 3 do art.º 238.º do Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho.

⁴³ Vide o estipulado no n.º 1 do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro.

Capítulo 5

Metodologia e procedimentos

5.1. Introdução

Tal como Baptista e Sousa (2011, p.9) referem, uma investigação “é um processo de aplicação de conhecimentos, mas também um processo de planeamento e criatividade que contribui para o enriquecimento do conhecimento na área em que se realiza a investigação”. Uma investigação empírica é um processo que envolve observações que podem ser utilizadas para conceber explicações ou teorias que respondam ao problema da investigação (Hill e Hill, 2002).

Após estar concluída a revisão da literatura, que é a fase que auxilia na procura da resposta à problemática em estudo, através da aquisição de conhecimento científico na área da investigação (Baptista e Sousa, 2011), importa agora referir os métodos de investigação e as técnicas de recolhas de dados utilizadas para a realização do presente RCFTIA, ou seja, a metodologia da investigação utilizada.

5.2. Método de abordagem

Tal como Grawitz *apud* Baptista e Sousa (2011, p.53) afirma, um método não é mais do que “um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar técnicas”. Portanto, o método científico é entendido como uma “(...) sequência de operações que dão resultados válidos, fiéis e reproduzíveis” (Freixo, 2011, p.144).

O método de investigação utilizado para realizar o presente RCFTIA, foi o método hipotético-dedutivo uma vez que o investigador, numa fase inicial do seu estudo, formulou hipóteses para, através dos métodos e técnicas de recolha de dados adequadas, verificar se as mesmas eram falsas ou verdadeiras. A primeira etapa deste método consiste, assim, no

problema, que ocorre quando o conhecimento do investigador origina uma situação problemática exigindo do mesmo, por meio da realização de uma investigação, uma resposta adequada (Freixo, 2011). Para além do método referido, foi ainda utilizado o método descritivo, através do qual foram caracterizadas as principais variáveis relacionadas com o objeto da investigação. Este método prevê a realização de diversos procedimentos para a obtenção de dados, nomeadamente, a investigação de campo, que neste estudo se baseou na análise documental dos regulamentos dos cursos abordados no capítulo 3 e na aplicação de entrevistas (*idem*).

A investigação efetuada seguiu o método qualitativo “(...) que tem lugar quando o investigador está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo” (Freixo, 2011, p.146). Esta técnica preocupa-se essencialmente com a descrição e interpretação dos dados e não tanto com a sua avaliação, dando primazia à compreensão do entrevistador e dos participantes no processo de investigação (*idem*). Através deste método o “(...) investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados” (Baptista e Sousa, 2011, p.56).

5.3. Técnicas e procedimentos utilizados na recolha de dados

A procura de uma determinada informação acontece quando o ser humano deseja compreender mais aprofundadamente dada situação (Ketele e Roegiers, 1998). Assim, as técnicas de recolha de dados consistem no “conjunto de processos operativos que nos permite recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental do processo de investigação” (Baptista e Sousa, 2011, p. 70). Os dados não são mais do que informações que assumem a “(...) forma de observações, ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidas por um conjunto de entidades” (Hill e Hill, 2002, p.41).

Tendo em conta o tipo de estudo efetuado e o seu objetivo, foram utilizadas técnicas de recolhas de dados qualitativas, nomeadamente a entrevista e a análise documental (Baptista e Sousa, 2011).

A análise documental pode ser definida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Chaumier *apud* Bardin, 2002, p. 45). Esta técnica de recolha de dados assume extrema importância na investigação qualitativa podendo complementar informações obtidas por outras técnicas ou

levar à descoberta de novos aspetos sobre um tema ou problema (Baptista e Sousa, 2011). Como tal, no presente RCFTIA, foram analisados os regulamentos dos cursos que se aplicam às forças de infantaria e de cavalaria que desempenham funções de MROP, sendo estes o CMOP e o CRMOP.

A entrevista constitui um “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações” (Ketele e Roegiers *apud* Baptista e Sousa, p. 79).

Para o presente relatório foram realizadas entrevistas individuais, uma vez que os dados foram obtidos inquirindo apenas um indivíduo (Sarmiento, 2013), tendo sido a maior parte delas efetuadas presencialmente. Quanto ao tipo de entrevistas, estas podem ser classificadas em estruturadas e não-estruturadas, tendo em conta a sua forma de operacionalização (Freixo, 2011). Para esta investigação, foram utilizadas entrevistas semiformais ou semiestruturadas que se inserem entre os dois tipos de entrevistas referidas anteriormente. Neste tipo de entrevistas, o entrevistado responde às perguntas de um guião, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados (Sarmiento, 2013).

A realização de entrevistas permite obter dados que não se encontram em fontes documentais e que podem ser relevantes e significativos para a investigação (Freixo, 2011). Desta forma, as respostas concedidas às entrevistas foram objeto de uma análise de conteúdo sistemática, elaborada com o principal objetivo de testar as hipóteses de trabalho formuladas (Quivy e Campenhoudt, 2008). Para Bardin (2002, p.42), a análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Da análise de conteúdo das entrevistas aplicadas foram obtidos indicadores qualitativos e quantitativos que permitiram extrair algumas conclusões. Tendo em conta os quatro guiões elaborados, as questões específicas que foram realizadas sobre uma das situações estudadas, a que só uma pequena quantidade de entrevistados respondeu, foram analisadas qualitativamente. As questões gerais efetuadas sobre o tema, a que todos os entrevistados responderam, foram alvo de uma análise quantitativa em que, através da identificação de partes semelhantes nas respostas, foi efetuada uma codificação das mesmas por segmentos.

5.4. Amostragem e justificação

A amostragem diz respeito ao conjunto de operações que permitem escolher um determinado grupo de sujeitos ou quaisquer elementos representativos da população estudada. O grupo de sujeitos que fazem parte de uma investigação são definidos através das suas características mediante determinados critérios de seleção (Freixo, 2011).

Para a elaboração do presente relatório, foram realizadas entrevistas aos comandantes das operações analisadas, bem como a parte dos comandantes de pelotão/secção que nelas estiveram presentes. Devido às funções que desempenharam nas respetivas operações, os militares selecionados conseguiram identificar quais os aspetos a melhorar no que diz respeito à atuação conjunta das três valências aptas a cumprir missões de MROP.

A operação efetuada no IC 2, em Rio Maior, ocorreu em 24 de novembro de 1998, quando centenas de suinicultores se reuniram com o objetivo de contestar a falta de medidas governamentais para solucionar a crise do setor. O evento materializou-se numa manifestação que culminou com o corte do IC 2, levando ao empenho das forças de reserva, nomeadamente, de infantaria, de cavalaria e de cinotecnia⁴⁴. Assim, foram entrevistados o Cmdt da operação e os comandantes de cada uma das valências empenhadas (no local) conforme disposto no Quadro n.º 1.

Quadro n.º 1 - Entrevistados da operação no IC 2 - Rio Maior

Entrevistado/Guião	Nome	Função que desempenhou na operação	Função Atual	Data/Local
E1/G1	Tenente-Coronel Bento	Comandante da Operação	Chefe do Núcleo de Operações, Informações e Tática da EG	02/06/2014 (EG/Queluz)
E2/G2	Major Machado	Comandante de Pelotão de Infantaria	GGCG	02/06/2014 (Comando Geral)
E3/G2	Tenente-Coronel Fonseca	Comandante de Pelotão de Cavalaria	Chefe da Secção de Planeamento da EUROGENDFOR	Não presencial
E4/G2	Sargento-ajudante Alves	Comandante de Secção Cinotécnica	Chefe da Subsecção de Recursos Logísticos do CFFF	Não presencial

⁴⁴ Cf. o disposto no Relatório sobre a operação efetuada no IC 2- Rio Maior que consta no Anexo D.

O EURO 2004 decorreu entre 12 de junho e 4 de julho de 2004 e consistiu na fase final do Campeonato da Europa de Futebol. Os jogos decorreram em 10 estádios diferentes tendo a GNR a responsabilidade do policiamento de três destes, designadamente, do Estádio Municipal de Braga, do Estádio Municipal de Aveiro e do Estádio do Algarve. Os militares da GNR tinham como missão assegurar o policiamento dos jogos, garantir a segurança de todos os intervenientes e assegurar a MROP, durante todo o campeonato⁴⁵. Neste evento foram utilizadas os três tipos de forças com capacidade para executar missões de MROP e, neste sentido, foram entrevistados os comandantes de cada uma das forças, bem como o Cmdt da operação, como podemos observar no Quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 - Entrevistados da operação EURO 2004

Entrevistado/Guião	Nome	Função que desempenhou na operação	Função Atual	Data/Local
E5/G1	Tenente-Coronel Oliveira	Comandante da Operação	Comandante do GIOP	11/06/2014 (UI/GIOP)
E6/G2	Major Cruz	Comandante de Pelotão de Infantaria	Chefe da DCRP	17/06/2014 (Comando Geral)
E7/G2	Major Ramalho	Comandante de Pelotão de Cavalaria	DO-Comando Geral	23/06/2014 (Comando Geral)
E8/G2	Major Araújo	Comandante de Pelotão de Cinotecnia	Chefe da CFCA	02/06/2014 (EG/Queluz)

Para complementar a investigação efetuada, foram ainda efetuadas entrevistas a oficiais dos três tipos de forças aptas a cumprir missões de ordem pública com experiência a nível de treinos conjuntos que consubstanciam, neste momento, o único tipo de preparação para a atuação de uma força mista. Os oficiais entrevistados, que podemos observar através do Quadro n.º 3, decorrente da função que desempenham, participam com alguma frequência neste tipo de treinos. Para além destes, considerou-se ainda relevante entrevistar os oficiais responsáveis pelas secções de formação e treino das duas unidades que integram as forças que cumprem missões de MROP, como consta no Quadro n.º 4.

⁴⁵ Cf. o disposto na diretiva operacional n.º 04/04 que tem como referência o UEFA EURO 2004™- Plano de Segurança da GNR disposto no Anexo E.

Quadro n.º 3 - Entrevistados com experiência em treinos conjuntos

Entrevistado/Guião	Nome	Função que desempenha	Data/Local
E9/G3	Capitão Raposo	Comandante da 1ª Companhia de Ordem Pública	24/06/2014 (UI/GIOP)
E10/G3	Capitão Tomé	Comandante do 4º Esquadrão/USHE	25/06/2014 (USHE/4º ESQ)
E11/G3	Capitão Lopes	Comandante da Companhia de Intervenção Cinotécnica/GIC	25/06/2014 (UI/GIC/CIC)

Quadro n.º 4 - Oficiais responsáveis pelas secções de formação e treino das unidades

Entrevistado/Guião	Nome	Função que desempenha	Data/Local
E12/G4	Major Martinho	Chefe da Secção de Formação e Treino da UI	09/07/2014 (UI/Comando)
E13/G4	Capitão Cristiano	Chefe da Secção de Formação e Treino da USHE	25/06/2014 (USHE/ECS)

5.5. Materiais e instrumentos utilizados

O presente trabalho foi realizado com recurso ao *Microsoft Office Word 2013*, nomeadamente, em toda a parte escrita do trabalho, na transcrição das entrevistas e na realização dos quadros e tabelas de análise de dados.

A realização das entrevistas foi efetuada através da utilização da aplicação do *iphone* designada dictafone, o que permitiu fazer a transcrição do texto das entrevistas com maior qualidade.

Capítulo 6

Apresentação, análise e discussão dos resultados

6.1. Introdução

Neste capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados decorrentes das técnicas de recolha de dados utilizadas, designadamente, da análise documental e da realização de entrevistas. Os dados resultantes dos factos observados durante a aplicação das técnicas de colheita de dados devem ser analisados e interpretados de forma a facultar uma ligação lógica com o objeto de estudo (Freixo, 2011). Os resultados dessa análise podem ser representados por tabelas, gráficos, quadros, figuras, cronogramas, fluxogramas e mapas (Sarmiento, 2013), sendo que nesta investigação foram utilizados maioritariamente quadros e figuras. Os quadros permitiram agrupar em colunas e linhas, num mesmo espaço visual, um grande número de dados qualitativos e quantitativos recolhidos de vários sujeitos (Freixo, 2011).

6.2. Análise documental

A análise documental tem como objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo a informação contida nos documentos analisados, utilizando, para isso, procedimentos de transformação dessa informação (Bardin, 2002). Como tal, procedeu-se à análise documental dos regulamentos dos cursos que se aplicam às forças de infantaria e de cavalaria que podem desempenhar missões de MROP, nomeadamente, do CMOP⁴⁶ e do CRMOP⁴⁷, materializada na Figura n.º 1. Como referido anteriormente, as forças de cinotecnia ainda não dispõem de um curso específico para os binómios que desempenham missões de MROP, sendo utilizados para este tipo de missões os cães-patrolha.

⁴⁶ Vide Anexo F.

⁴⁷ Vide Anexo G.

		Estrutura Curricular Comum	
		CMOP	CRMOP
ÁREAS	Formação Militar	Transmissões	
		Armamento e Tiro	
	Formação Geral	Relações com o público e com a imprensa	
		Psicologia	Psicologia das multidões
		Noções básicas de emergência médica	Primeiros Socorros
		Direito	Atualização legislativa
		Estrutura Curricular Específica	
		CMOP	CRMOP
ÁREAS	Formação Técnico-Profissional	<ul style="list-style-type: none">• Segurança física;• Operações policiais;• Técnicas de MROP;• Técnicas de utilização de viaturas no restabelecimento da ordem pública;• Técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas;• Técnicas de segurança a operações de fiscalização rodoviária;• Técnicas de intervenção em recintos desportivos;• Técnicas de segurança a operações em feiras e mercados;• Abertura de itinerários;• Apoio contra a criminalidade violenta;• Adaptação às missões internacionais;• Organização e planeamento;• Bastão extensível- curso ASP;• Defesa pessoal policial.	<ul style="list-style-type: none">• Distúrbios civis;• Restabelecimento e manutenção de ordem pública;• Organização e planeamento de operações RMOP;• Equipamento individual.

Figura n.º 1 - Análise das estruturas curriculares do CMOP e CRMOP

A Figura n.º 1 demonstra que existem partes semelhantes na estrutura curricular do CMOP e do CRMOP, nomeadamente, nas áreas da formação militar e da formação geral. Assim, inseridas na área da formação militar, identificam-se duas matérias comuns, designadamente, as transmissões e o armamento e tiro. O CRMOP, para além destas matérias

integra ainda, na área da formação militar, a instrução de equitação. Na área da formação geral, encontram-se quatro matérias comuns, ainda que, algumas delas, não adotem precisamente a mesma designação. Essas matérias são as relações com o público e a imprensa, a psicologia das multidões, as noções básicas de emergência médica e o direito.

Decorrente das missões que as duas forças desempenham, estas adquirem, nos respetivos cursos, formação específica para tal. Assim, é possível identificar a estrutura curricular específica de cada um dos cursos, que se insere, maioritariamente, na área da formação técnico-profissional. O CMOP tem previstas, na sua estrutura curricular, matérias direcionadas para todo o tipo de missões que a força desempenha, que vão muito para além das missões específicas de MROP. Desta forma, o curso contempla matérias específicas tais como a segurança física, as operações policiais, as técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas, as técnicas de segurança a operações em feiras e mercados, entre outras, sendo que as missões de MROP integram o campo das técnicas de manutenção e restabelecimento da ordem pública. O CRMOP é um curso especialmente direcionado para o desempenho de missões de MROP com forças a cavalo e, como tal, a área de formação técnico profissional deste curso integra matérias exclusivamente dedicadas a esse tipo de missões.

Para além das áreas enumeradas existem ainda campos como a aptidão física e as provas e exercícios que integram o treino físico, as provas de avaliação, quer teóricas, quer práticas e os exercícios finais, sendo estas matérias direcionadas para os objetivos finais dos respetivos cursos. Importa referir que os exercícios finais, normalmente, envolvem a realização de um exercício conjunto realizado com as três forças que desempenham missões de MROP.

6.3. Entrevistas

As entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação materializaram-se na aplicação de quatro guiões de entrevista diferentes. Os dois primeiros guiões foram aplicados aos graduados que estiveram presentes e assumiram funções de comando em duas das operações mais mediáticas que envolveram a atuação conjunta das três forças que desempenham missões de MROP, nomeadamente, a operação no IC 2, em Rio Maior, e o EURO 2004. O primeiro guião foi aplicado aos respetivos comandantes das operações e o segundo foi aplicado aos comandantes de pelotão de cada uma das forças presente nas

operações. O terceiro guião foi dirigido aos oficiais que se encontram atualmente ligados à realização de treinos conjuntos e que já detêm alguma experiência neste assunto. Por fim, o quarto guião foi destinado aos chefes das secções de formação e treino da UI e da USHE, unidades onde se inserem as três forças com capacidades para desempenhar missões de MROP.

Os três primeiros guiões contêm perguntas específicas de cada uma das situações referidas anteriormente que, dada a sua natureza, foram analisadas isoladamente, de forma qualitativa. As questões projetadas no quarto guião, que também compõem os restantes, foram analisadas de forma quantitativa, uma vez que, são de índole geral relativamente ao tema abordado na presente investigação.

A análise efetuada permitiu perceber um encadeamento lógico da evolução temporal das atuações conjuntas que já ocorreram em Portugal, possibilitando ainda a comparação entre dois tipos de operações com características diferentes. Por fim, a análise das perguntas específicas relativas aos treinos conjuntos possibilitou a compreensão da situação atual das atuações conjuntas entre as três forças que desempenham funções de MROP.

6.3.1. Análise qualitativa das respostas dadas às entrevistas

Em primeiro lugar procedeu-se à análise das perguntas específicas do Guião n.º 1 (G1), direcionado aos comandantes das operações que foram alvo de análise na presente investigação. O Quadro n.º 5 apresenta a sinopse das respostas dadas pelos mesmos, à pergunta n.º 1, do guião n.º 1 (G1.P1): “Quais os critérios /aspetos considerados no planeamento desta operação?”.

Através da análise de conteúdo materializada no Quadro n.º 5, é possível afirmar que a operação no IC 2, em Rio Maior, envolveu a atuação da força de reserva que era constituída por forças das três valências que podem desempenhar funções de MROP, designadamente, infantaria, cavalaria e cinotecnia. Esta operação caracterizou-se por ser uma situação inopinada, uma vez que, embora o seu planeamento tivesse possibilitado avaliar e considerar alguns aspetos críticos, o Adv mostrou-se muito violento, o que não estava de acordo com as informações que tinham sido previamente recolhidas. Para esta operação não foram realizados treinos conjuntos com as três forças que constituíam a reserva devido ao curto

espaço de tempo que decorreu entre o planeamento e a execução da operação, o que acabou por dificultar a coordenação e articulação entre as forças.

O EURO 2004 foi uma operação que, ao contrário da primeira, envolveu um planeamento bastante detalhado, realizado com muito tempo de antecedência. O planeamento efetuado enquadrava não só a ação da GNR, mas também as ações desenvolvidas em conjunto com todas as entidades externas que estiveram ligadas à segurança do evento. Como tal, foi possível coordenar procedimentos, recolher informações, colocar forças no terreno, realizar “jogos testes” e adotar um modelo para o policiamento dos jogos. Isto permitiu que a força atingisse patamares de preparação assinaláveis, revelando grande capacidade de resposta para qualquer tipo de incidentes.

Quadro n.º 5 - Análise de conteúdo da questão G1.P1

Entrevistado	Sinopse da Resposta
E1 Rio Maior	“Na altura, uma das primeiras coisas que precisámos de saber foi qual era a missão que a nossa força ia cumprir, inserida naquela operação. Isto porque consoante a informação que nos tinha sido comunicada, a operação iria envolver forças do dispositivo territorial e forças das unidades de reserva (...) cada uma com as suas valências, respetivamente, infantaria, cavalaria e cinotecnia. (...) procurou-se também saber as características do terreno. (...) chegou-se à conclusão de que se houvesse necessidade de atuar à noite era um local com pouca luz artificial (...) esse era um dos fatores a ter em conta, as condições do terreno e a falta de luz iriam constituir um problema. (...) tentou-se saber as condições climatéricas (...) e a informação que conseguimos obter foi que naquela região normalmente, naquela altura do ano, fazia muito frio à noite. (...) o que nos levou a ponderar a utilização da viatura canhão de água. (...) Outro aspeto considerado foram as informações sobre o adversário, quantas pessoas iriam estar presentes e que tipo de ações iriam desenvolver. (...) as informações que a Brigada 2 reportou, foram no sentido de que seria uma reunião em que iriam estar presentes cerca de 2000 pessoas (...) que iriam procurar fazer-se ouvir, através dos órgãos de comunicação social. (...) nunca foi reportado que o adversário iria ser violento, apenas que poderia tentar cortar a estrada nacional e esse era o motivo da presença das forças de reserva. (...) Procurou-se também ver se seria possível haver um treino de atuação conjunta com as restantes forças. No entanto não foi possível devido ao curto espaço de tempo que mediava entre a reunião com elementos da Brigada 2 e o dia da operação.”
E5 EURO 2004	“O EURO 2004 envolveu um conjunto de recursos que até hoje mais nenhuma operação envolveu, como tal, houve uma necessidade de planear este evento com quase um ano de antecedência. (...) envolveu ações de planeamento, a realização de jogos teste, a verificação de todo o tipo de forças que iam ser empregues (...) Esta operação teve um longo período de adaptação que envolveu o planeamento conjunto (...) com todas as entidades envolvidas na segurança deste evento. (...) as fases de planeamento passaram pela coordenação de procedimentos com todas as entidades externas que iriam estar ligadas à segurança, por uma recolha de informação considerável, através do estudo da atuação de forças congêneres e de notícias sobre eventos semelhantes que já tivessem ocorrido, pela colocação de forças no terreno e realização de jogos teste e por fim conseguimos adotar um modelo, para cada um dos jogos, considerado como ideal para o policiamento.”

Ainda no âmbito das perguntas específicas efetuadas aos comandantes das operações, o Quadro n.º 6 apresenta as respostas dadas à pergunta n.º 2, do guião n.º 1 (G1.P2): “Enquanto Comandante da operação, quais foram as dificuldades sentidas no comando das três forças de manutenção da ordem pública no local?”.

Quadro n.º 6 - Análise de conteúdo da questão G1.P2

Entrevistado	Sinopse da Resposta
E1 Rio Maior	“A primeira grande dificuldade foi a falta de comunicação, isto é, eu podia falar com os meus comandantes de pelotão e adjuntos porque tinha meios rádio para isso, no entanto, não conseguia comunicar com as restantes forças no terreno, nomeadamente com as forças da cavalaria e da cinotecnia. (...) problemas de comunicação dificultaram o comando e controlo da operação, quer entre a força de infantaria, quer entre as três forças. O facto de não ter havido treinos, no sentido de as forças já saberem o que é que cada uma pode, ou não pode fazer, em cada situação, também dificultou o comando e controlo da operação. Existe um princípio, no controlo de distúrbios civis, que é a preparação coordenada (...) é necessário que as forças treinem com regularidade para que, quando realizam uma operação, não seja preciso improvisar. Isto não invalida a capacidade de flexibilidade que a força deve ter (...). Em suma, foi uma operação muito difícil de comandar devido à falta de comunicações e à violência do adversário que foi muito elevada, algo inédito em Portugal.”
E5 EURO 2004	“Não houve muitas dificuldades no comando das três forças no local, uma vez que as forças estavam bem preparadas para o evento. Realizámos vários jogos treino, vários jogos teste, fizemos diversos exercícios (...). Houve, para este evento, um trabalho apurado que acabou por facilitar as operações no terreno. Portanto, não senti qualquer dificuldade na utilização das forças. O terreno também era favorável à utilização dos três tipos de forças de MROP (...).”

Na operação no IC 2, em Rio Maior, as principais dificuldades enumeradas pelo Cmdt da força foram ao nível das comunicações, tanto entre este com a força de infantaria, como com as restantes forças, sendo que neste último caso os meios rádio eram diferentes. O tempo que mediou entre a fase de planeamento e a execução da operação não permitiu que fosse cumprido um dos princípios essenciais no controlo de distúrbios civis, designadamente, o princípio da preparação coordenada. Assim, não houve a possibilidade de realizar treinos conjuntos entre as três forças que constituíam a reserva, ou seja, as forças não se encontravam preparadas para atuar conjuntamente, o que dificultou o comando da operação ao nível da coordenação e articulação entre as forças. Para além dos fatores anteriormente referidos, a violência do adversário também foi muito elevada para aquilo que seria expectável.

No que concerne à operação do EURO 2004, não foram apontadas dificuldades, uma vez que o planeamento permitiu que fossem realizados vários “jogos treino e jogos teste” e

diversos exercícios conjuntos, o que levou a que as forças estivessem bem preparadas para o evento.

O guião n.º 2 (G2) foi aplicado aos respetivos comandantes de pelotão/secção que estiveram presentes nas operações analisadas. A pergunta específica aplicada neste guião teve como objetivo identificar as dificuldades sentidas ao nível do comando de cada uma das forças empenhada. A análise das dificuldades sentidas nas duas operações foi concebida separadamente, dado que consistiram em dois tipos de operações com características completamente diferentes, como foi possível verificar pela análise efetuada anteriormente. Portanto, o Quadro n.º 7 contempla a análise de conteúdo realizada à pergunta n.º 1, do guião n.º 2 (G2.P1) que foi dirigida aos oficiais que participaram enquanto comandantes de cada uma das forças de reserva na operação no IC 2, em Rio Maior: “Enquanto Comandante de pelotão/secção, quais foram as dificuldades sentidas na atuação conjunta com as restantes forças de manutenção de ordem pública no local?”.

Quadro n.º 7 - Análise de conteúdo da questão G2.P1, da operação no IC 2

Entrevistado	Sinopse da Resposta
E2	“As principais dificuldades foram a ausência de comunicações (...). Outra das dificuldades foi o próprio conceito da operação, não houve uma coordenação prévia, para aquele incidente, entre as três forças.”
E3	“As maiores dificuldades sentidas (...) residiram sobretudo na parte do comando e controlo, com especial ênfase para as comunicações. (...) Outra questão fundamental a considerar é a capacidade de prontidão da força. Naturalmente que uma UTF de infantaria tem elevados índices de prontidão, leia-se é mais rápida no seu aprontamento do que uma UTF de cavalaria. Nesta, há que considerar o aprontamento do militar e do solípede, para além da velocidade de deslocamento das viaturas (...).”
E4	“As dificuldades sentidas foi ao nível da articulação e enquadramento dos binómios porque havia pouco conhecimento das capacidades destes por parte das outras forças. Também por parte dos militares cinotécnicos havia pouco conhecimento do modo de atuação das restantes forças. Outra das dificuldades da nossa atuação foi a falta de equipamento de ordem pública (...).”

Na operação no IC 2, em Rio Maior, as principais dificuldades relatadas foram ao nível das comunicações, tendo estas sido referidas por dois dos comandantes das forças empenhadas. Outra das dificuldades considerada foi a coordenação e articulação das forças na operação que, em virtude do seu carácter inopinado, não possibilitou a realização de treinos ou qualquer tipo de exercício conjunto entre as mesmas, previamente à realização da operação. É de salientar que as dificuldades mencionadas pelos comandantes de cada uma

das forças que participou na operação coincidem com as dificuldades referidas anteriormente pelo Cmdt da operação.

Como dificuldades específicas de cada força, pelo Cmdt de pelotão de cavalaria foi enunciada a capacidade de projeção da força e pelo Cmdt da secção de cinotecnia foi mencionado o facto de, naquela época, a força não possuir o equipamento adequado para o tipo de missão que estava a desempenhar.

O Quadro n.º 8 contempla a análise de conteúdo efetuada à mesma pergunta que no quadro anterior, no entanto, desta vez, enquadra as respostas dos comandantes de cada uma das forças presentes na operação do EURO 2004, no Algarve.

No EURO 2004 os comandantes das forças consideraram que a operação, no geral, correu bem. No entanto, dois destes referiram como dificuldades, e fatores a melhorar, as comunicações e a coordenação e articulação entre as forças. Neste caso, as opiniões dos comandantes das diversas forças foram divergentes, sendo que um deles considerou que não existiram dificuldades de comando na operação, tal como tinha referido, anteriormente, o Cmdt da operação.

Embora as operações analisadas tenham tido características muito diferentes, as principais dificuldades, identificadas por maior parte dos militares que desempenharam funções de comando, foram idênticas, nomeadamente, ao nível das comunicações e da coordenação e articulação entre as forças.

Quadro n.º 8 - Análise de conteúdo da questão G2.P1 no EURO 2004

Entrevistado	Sinopse da Resposta
E6	“A minha principal dificuldade foi a nível das transmissões, naquela época não existia um sistema comum de transmissão, cada força operava com diferentes tipos de rádios. (...) Outra dificuldade mais específica da atuação foi articular e coordenar os meios todos na ação (...) apesar de na minha opinião ter corrido bem.”
E7	“Eu não senti grandes dificuldades, apenas tive de gerir a missão que me foi atribuída (...).”
E8	“(...) as dificuldades foram a reunião e a coordenação dos militares para poder garantir a manutenção da ordem pública no local.”

Para finalizar a análise qualitativa das entrevistas, foram avaliadas as perguntas específicas do guião n.º 3 (G3) aplicado aos oficiais com experiência na realização e participação em treinos conjuntos. Os treinos conjuntos consistem, atualmente, no único sistema de preparação e formação que existe no que diz respeito à atuação conjunta das três

forças que desempenham missões de MROP. O Quadro n.º 9 ilustra a análise qualitativa da pergunta n.º 1, do guião n.º 3 (G3.P1): “Quais os critérios/aspetos considerados no planeamento dos treinos conjuntos?”.

Como se pode verificar pelas respostas constantes no Quadro n.º 9, o planeamento dos treinos conjuntos é efetuado de uma forma genérica, isto é, não consiste num planeamento detalhado, efetuado atempadamente consoante as necessidades de formação identificadas. O planeamento efetuado compreende uma coordenação prévia à concretização do treino, concretizada pelos comandantes das forças que irão estar presentes, que tem como objetivo coordenar o local onde o treino irá ocorrer, bem como o guião de atividades que serão praticadas nesse treino. Um dos entrevistados referiu ainda que por cada treino são realizadas duas ou três atividades específicas.

Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo da questão G3.P1

Entrevistado	Sinopse da Resposta
E9	“(…) Quanto ao planeamento desses treinos conjuntos, não era e não é exaustivo, passa por uma mera coordenação antes dos mesmos, entre os comandantes das forças que integrarão o treino, relativamente ao local e ao guião de atividades do treino para adequar o equipamento a transportar.”
E10	“Quando realizamos um treino, normalmente este é vocacionado para determinadas ações específicas que precisam de ser treinadas (...). Como tal, as ações que precisam de ser treinadas são divididas pelos diversos treinos, sendo que em cada um se treinam duas ou três dessas ações (...).”
E11	“Na maioria das vezes esse planeamento é inexistente, tentando recriar nesses treinos situações similares/semelhantes que possam ocorrer na realidade, ou seja, dando primazia a questões de ordem tática em detrimento das questões de ordem técnica.”

Tendo como principal objetivo compreender quais as dificuldades atualmente sentidas aquando da atuação das três forças de ordem pública, foi elaborada, para os oficiais que participam atualmente nos treinos conjuntos, a pergunta n.º 2, do Guião n.º 3 (G3.P2): “Tendo em conta as funções que já desempenhou nos treinos conjuntos, quais foram as dificuldades sentidas na atuação conjunta com as restantes forças de manutenção da ordem pública?”. A análise de conteúdo desta questão encontra-se exposta no Quadro n.º 10.

Uma das principais dificuldades que se verifica na realização dos treinos conjuntos é ao nível das comunicações, facto que todos os entrevistados mencionaram. Um dos entrevistados referiu que essa dificuldade resulta das forças possuírem meios rádios distintos ou destas não efetuarem os mesmos procedimentos rádio. Foi também referido, por outro

entrevistado, que as atuações conjuntas decorrem, normalmente, em espaços públicos onde estão presentes inúmeras pessoas o que, pelo ambiente que se instala, dificulta o processo de comunicação.

O comando e controlo da força consistiu noutro aspeto mencionado como dificuldade, o que resulta, maioritariamente, do facto de não existir doutrina no que concerne à atuação das três valências com capacidade para cumprir missões de MROP, nem existir formação comum destas três forças. Relativamente a este assunto, foi ainda mencionado que não subsiste um entendimento comum no que diz respeito à utilização de algumas técnicas de atuação em conjunto.

Foi também considerado como dificuldade, o facto de existirem poucas situações reais em que realmente tivesse ocorrido o empenhamento operacional das três forças que podem desempenhar missões de MROP, o que permitiria que os problemas da atuação conjunta fossem expostos e que o sistema adotado fosse modelado em função dos aspetos menos conseguidos.

Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo da questão G3.P2

Entrevistado	Sinopse da Resposta
E9	“(…) A não convergência do entendimento sobre a utilização de algumas técnicas de atuação em conjunto; A questão prática das forças da USHE não possuírem, até há bem pouco tempo, rádios Sepura e mesmo agora, depois de já possuírem, não efetuarem o procedimento para carregar o canal em que a força por norma opera (Canal da UI), que dificulta em muito a comunicação/coordenação, necessária quando nos referimos a atuações deste género; Existe ainda a dificuldade de existir poucas vezes a possibilidade de empenhamento operacional, no quadro das solicitações e exigências dos distúrbios civis atualmente em Portugal (…).”
E10	“A maior dificuldade é sempre a comunicação, pois o sistema de comunicação a funcionar nas três forças é sempre um bocado complexo. Neste tipo de atuações, em que, normalmente existe muito barulho e confusão, as comunicações são sempre o maior entrave (…).”
E11	“As grandes dificuldades na minha opinião prendem-se com as questões de comando, controlo e comunicações. Estas poderão em grande parte ser decorrentes da falta de doutrina, falta de formação comum e sobretudo da falta de existência de situações reais, onde os problemas seriam expostos derivado às necessidades do terreno.”

Em suma, importa referir que as dificuldades identificadas na operação no IC 2, em Rio Maior, no EURO 2004 e, atualmente, nos treinos conjuntos, são idênticas. A maior parte dos graduados que assumiram o papel de Cmdt de uma das forças numa atuação conjunta, identificaram as comunicações como sendo a sua principal dificuldade, quer fosse pelos

meios rádio existentes, quer pelos procedimentos rádio adotados pelas forças. Para além das comunicações foi ainda identificada, como dificuldade comum às três situações, o comando e controlo das forças, resultante da falta de coordenação e articulação entre as mesmas.

6.3.2. Análise quantitativa das respostas dadas às entrevistas

Nos quatro guiões de entrevista aplicados foram realizadas perguntas comuns a todos os entrevistados, por serem de cariz geral sobre a atuação conjunta das três forças com capacidade para cumprir missões de MROP e pelo facto de todos os entrevistados possuírem experiência sobre o assunto. Para facilitar a apresentação dos dados foi realizada a codificação das perguntas e efetuada uma análise às respostas concedidas por segmentos repetidos nas mesmas, pois apesar das perguntas serem iguais, adotam uma numeração distinta nos vários guiões aplicados.

O Quadro n.º 11 apresenta a análise quantitativa da frequência dos segmentos presentes nas respostas dadas à Questão A: “Que vantagem/vantagens considera existirem na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existirem desvantagens no âmbito desta atuação conjunta?”. A codificação da pergunta, bem como a sinopse das respostas e a identificação dos segmentos presentes em cada uma, encontram-se explanadas no Quadro n.º 15, do Apêndice G. A codificação dos segmentos, que representam as respostas dadas à Questão A, encontra-se exposta no Quadro n.º 19, do Apêndice K.

Tendo em conta o objetivo principal do trabalho, considerou-se pertinente analisar quais são realmente as vantagens e as desvantagens que a GNR pode ter se utilizar uma força mista, ou seja, uma força composta por militares de infantaria, cavalaria e cinotecnia, nas missões de controlo de distúrbios civis.

Para 69% dos entrevistados existem muitas vantagens na utilização das forças mistas nas missões de MROP. A vantagem mais referida pelos entrevistados, cerca de 46%, foi o facto de uma força mista possuir maior poder dissuasório do que uma força de infantaria individualmente. Outro fator que assumiu relevância enquanto vantagem, e que foi referenciado por 38% dos entrevistados, foi a rentabilização dos meios, dado que a utilização das forças de cavalaria e de cinotecnia permite assegurar um maior número de militares disponíveis para o desempenho de outras ações. A utilização dos meios supra referidos possibilita a cobertura de áreas muito superiores, para as quais seria necessário um número maior de militares.

O uso proporcional dos meios e a sua complementaridade também foram vantagens apontadas por cerca de 31% dos entrevistados. O uso proporcional dos meios é uma vantagem relacionada com o uso da força e com o princípio da proporcionalidade, temas abordados, respectivamente, no subcapítulo 3.3 e subcapítulo 2.5. Neste sentido, o Cmdt consegue uma melhor adequação dos meios que tem ao seu dispor mediante o grau de ameaça que enfrenta.

A complementaridade dos meios significa que, apesar de cada força dispor das suas próprias potencialidades e vulnerabilidades, como disposto no subcapítulo 3.4, uma atuação conjunta permite que as vulnerabilidades de cada força sejam superadas pelas potencialidades das outras. Foram ainda identificadas como vantagens, por um número reduzido de entrevistados, 15%, uma maior flexibilidade na ação de comando e a resolução rápida de incidentes, e por um dos entrevistados, 8%, uma melhor recolha de informações, dado que o militar a cavalo assume uma posição substancialmente mais elevada que lhe permite retirar clara vantagem no que concerne à observação de atitudes e ações do Adv e das restantes forças.

Quadro n.º 11 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão A

Questão A															
Segmentos	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	Frequência (n)	Percentagem %
A.1	X	X			X	X		X		X	X	X	X	9	69%
A.2	X		X		X	X		X						5	38%
A.3	X		X	X	X	X		X						6	46%
A.4		X	X	X						X				4	31%
A.5			X								X			2	15%
A.6					X									1	8%
A.7							X			X		X	X	4	31%
A.8					X				X					2	15%
A.9	X	X		X		X	X	X			X	X	X	9	69%
A.10	X	X	X		X	X		X		X	X			8	62%
A.11			X											1	8%
A.12							X					X		2	15%
A.13					X				X	X				3	23%

Relativamente às desvantagens, cerca de 69% dos entrevistados consideraram que não existem desvantagens na atuação conjunta das três forças que cumprem missões de MROP. No entanto, foram apontados alguns fatores a ter em conta, considerados como essenciais para que se possa realizar uma atuação conjunta com sucesso, nomeadamente, a

análise de fatores de decisão como o Adv e o terreno, que foram referidos por 62% dos entrevistados. Alguns entrevistados apontaram ainda como desvantagem a questão logística associada à projeção das forças a cavalo, cerca de 23%, e um dos entrevistados também referiu como desvantagem uma maior dificuldade no comando e controlo das forças. Cerca de 15% dos entrevistados, mencionaram que as desvantagens de uma atuação conjunta só podem advir da falta de coordenação e de treino.

O Quadro n.º 12 ilustra a análise quantitativa da frequência dos segmentos presentes nas respostas dadas à Questão B: “Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação/formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública? Porquê?”. A codificação da pergunta, bem como, a sinopse das respostas e a identificação dos segmentos presentes em cada uma, encontram-se explanadas no Quadro n.º 16, do Apêndice H. A codificação dos segmentos, que representam as respostas dadas à Questão B, encontra-se exposta no Quadro n.º 20, do Apêndice K.

Os treinos conjuntos realizados com a presença das três forças constituem o único sistema de preparação existente para uma eventual necessidade de atuar. Este sistema tem sofrido alterações ao longo dos anos que decorrem das necessidades operacionais que vão surgindo para o empenhamento de uma força conjunta.

Na análise desta questão, apesar de todos os entrevistados possuírem experiência relativamente à atuação conjunta das três valências que desempenham missões de MROP, nem todos se encontravam a par do funcionamento atual dos treinos conjuntos, como tal, estes apenas fizeram referência a alguns pontos que devem ser considerados na realização deste tipo de treinos. Ainda assim, cerca de 54% dos entrevistados referiram que os treinos conjuntos que se realizam atualmente são insuficientes e limitados em certos aspetos.

Neste sentido, cerca de 69% dos entrevistados mencionaram que os treinos conjuntos devem ser realizados regularmente, sendo que muitos deles acrescentaram ainda que deveriam existir treinos conjuntos, pelo menos, uma vez por mês. Dois dos entrevistados realçaram que, antes da realização dos treinos conjuntos, cada força deve assegurar o seu próprio treino específico. No que diz respeito a este assunto, foi feita alusão, por um dos entrevistados, à existência de projetos para a criação de um modelo de planeamento/mapa para a realização dos treinos conjuntos, que atualmente, não existe.

Foi também mencionado, por um dos entrevistados, que para que o treino fosse uma boa base para a preparação da força, este deveria cumprir o ciclo necessário para a execução de qualquer tarefa. Neste caso seria o planeamento rigoroso do treino, a execução do treino,

a verificação daquilo que correu bem e do que correu mal e por fim a correção dos erros, o que, na realidade, não acontece, como se pode verificar pela análise de conteúdo da Questão G3.P1. Em suma, o planeamento e a realização dos treinos não estão perfeitamente sistematizados.

Relativamente à limitação dos treinos, 23% dos entrevistados referiram que estes deveriam ser encarados como um treino para uma operação, ou seja, o mais aproximado possível da realidade, com a criação de diversos cenários que permitissem preparar a força para as várias situações que poderão ocorrer. O que acontece atualmente é que, por vezes, são efetuadas algumas demonstrações que são encaradas como treinos, mas devido aos locais onde são realizadas e aos seus objetivos, estas não permitem a criação de cenários variados para efetuar o treino. A realização de treinos conjuntos é fundamental para obter sucesso nas operações, como referem dois dos entrevistados, no entanto, o sistema atual de treinos não proporciona a interoperabilidade entre as forças, tal como 31% dos entrevistados mencionam.

Neste enquadramento, um dos entrevistados referiu que o sistema de treinos conjuntos implementado, neste momento, é o sistema de formação possível, dado que, este apenas poderia ser modificado se as forças se encontrassem todas no mesmo quartel, o que facilitaria a coordenação dos treinos e a sua realização.

Quadro n.º 12 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão B

Questão B															
Segmentos	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	Frequência (n)	Percentagem %
B.1			X									X		2	15%
B.2						X		X	X	X	X	X	X	7	54%
B.3					X									1	8%
B.4	X	X		X		X	X		X	X		X	X	9	69%
B.5	X						X	X						3	23%
B.6						X				X	X	X		4	31%
B.7					X									1	8%

O Quadro n.º 13 apresenta a análise quantitativa da frequência dos segmentos presentes nas respostas dadas à Questão C: “Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?”. A codificação da pergunta, bem como a sinopse das respostas e a

identificação dos segmentos presentes em cada uma, encontram-se explanadas no Quadro n.º 17, do Apêndice I. A codificação dos segmentos, que representam as respostas dadas à Questão C, encontra-se exposta no Quadro n.º 21, do Apêndice K.

Tendo em conta o tipo de situações em que poderá ocorrer a necessidade de uma atuação conjunta das três forças que desempenham missões de MROP, foi considerada a possibilidade de parte da formação dessas três valências ser comum e foram estudadas quais seriam as vantagens que um modelo de formação conjunta poderia trazer, bem como as desvantagens que deste poderiam advir.

Quadro n.º 13 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão C

Questão C															
Segmentos	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	Frequência (n)	Percentagem %
C.1		X		X		X	X	X	X		X	X	X	9	69%
C.2	X	X	X			X	X					X	X	7	54%
C.3	X		X			X				X		X	X	6	46%
C.4	X	X				X	X	X		X	X		X	8	62%
C.5				X					X					2	15%
C.6	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	11	85%
C.7				X										1	8%
C.8			X	X	X				X		X		X	6	46%

As repostas à Questão C permitiram enumerar as vantagens, as desvantagens e os aspetos a ter em conta quando nos referimos à formação conjunta das três forças com capacidade para cumprir missões de MROP.

Para 69% dos entrevistados, uma das principais vantagens com a conceção de um sistema de formação comum é a criação de doutrina relativamente ao empenho de forças mistas em missões de MROP, sendo que atualmente apenas existe um manual sobre o assunto, que se encontra ainda para aprovação. Esta doutrina permitiria que todas as forças adotassem os mesmos conceitos e procedimentos táticos nas missões que desempenham conjuntamente. Um dos entrevistados acrescentou ainda que este facto seria importante em matérias como os princípios de atuação e o uso da força, fatores imprescindíveis e que devem estar sempre presentes no que diz respeito às missões de controlo de distúrbios civis. Neste sentido, seria importante a criação de grupos de trabalho e de observação, com representantes das três forças que cumprem missões de MROP, de forma a proporcionar uma discussão de ideias, essencial à criação de uma doutrina comum.

Outro dos aspetos apontados como vantagem foi a melhoria da coordenação e articulação das forças, que foi referido por cerca de 62% dos entrevistados, o que facilitaria a função do Cmdt da força. Assim, as dificuldades identificadas, anteriormente, na análise qualitativa de dados seriam minoradas, facilitando em muito o comando e controlo das operações. Esta vantagem resultaria, maioritariamente, da existência de uma doutrina comum que permitiria uniformizar os procedimentos, contribuindo substancialmente para potenciar uma melhor articulação entre as forças.

Para 54% dos entrevistados, uma vantagem bastante considerável de um sistema comum de formação seria o conhecimento que as três forças iriam adquirir relativamente às potencialidades e vulnerabilidades das restantes forças. Desta forma, para além de cada uma das forças estar perfeitamente identificada relativamente às funções que deve desempenhar, estaria também claramente esclarecida quanto à função das restantes forças, proporcionando uma boa coordenação entre estas a nível operacional. Contudo, não seriam apenas os militares de cada uma das forças que melhorariam o conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades das restantes valências, mas também o Cmdt da operação, o que possibilitaria uma maior rentabilização dos meios. O Cmdt saberia em que situações poderia beneficiar da utilização de cada uma das forças, podendo rentabilizar ao máximo os meios tidos à sua disposição.

A interoperabilidade entre as forças foi uma vantagem referida por cerca de 46% dos entrevistados. A criação de um sistema de formação comum faria com que o vínculo entre as forças fosse muito maior, sendo que o facto de poder ser criada uma doutrina em comum facilitaria, em muito, o processo de comunicação entre as forças, dado que todas passariam a utilizar os mesmos conceitos. Foi ainda referido, por alguns entrevistados, que a ligação entre as forças poderia resultar de uma formação inicial comum em que todos os militares envolvidas se conheceriam e que, quando fosse preciso atuar em conjunto, o processo de coordenação dessas forças estaria facilitado.

Dependendo do modelo de formação comum que se pudesse adotar, dois dos entrevistados mencionaram que, se houvesse uma formação comum no início dos cursos de ordem pública, uma das vantagens seria a otimização/concentração dos meios colocados à disposição para a formação. Isto é, sendo as matérias ministradas comuns a todas as forças, os meios, quer humanos, quer materiais poderiam ser os mesmos para as três forças proporcionando, assim, a rentabilização dos meios necessários para a formação.

Relativamente às desvantagens, a maioria dos entrevistados, cerca de 85%, considera que não existem desvantagens mas sim alguns aspetos a ter em conta. O fator principal a ter

em conta, enumerado por 46% dos entrevistados, é a salvaguarda das partes específicas de formação de cada uma das forças. Cada força possui as suas especificidades que necessitam de ser ministradas e trabalhadas individualmente para que, quando a força atue em conjunto, cada uma das valências possa estar proficiente nas suas técnicas individuais e contribuir da melhor forma para a atuação em conjunto. Para além disso, existem ainda forças, no domínio da ordem pública, que desempenham um espectro maior de missões do que aquelas que estão exclusivamente direcionadas para o controlo de distúrbios civis, como é o caso do GIOP. Como tal, essas matérias devem também ser trabalhadas individualmente pelas respetivas forças.

Tendo em conta a vantagem enumerada anteriormente, no que diz respeito à otimização dos recursos necessários para a formação, foi também ponderada uma desvantagem nesse sentido, que seria o local para ministrar a formação conjunta das três forças. Para que tal acontecesse, teriam de existir instalações com capacidade para alojar as forças das três valências, caso contrário, estas teriam de se deslocar para poderem receber a formação.

Um dos entrevistados mencionou que, no fundo, o sistema de formação conjunto já existe, consubstanciado nos treinos conjuntos que vão sendo realizados e nos exercícios conjuntos que, por vezes, são concretizados no final dos cursos.

Por fim, o Quadro n.º 14 apresenta a análise quantitativa da frequência dos segmentos presentes nas respostas dadas à Questão D: “Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria implementá-lo/operacionaliza-lo?”. A codificação da pergunta, bem como, a sinopse das respostas e a identificação dos segmentos presentes em cada uma, encontram-se explanadas no Quadro n.º 18, do Apêndice J. A codificação dos segmentos, que representam as respostas dadas à Questão D, encontra-se exposta no Quadro n.º 22, do Apêndice K.

A Questão D foi efetuada com o objetivo de idealizar qual seria o modelo de formação conjunto indicado para potenciar a atuação das três forças que desempenham missões de MROP. No entanto, as respostas obtidas não foram consensuais, originando assim várias conceções no que diz respeito a um possível modelo de formação conjunta nos cursos de ordem pública.

Quadro n.º 14 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas dadas à Questão D

Questão D															
Segmentos	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	Frequência (n)	Porcentagem %
D.1			X	X					X					3	23%
D.2	X				X		X			X		X		5	38%
D.3		X						X			X		X	4	31%
D.4						X								1	8%

Parte dos entrevistados, cerca de 23 %, mencionou, genericamente, que os cursos deveriam ter partes comuns não especificando um modelo concreto. Um dos entrevistados referiu que existem matérias muito importantes que deveriam ser incluídas nos currículos dos cursos ministrados a cada uma das forças, nomeadamente, as formas de atuação de cada uma delas bem como as suas potencialidades e vulnerabilidades. Desta forma, os cursos seriam projetados de forma conjunta e incluiriam a realização de exercícios conjuntos. Outra das considerações efetuada foi que para haver uma parte de formação comum nos cursos de ordem pública os formandos deveriam estar concentrados no mesmo local, sendo formada uma equipa com vários formadores em que cada um deles estaria responsável por certas matérias, dentro de uma determinada área. Para tal, seria necessário coordenar, entre os diversos formadores, as áreas essenciais que deveriam ser ministradas na parte de formação comum das três forças.

No mesmo âmbito, foi referido por um dos entrevistados que, primeiramente, deveria ser realizado um estudo sobre as partes comuns que seriam necessárias às três forças no que diz respeito à atuação conjunta em controlo de distúrbios civis. Posteriormente, os cursos deveriam ser conjugados para que as três forças pudessem receber a mesma formação, no entanto, para que isso acontecesse seria necessário implementar uma reestruturação dos cursos, quer em termos de estrutura curricular, quer no tempo de duração dos mesmos.

No que concerne a um modelo concreto de formação conjunto nos cursos de ordem pública, cerca de 38% dos entrevistados defendem um modelo de formação semelhante ao que se pode observar na Figura n.º 2. De acordo com o modelo A, na primeira fase do curso, deveriam ser ministradas as partes específicas de cada uma das forças nas respetivas unidades de formação para que, numa fase final do curso, pudesse existir uma parte de formação comum que incluiria a realização de treinos e exercícios conjuntos. Na parte inicial dos cursos, para alguns entrevistados, seria essencial existir a formação específica de cada valência pois só depois de cada força estar, individualmente, bem preparada e coordenada é

que, as forças se encontram aptas a realizar exercícios conjuntamente. Sem uma formação específica na parte inicial dos cursos não se consegue tirar rendimento da existência de uma possível formação comum.

Para que este modelo pudesse ser operacionalizado seria necessário existir uma coordenação das datas dos cursos ministrados para fazer coincidir os dias ou as semanas entendidas como necessárias para realizar a parte final de formação comum entre as três valências. Esta coordenação seria da responsabilidade do CDF e das respetivas unidades, ou seja, da UI e da USHE.

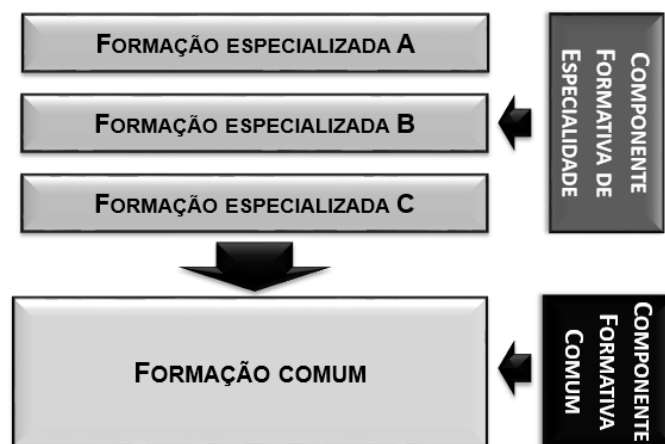


Figura n.º 2 – Formação Conjunta — Modelo A

Cerca de 31% dos entrevistados, em alternativa ao modelo exposto anteriormente, defendem um modelo idêntico ao materializado na Figura n.º 3. Este modelo é baseado num sistema de formação com uma fase inicial comum, a realização, posterior, da formação específica de cada uma das três valências, tendo no final, novamente, uma parte conjunta, de índole mais prática. A parte inicial do curso seria baseada em conceitos doutrinários comuns, para que todas as forças pudessem ter a mesma base de sustentação aquando da sua atuação. Para tal, seriam analisadas quais as áreas de formação importantes a ministrar a todos os militares com capacidades e responsabilidades em situações de ordem pública.

Deste modo, um dos entrevistados refere que este modelo passaria pela criação de três cursos de ordem pública com a mesma duração, designadamente, de sete semanas, que se iniciassem nas mesmas datas. Assim, poderia existir a parte inicial comum, a parte de especialização de cada uma das forças e a parte final que permitiria a realização de “exercícios reais” com a possibilidade de avaliar a operabilidade dos meios e de exigir aos

futuros comandantes o planeamento, a organização e o comando de forças conjuntas. Nesta fase poderiam, também, ser constituídos grupos de observação com o objetivo principal de identificar erros e, consoante os erros detetados, elaborar novas propostas tendo em vista uma constante evolução e uma reforma da doutrina e formação.

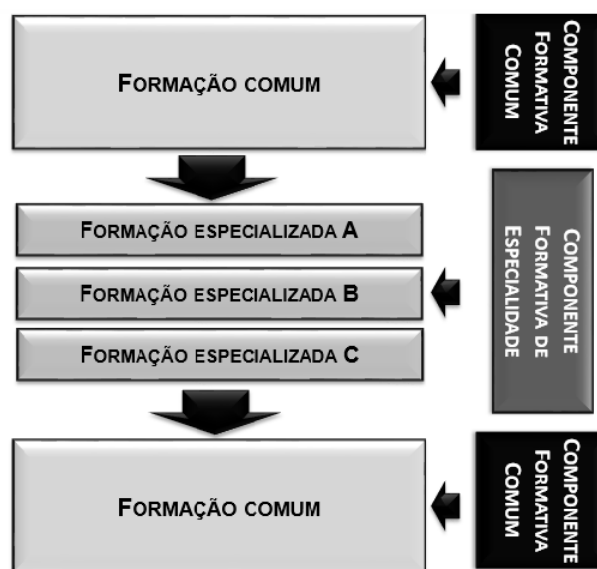


Figura n.º 3 – Formação conjunta — Modelo B

Foi levantada, por parte de um dos entrevistados, uma dificuldade em adotar um modelo de formação conjunta nos cursos de ordem pública, que tem a ver com as necessidades de formação das respetivas unidades. As realidades nas duas unidades que ministram os cursos de ordem pública são diferentes; na USHE os militares habilitados com o CRMOP permanecem na unidade um ou dois anos, no máximo, o que leva a que haja uma necessidade constante de ministrar novos cursos. Assim, nem todos os cursos que a USHE ministra poderiam ser dados de forma conjunta. Neste sentido, foi elaborada uma proposta relativa à inamovibilidade dos militares habilitados com o CRMOP, na USHE, o que permitiria que fossem ministrados menos cursos e que esses cursos fossem projetados de forma conjunta.

Relativamente aos modelos de formação conjunta, um dos entrevistados mencionou que só seria possível existir um modelo de formação conjunta se todas as forças se encontrassem colocadas no mesmo quartel, sendo o primeiro passo para que a formação conjunta existisse, a criação de um manual único de ordem pública e não um manual específico para cada valência.

Capítulo 7

Conclusões e recomendações

7.1. Introdução

As conclusões e recomendações assumem extrema relevância em qualquer projeto de investigação e integram, normalmente, o capítulo final de um trabalho científico. As conclusões incluem sempre a resposta formal aos objetivos propostos no início da investigação e resultam do processo analítico desenvolvido anteriormente (Baptista e Sousa, 2011). Através das conclusões, o investigador pode fazer o seu juízo relativamente aos resultados obtidos, sejam eles positivos ou negativos, podendo mesmo indicar como é que estes podem ser aplicados na prática (Fortin, 2009).

Desta forma, após a exposição dos resultados obtidos, apresenta-se a verificação das hipóteses e dos objetivos propostos para a presente investigação, bem como a resposta à questão central do trabalho científico e, conseqüentemente, à questão derivada que foi alvitrada. Numa segunda fase, serão expostas algumas recomendações, mencionadas as dificuldades sentidas durante a investigação e elaboradas as propostas para investigações futuras relacionadas com o tema abordado no presente trabalho.

7.2. Verificação das hipóteses e perguntas derivadas

O presente subcapítulo tem como objetivo principal verificar a validade das hipóteses levantadas na parte inicial da investigação, com o propósito de responder à questão derivada colocada para este trabalho científico. Tendo em conta a questão central do trabalho e a natureza da presente investigação, apenas foi levantada uma questão derivada.

Na questão derivada colocada — “Quais as dificuldades atualmente sentidas aquando da atuação conjunta das três vertentes que intervêm na Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública?” — verificou-se, pela análise qualitativa efetuada às perguntas específicas

dos três primeiros guiões, a existência de algumas dificuldades quando ocorrem atuações conjuntas.

No sentido de poder conceber um encadeamento lógico entre as dificuldades que têm vindo a ser sentidas desde das primeiras operações em que foram utilizadas conjuntamente as três forças que cumprem missões de MROP, foram analisadas as operações do IC 2, em Rio Maior e a do EURO 2004 e, posteriormente, os treinos conjuntos. Portanto, foi possível verificar que, embora as operações estudadas tivessem tido características muito diferentes, as dificuldades identificadas, por maior parte dos militares que assumiram funções de comando nas mesmas, relativamente à atuação conjunta das três forças, foram ao nível das comunicações e da coordenação e articulação entre as forças. As dificuldades apresentadas no que diz respeito à realização atual dos treinos conjuntos são idênticas àquelas que foram sentidas nas operações anteriormente referidas.

Neste enquadramento, surgem as três hipóteses colocadas no início da investigação. A **H3** — “Existem dificuldades de diferentes naturezas aquando da atuação conjunta das três forças de ordem pública, exigindo, portanto, que o sistema atual seja melhorado” é **totalmente validada**. A confirmação desta hipótese verifica-se pela análise qualitativa efetuada às perguntas específicas dos guiões, referenciada anteriormente, em que foram identificadas as dificuldades sentidas quando as três forças que desempenham missões de MROP atuam conjuntamente, e pela análise quantitativa realizada à Questão B.

Relativamente ao sistema atual que existe, que consiste na realização de treinos conjuntos, verificou-se, pela análise qualitativa da Questão G3.P1 que o planeamento efetuado para a realização dos mesmos é genérico, ou seja, não é um planeamento muito exaustivo. Este compreende uma coordenação prévia (imediatamente antes do treino) à concretização do treino entre os comandantes das três forças que irão estar presentes no sentido de coordenar o local onde o treino irá ocorrer e o guião de atividades que serão praticadas.

Na análise quantitativa efetuada à Questão B, cerca de 54% dos entrevistados consideraram que o sistema de treinos conjuntos atual não é suficiente enquanto preparação/formação para uma eventual necessidade de atuar. O valor parece não ser considerável mas tal só acontece porque a maior parte dos entrevistados que participaram nas operações analisadas desempenham presentemente outros cargos alegando, por isso, que não conhecem o atual sistema de treinos conjuntos. Portanto, todos os entrevistados que se encontram atualmente ligados, de alguma forma, à realização dos treinos conjuntos referiram

que o sistema de treinos que existe atualmente não é o adequado e precisa de ser substancialmente melhorado.

Neste âmbito, podemos afirmar que a **H1** — “Não existe qualquer dificuldade, no entanto, o atual sistema de formação pode ser aperfeiçoado em diversos aspetos” é **parcialmente refutada** e a **H2** — “Não existe qualquer dificuldade sendo o sistema atual o indicado e apropriado para a atuação conjunta das forças de ordem pública” é **totalmente refutada**.

7.3. Resposta à pergunta de partida e reflexões finais

A utilização de forças mistas para cumprir missões de MROP é uma capacidade única da GNR, sendo que uma atuação conjunta pode trazer inúmeras vantagens como referem cerca de 69% dos entrevistados na análise quantitativa realizada à Questão A. As vantagens enumeradas consistiram, maioritariamente, na rentabilização de meios, no incremento do poder dissuasor da força e no facto desta permitir o uso proporcional dos meios. No fundo, uma atuação conjunta baseia-se na complementaridade dos meios, fazendo com que uma força que desempenha missões de ordem pública tenha capacidades notáveis. Para 69% dos entrevistados, não existem desvantagens numa atuação conjunta, contudo, antes de qualquer atuação deste tipo, devem ser tidos em conta fatores de decisão essenciais, como o terreno onde se vai desenrolar a ação e o tipo de Adv que a força vai enfrentar.

Respondendo à questão central da investigação — “Quais as vantagens/desvantagens de uma possível formação conjunta nos Cursos de Ordem Pública?” — e tendo por base a análise quantitativa efetuada à Questão C, as principais vantagens identificadas foram a criação de doutrina no que diz respeito ao empenhamento conjunto das três forças que podem desempenhar missões de MROP, nomeadamente, as forças de infantaria, cavalaria e cinotecnia, a melhoria da coordenação e articulação entre as forças, a interoperabilidade que passaria a existir entre as forças e o conhecimento, por parte de cada uma das forças, das potencialidades e das vulnerabilidades das restantes forças. Neste âmbito, maior parte dos entrevistados consideraram que não existem quaisquer desvantagens, referindo, no entanto, que as partes específicas de formação de cada uma das forças teriam de ser salvaguardadas.

Com o objetivo de tentar idealizar um possível modelo para a formação conjunta nos cursos de ordem pública, foi efetuada uma questão aos entrevistados sobre o assunto. A análise quantitativa realizada à Questão D mostra os resultados obtidos dos quais podemos

concluir que não existe muita concordância relativamente ao tema. No entanto, foi possível transpor os resultados para dois modelos representados na Figura n.º 2 e na Figura n.º 3. Estes dois modelos representam dois itinerários pedagógicos distintos relativamente à adoção de uma formação conjunta nos cursos de ordem pública. O modelo A indicado pela maior parte dos entrevistados, 38%, é composto inicialmente pela formação específica de cada uma das forças, sendo que na parte final dos cursos existiria uma fase de formação comum às três forças. O modelo B, mencionado por 31% dos entrevistados, contém uma parte inicial comum dedicada aos conceitos doutrinários que deveriam ser adotados pelas três forças, sendo que, posteriormente, teriam a parte específica de cada força e no final, voltariam a ter uma parte comum, mas desta vez, de índole mais prática.

A análise documental efetuada aos regulamentos dos cursos de ordem pública ministrados a duas das forças que desempenham missões de MROP, explanada na Figura n.º 1, permitiu identificar matérias comuns aos dois cursos. Estas matérias poderiam ser uniformizadas e consideradas na adoção de uma doutrina única para as três forças que desempenham missões de MROP, podendo ser, desta forma, ministradas de igual modo nos cursos de ordem pública.

7.4. Recomendações e limitações

Tendo em conta os dados obtidos com a presente investigação seria crucial melhorar o sistema de preparação que existe atualmente para a atuação conjunta das três forças de ordem pública, de forma a atenuar as dificuldades sentidas aquando da sua atuação e a organizar, da melhor forma possível, a força para uma eventual necessidade de atuar. Neste contexto, o primeiro fator a ser considerado seria a adoção de uma doutrina única para as três forças que participam no desempenho de missões de MROP. Desta forma, as forças poderiam seguir os mesmos conceitos e princípios de atuação, melhorando em muito a coordenação e a articulação entre as mesmas.

Neste enquadramento, poderão ser consideradas duas propostas distintas. A primeira seria o aperfeiçoamento do sistema de treinos implementado atualmente, o que poderia ser conseguido através da elaboração e implementação de um mapa/plano anual de treinos conjuntos. Este plano anual de treinos teria de ser realizado de forma detalhada tendo em conta as necessidades de formação identificadas, podendo sofrer alterações ao longo do ano.

Outra perspetiva distinta seria a adoção, nos cursos de ordem pública, de um dos modelos de formação conjunta identificados nas Figuras n.º 2 e n.º 3. Esta opção traria vantagens bastante consideráveis ao nível do empenhamento conjunto das três forças que desempenham missões de MROP. Para que tal acontecesse, seria necessário estudar aprofundadamente a estrutura curricular dos cursos, no sentido de perceber quais as matérias essenciais a todas as forças que assumem responsabilidades no controlo de distúrbios civis, e isto implicaria a reestruturação dos mesmos.

No processo de realização do presente relatório final foram sentidas algumas dificuldades de diferentes naturezas. A principal dificuldade sentida foi o facto de não existir doutrina relativamente ao tema abordado no trabalho, sendo que este envolve militares de diferentes especialidades, que pela formação que tiveram ao longo do seu percurso profissional têm formas distintas de abordar o problema. Assim, os dados obtidos com a realização das entrevistas foram um pouco díspares, o que dificultou a análise de dados.

Por outro lado, a formação a nível das ciências sociais, poderia ser desenvolvida e aprofundada, através da realização de trabalhos durante o curso, no sentido de conferir aos alunos a experiência necessária e suficiente para aplicar as técnicas de recolha de dados indicadas para cada tipo de investigação e de facilitar o processo de análise de dados utilizado.

O limite de páginas estipulado para a realização do presente relatório configura-se, também, como uma dificuldade pois não permite aprofundar as matérias abordadas no mesmo.

7.5. Propostas de investigação subsequente

No que concerne à proposta para investigações futuras, considera-se que poderia ser frutuosa a criação de um grupo de trabalho, constituído por oficiais das três forças que atuam conjuntamente no cumprimento de missões de MROP, com o objetivo de criar um documento único com as regras e princípios de atuação de uma força conjunta. Este grupo ficaria também encarregue de estudar aprofundadamente o sistema de formação conjunto das forças, nomeadamente, da remodelação do atual sistema de treinos conjuntos ou de reestruturação dos cursos existentes para as respetivas forças.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. (2005). A Ação Penal Catapulta da Segurança Interna?. In Valente, M., (Coord.), *I Colóquio da Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- Alves, A. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. (2013). *Emergência de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Baptista, C. e Sousa, M. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Caetano, M. (2012). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional- Tomo I*. Coimbra: Almedina.
- Camara, P., Guerra, P., & Rodrigues, J. (2005). *Humanator* (6.^a ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cardim, J. (2012). *Gestão da formação nas organizações* (2.^a ed.). Lisboa: Lidel Editora.
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- Clemente, P. (2005). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Clemente, P. (2009). A Ordem em Público. In Valente, M., (Coord.), *Reuniões e Manifestações: atuação policial*. Coimbra: Almedina.
- Clemente, P. (2011). Segurança: Pública e Privada- Fundamentos e Rumos. *Revista de Segurança e Defesa*. 18, 45-49.

- Daniel, A., Santos, F., & Oliveira, S. (2007). *Os conceitos de aprendizagem ao longo da vida*. Retirado: junho, 20, 2014 de <https://www.ua.pt/ieua/readobject.aspx?obj=4191>.
- Dias, H. (2012). *Metamorfoses da Polícia- Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Dias, M. (2006). Segurança Interna. In Valente, M., (Coord.), *II Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- Duarte, M. (1992). *A Liberdade de Circulação de Pessoas e a Ordem Pública no Direito Comunitário*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fernandes, A. (2005). Poder Político e Segurança Interna. In Valente, M., (Coord.), *I Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- Ferreira, P. (2007). *Guia do animador na formação de adultos* (6.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Fontes, J. (2009). *Teoria Geral do Estado e do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fontes, J. (2011). Externalização da Defesa e Segurança do Estado. *Revista de Segurança e Defesa*. 19, 28-32.
- Fontes, J. (2012). *Curso sobre o código do procedimento administrativo*. (4.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. (5.^a ed.). Loures, Lusociência.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas* (3.^a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, A. e Hill, M. (2002). *Investigação por Inquérito* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ketele, J. e Roegiers, X. (1998). *Metodologia da recolha de dados: fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, A. (2009). Reuniões, manifestações e actuação policial: Notas para uma conferência. In Valente, M., (Coord.), *Reuniões e Manifestações: actuação policial*. Coimbra: Almedina.
- Lopes, A. (2011). A Crise Financeira e a Segurança Nacional. *Revista de Segurança e Defesa*. 19, 21-27.
- Lucas, P. (2009). Reuniões, manifestações e actuação policial. In Valente, M., (Coord.), *Reuniões e Manifestações: actuação policial*. Coimbra: Almedina.

- Oliveira, J. (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Pinho, P. (2009). O direito de reunião e de manifestação. A lei e a sua prática. In Valente, M., (Coord.), *Reuniões e Manifestações: actuação policial*. Coimbra: Almedina.
- Quivy, R e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3.^a ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sitoe, R. (2006). Aprendizagem ao longo da vida: um conceito utópico?. *Comportamento organizacional e gestão*, 12 (2), 283-290. Retirado: junho, 23, 2014, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a09.pdf>.
- Sousa, A. (2002). A polícia como garante da ordem e segurança pública. *Revista do Ministério Público*. 90, 79-89.
- Sousa, A. (2006). A Polícia na Constituição Portuguesa. In Valente, M., (Coord.), *II Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- Sousa, A. (2008). *A Polícia no Estado de Direito: Polícia Administrativa e Forças de Segurança*. Porto: Editora Saraiva.
- Sousa, P. (2010). Segurança Interna e Defesa Nacional: Uma Evolução para o Conceito de Segurança Nacional?. *Revista de Segurança e Defesa*. 13, 70-78.
- Valente, M. (2005). Contributos para uma Tipologia de Segurança Interna. In Valente, M., (Coord.), *I Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. (2012). *Teoria geral do direito policial* (3.^a ed.). Coimbra: Almedina.

Documentação Oficial

- Academia Militar (2013). NEP 520/DE, de 13 de Junho de 2013;
- Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 9 de março de 1978. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 57, 489- 493. Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 201, 964(2)-964(3). Ministério da Administração Interna e da Justiça.

- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. *Diário da República*, 1.ª Série-A, n.º 63, 1350- 1416. Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 199, 7662-7700. Ministério da Administração Interna.
- Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho. *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 119, 33856-33891. Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana (2009). Despacho GCG N.º 57/09 OG- Unidade de Intervenção, de 30 de dezembro de 2009.
- Guarda Nacional Republicana (2009). Despacho GCG N.º 59/09 OG- Unidade de Segurança e Honras do Estado, de 30 de dezembro de 2009.
- Guarda Nacional Republicana (2009). *Manual do Curso de Manutenção de Ordem Pública*. Lisboa: Grupo de Intervenção de Ordem Pública.
- Guarda Nacional Republicana (2014). *Utilização de forças mistas em ordem pública*. Documento não aprovado.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série- A, n.º 115, 4642- 4686. Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043-8051. Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 167, 6135-6141. Assembleia da República.
- Lei n.º 41/2013, de 26 de junho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 121, 3518- 3665. Assembleia da República.
- Parecer n.º 9/96-B/Complementar da Procuradoria-Geral da República, de 29 de janeiro de 2000. *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 24, 1960- 1973. Ministério Público.
- Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 242, 8845-8854. Ministério da Administração Interna.

Apêndices

Apêndice A

Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

Da formação (integrada) nos cursos de ordem pública		
PARTE TEÓRICA	PARTE PRÁTICA	PARTE CONCLUSIVA
Capítulo 1 Introdução		
Capítulo 2 Da segurança à ordem pública	Capítulo 5 Metodologia e procedimentos	
Capítulo 3 Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública na Guarda Nacional Republicana		Capítulo 7 Conclusões e Recomendações
Capítulo 4 Formação na Guarda Nacional Republicana	Capítulo 6 Apresentação, análise e discussão dos resultados	

Figura n.º 4 - Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

Apêndice B
Carta de apresentação

ACADEMIA MILITAR



**RELATÓRIO CIENTÍFICO FINAL DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO
APLICADA**

“Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública”

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública” tem como principal objetivo determinar quais as vantagens e desvantagens de uma possível formação conjunta nos Cursos de Ordem Pública.

Para cumprir este desiderato foi adotada a técnica de inquérito por entrevista, cujo critério para efeitos de determinação da amostra considerada assenta na experiência de profissionais que desempenharam funções de comando de forças em situações de atuação conjunta das três vertentes de ordem pública.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a que me conceda a presente entrevista, na medida em que o seu testemunho é imprescindível para atingir os objetivos da investigação a que me proponho e para a respetiva valorização do trabalho que me encontro a realizar.

Se for pretensão de V.Ex.^a, antes da apresentação pública do trabalho, colocarei à disposição a transcrição da entrevista bem como a análise de conteúdo efetuada às respostas dadas.

Atenciosamente

Sara Isabel Rosado Santos
Aspirante de Cavalaria da GNR

Apêndice C
Guião de entrevista n.º 1

ACADEMIA MILITAR



**RELATÓRIO CIENTÍFICO FINAL DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO
APLICADA**

“Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública”

GUIÃO N.º 1 - Comandante de Operação em que ocorreu uma atuação conjunta das três forças de Ordem Pública (Operação no IC 2- Rio Maior; EURO 2004).

Identificação do Entrevistado

Nome:

Posto:

Função atual:

Função que desempenhava quando ocorreu a operação:

Local:

Data/Hora:

Questão n.º 1 - Quais os critérios/aspetos considerados no planeamento desta operação?

Questão n.º 2 - Enquanto Comandante da operação, quais foram as dificuldades sentidas no comando das três forças de manutenção de ordem pública no local?

Questão n.º 3 - Que vantagem/vantagens considera existirem na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existir desvantagens no âmbito desta atuação conjunta? (pode reportar exemplos concretos da operação)

Questão n.º 4 - Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação/formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública? Porquê?

Questão n.º 5 - Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?

Questão n.º 6 - Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionalizá-lo?

Apêndice D
Guião de entrevista n.º 2

ACADEMIA MILITAR



**RELATÓRIO CIENTÍFICO FINAL DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO
APLICADA**

“Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública”

GUIÃO N.º 2 - Comandantes de Pelotão/Secção das Operações em que ocorreu uma atuação conjunta das três forças de Ordem Pública (Operação no IC 2- Rio Maior; EURO 2004).

Identificação do Entrevistado

Nome:

Posto:

Função atual:

Função que desempenhava quando ocorreu a operação:

Local:

Data/Hora:

Questão n.º 1 - Enquanto Comandante de pelotão/secção, quais foram as dificuldades sentidas na atuação conjunta com as restantes forças de manutenção de ordem pública no local?

Questão n.º 2 - Que vantagem/vantagens considera existirem na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existir desvantagens no âmbito desta atuação conjunta? (pode reportar exemplos concretos da operação)

Questão n.º 3 - Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação/formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública? Porquê?

Questão n.º 4 - Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?

Questão n.º 5 - Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionalizá-lo?

Apêndice E
Guião de entrevista n.º 3

ACADEMIA MILITAR



**RELATÓRIO CIENTÍFICO FINAL DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO
APLICADA**

“Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública”

GUIÃO N.º 3 - Oficiais com experiência na realização de treinos conjuntos

Identificação do Entrevistado

Nome:

Posto:

Função atual:

Local:

Data/Hora:

Questão n.º 1 - Quais os critérios/aspetos considerados no planeamento dos treinos conjuntos?

Questão n.º 2 - Tendo em conta as funções que já desempenhou nos treinos conjuntos, quais foram as dificuldades sentidas na atuação conjunta com as restantes forças de manutenção da ordem pública?

Questão n.º 3 - Que vantagem/vantagens considera existirem na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existir desvantagens no âmbito desta atuação conjunta? (pode reportar exemplos concretos de situações que ocorreram nos treinos)

Questão n.º 4 - Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação/formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública? Porquê?

Questão n.º 5 - Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?

Questão n.º 6 - Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionalizá-lo?

Apêndice F
Guião de entrevista n.º 4

ACADEMIA MILITAR



**RELATÓRIO CIENTÍFICO FINAL DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO
APLICADA**

“Da Formação (Integrada) nos Cursos de Ordem Pública”

GUIÃO N.º 4 - Oficiais responsáveis pelas secções de formação e treino da UI e da USHE

Identificação do Entrevistado

Nome:

Posto:

Função:

Local:

Data/Hora:

Questão n.º 1 - Que vantagem/vantagens considera existirem na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existir desvantagens no âmbito desta atuação conjunta? (pode reportar exemplos concretos de situações que ocorreram nos treinos)

Questão n.º 2 - Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação/formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública? Porquê?

Questão n.º 3 - Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?

Questão n.º 4 - Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionalizá-lo?

Apêndice G

Análise quantitativa dos resultados da Questão A

O quadro seguinte apresenta a codificação da Questão A, comum a todos os guiões das entrevistas, bem como a sinopse das respostas de cada entrevistado a essa questão. Relativamente a cada resposta são apresentados os segmentos identificados.

Quadro n.º 15 - Codificação da Questão A e análise das suas respostas

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P3 G2.P2 G3.P3 G4.P1	“ Que vantagem/vantagens considera existir na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existirem desvantagens no âmbito desta atuação conjunta?”	A	E1	“Existem várias vantagens, a partir do momento em que os homens com a utilização de animais conseguem cobrir áreas onde são precisos mais homens de infantaria. (...) a utilização da cinotecnia e da cavalaria são sempre uma mais-valia porque com menos homens consegue-se o mesmo efeito, ou um efeito mais dissuasor do que só com as forças de infantaria. (...) Não considero haver desvantagens (...). Se for efetuada uma análise correta da ação do adv., dos meios que este está a utilizar contra as forças de segurança e do terreno e estiverem reunidas as condições para a atuação conjunta, não existem desvantagens.”	A.1 A.2 A.3 A.9 A.10
			E2	“ (...) a principal vantagem tem a ver com o uso proporcional dos meios (...). Neste sentido as vantagens para mim são inúmeras (...) adequando a mesma ao terreno consoante o adv. que temos pela frente. (...) para mim não existem desvantagens.”	A.1 A.4 A.9 A.10
			E3	“Vantagens: maior poder dissuasório, maior poder de choque, maior rentabilização do efetivo (...) melhor adequação dos meios ao nível da ameaça, maior flexibilidade na ação de comando (...). Desvantagens: maior dificuldade no comando e controlo, utilização dos meios a cavalo em espaços exíguos e/ou fechados.”	A.2 A.3 A.4 A.5 A.10 A.11
			E4	“Uma das vantagens da atuação conjunta é criar um impacto dissuasor perante o adversário, podendo assim utilizar-se gradualmente os meios conforme o grau de ameaça. Desvantagens não existem.”	A.3 A.4 A.9

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P3 G2.P2 G3.P3 G4.P1	“ Que vantagem/vantagens considera existir na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existirem desvantagens no âmbito desta atuação conjunta?”	A	E5	“As vantagens são muitas, desde de que o terreno seja favorável e as condições meteorológicas também (...). Podemos, então, apontar como vantagens da força de cavalaria a rapidez da execução da carga (...) a força é imponente e tem grande poder dissuasor (...) numa fase de recolha de informações, o facto do cavaleiro estar mais alto permite observar as ações que o adv. está a desenvolver. O que importa neste tipo de operações é rentabilizar os meios e, para isso estes devem ser adequados à situação que está a acontecer. As desvantagens (...) não passam tanto por uma questão de operacionalização dos meios mas sim por toda a situação logística que se encontra a montante. Os cavalos carecem de todo um acompanhamento logístico bastante grande (...).”	A.1 A.2 A.3 A.6 A.8 A.10 A.13
			E6	“Numa atuação conjunta só pode haver vantagens. A cavalaria acaba por dar uma capacidade de choque e de persuasão que a infantaria por si só não tem (...). A parte da cinotecnia (...) acaba por ser uma garantia de delimitação de um determinado espaço, podendo poupar homens para outras ações. (...) Não vejo qualquer tipo de desvantagens nas atuações conjuntas das três forças, desde de que os meios sejam bem empregues, tendo em conta o adv. e o terreno.”	A.1 A.2 A.3 A.9 A.10
			E7	“A principal vantagem é o facto dos meios se complementarem, ou seja, quando existem meios que possuem determinadas vulnerabilidades, existem também outros meios que possuem potencialidades que compensam as vulnerabilidades dos primeiros. (...) Não considero existirem desvantagens (...) as desvantagens só podem advir da falta de coordenação e treino.”	A.7 A.9 A.12
			E8	“Existem inúmeras vantagens (...). O sistema de atuação conjunto das três forças de ordem pública permite a aplicação de uma maior força dissuasória que poderá ser a mais eficaz em determinadas situações. Não considero existirem desvantagens (...) permitindo a rentabilização dos meios que estão a ser empregues naquela operação. Claro que esta atuação conjunta depende (...) se o terreno e o adv. são adequados para a utilização de forças conjuntas.”	A.1 A.2 A.3 A.9 A.10
			E9	“(…) Obviamente que a atuação coordenada das várias forças, por norma potencia a resolução rápida de incidentes (...) temos ainda a questão logística associada à projeção de forças a cavalo (...) existem ainda as vantagens e desvantagens individuais das três forças que podem atuar em MOP (...).”	A.8 A.13

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P3 G2.P2 G3.P3 G4.P1	“ Que vantagem/vantagens considera existir na atuação conjunta das três forças de ordem pública? E parece-lhe existirem desvantagens no âmbito desta atuação conjunta?”	A	E10	“ Uma atuação conjunta tem muitas vantagens porque cada uma das três valências tem potencialidades que ao serem exploradas dão à força conjunta uma capacidade de fazer face a determinados tipos de obstáculos e de adv. que uma força isoladamente não tem. As potencialidades das diferentes forças dão-nos a possibilidade de fazer um escalonamento correto do uso da força. Existem algumas desvantagens a nível logístico uma vez que as forças não se encontram todas no mesmo quartel (...). Devemos também ter em conta que a capacidade de atuar em conjunto ou não é o próprio terreno do local da ação que vai definir.”	A.1 A.4 A.7 A.10 A.13
			E11	“ Quanto às vantagens, parecem-me ser inúmeras (...). Não me parece existir desvantagens quanto à atuação conjunta (...) o comandante dispõe de um conjunto de valências que podem ser empregues ou não consoante uma série de fatores como é o caso do relevo, adv., tempo, etc. Uma força desta natureza deve ter capacidade de se adaptar e extrema flexibilidade, logo os meios não necessitam de ser empregues em todas as situações, mas sim estarem disponíveis para caso o comandante entenda, os poder empenhar.”	A.1 A.5 A.9 A.10
			E12	“(…) as forças complementam-se e as vantagens são muitas (...). Não considero existirem desvantagens. Só considero que existem desvantagens se efetivamente não houver treino e não houver uma verificação e uma constante atualização daquilo que é fundamental mudar.”	A.1 A.7 A.9 A.12
			E13	“As vantagens são inúmeras, a atuação conjunta baseia-se na existência de três valências diferentes, sendo que cada uma delas possui as suas próprias vulnerabilidades e quando as forças atuam conjuntamente as potencialidades de cada uma delas superam as vulnerabilidades das outras. (...) Não considero existirem desvantagens.”	A.1 A.7 A.9

Apêndice H

Análise quantitativa dos resultados da Questão B

O quadro seguinte apresenta a codificação da Questão B, comum a todos os guiões das entrevistas, bem como a sinopse das respostas de cada entrevistado a essa questão. Relativamente a cada resposta são apresentados os segmentos identificados.

Quadro n.º 16 - Análise da Questão B e análise das suas respostas

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P4 G2.P3 G3.P4 G4.P2	“Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação /formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública?”	B	E1	“Em primeiro lugar, cada força, seja infantaria, cavalaria ou cinotecnia, tem de fazer os seus treinos regularmente (...). A nível das três valências tem de haver no mínimo, um treino mensal. (...) Temos de considerar que o treino efetuado para uma demonstração não é exatamente o mesmo do que treinar para uma operação. Nos treinos efetuados para uma operação são criados vários cenários, o mais aproximado possível da realidade (...)”.	B.4 B.5
			E2	“Não conheço o atual sistema de realização de treinos conjuntos (...). O sistema implementado na altura era correto pois com os treinos mensais que realizávamos conseguíamos coordenar os procedimentos.”	B.4
			E3	“É fundamental ou mesmo determinante que existam treinos conjuntos para potenciar o sucesso numa determinada operação de MROP. (...) considero que, a montante, o trabalho de preparação não deve ser descurado, nomeadamente, ao nível dos conceitos táticos e na sua operacionalização.”	B.1
			E4	“Neste momento não estou por dentro do sistema de treinos implementado, mas na minha opinião cada força deverá fazer a sua preparação para os seus elementos porque há matérias específicas de treino que a cada uma só diz respeito. (...) deve ser realizado, pelo menos uma/duas vezes por mês, um treino conjunto para organização/definição de posições e conhecimento do desempenho de cada força. Os treinos deverão ser agendados conforme as necessidades detetadas (...)”.	B.4

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P4 G2.P3 G3.P4 G4.P2	“Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação /formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública?”	B	E5	“Não considero que o sistema de treinos conjuntos seja adequado nem desadequado, é o possível neste momento. Este sistema só poderia ser modificado se as forças estivessem colocadas no mesmo quartel e tivéssemos espaço adequado para o treino (...). Neste momento, nem estamos a cumprir o que está estabelecido pois devido ao número de demonstrações e ao empenhamento das forças, acabamos por não ter capacidade para disponibilizar forças para treino com frequência (...).”	B.3 B.7
			E6	“A minha resposta é reportada até ao ano de 2012 (...). Na minha opinião os treinos são muito limitados, apesar de haver projetos para a criação de um modelo de planeamento/mapa/calendário para que os treinos se realizem com maior frequência, os treinos ficam muito afastados daquilo que seria o desejável. Este aspeto não proporciona a que haja uma simbiose entre as três valências (...).”	B.2 B.4 B.6
			E7	“Neste momento não estou a par do sistema de treinos que existe, mas na altura, ou seja, no ano de 2004 e anteriormente, havia uma preocupação por parte da GNR na realização de treinos muito aproximados do real, com as diferentes forças no terreno. No entanto, após o EURO 2004, (...) deixou de se dar valor aos treinos. (...) os treinos deixaram de se realizar de uma forma regular. (...) No entanto, se os treinos forem regulares, acho que é suficiente.”	B.4 B.5
			E8	“Daquilo que eu tenho conhecimento, considero que é pouco pois, normalmente os treinos são sempre realizados nos mesmos locais e com o mesmo tipo de situações criadas.”	B.2 B.5
			E9	“Manifestamente, é insuficiente o número de treinos conjuntos que se efetuam atualmente, numa perspetiva de ter as forças prontas para uma eventual necessidade de atuação conjunta.”	B.2 B.4
			E10	“Não, deveriam existir mais treinos de forma a permitir o entrosamento das forças, para que todas as forças treinassem em conjunto e cada uma soubesse efetivamente aquilo que deve fazer.”	B.2 B.4 B.6
			E11	“Não. As três especialidades empenhadas neste tipo de missões possuem modelos de formação distintos, não existe doutrina em comum (...) muitas das vezes existe desconhecimento quanto às potencialidades/vulnerabilidades das diferentes especialidades, o que não permite rentabilizar o seu emprego.”	B.2 B.6

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P4 G2.P3 G3.P4 G4.P2	“Considera que o atual sistema implementado, da realização de treinos conjuntos, é suficiente enquanto preparação /formação para a atuação conjunta das três vertentes de ordem pública?”	B	E12	“O treino conjunto é fundamental, no entanto, na minha opinião, este só é suficiente se conseguirmos efetuar o ciclo de ações que considero fundamentais para a execução de uma tarefa, neste caso, o planeamento do exercício, a execução do exercício, a verificação daquilo que correu bem e do que correu mal e a correção dos erros. Como tal, e uma vez que este ciclo não é cumprido, considero que os treinos realizados são insuficientes e que se deveria apostar numa melhoria contínua. Os treinos realizados não são efetuados com muita regularidade, deveriam haver mais treinos que permitissem uma conjugação efetiva dos esforços (...).”	B.1 B.2 B.4 B.6
			E13	“Não, considero que são insuficientes. Os treinos não se têm realizado com a mesma frequência que se realizavam anteriormente. (...) Quando se prevê a ocorrência de um empenhamento conjunto, voltam a realizar-se treinos mas o que deveria acontecer era a realização quinzenal de treinos conjuntos, independentemente do empenhamento e da previsão da ocorrência de exercícios.”	B.2 B.4

Apêndice I

Análise quantitativa dos resultados da Questão C

O quadro seguinte apresenta a codificação da Questão C, comum a todos os guiões das entrevistas, bem como a sinopse das respostas de cada entrevistado a essa questão. Relativamente a cada resposta são apresentados os segmentos identificados.

Quadro n.º 17 - Codificação da Questão C e análise das suas respostas

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P5 G2.P4 G3.P5 G4.P3	“Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?”	C	E1	“As vantagens seriam, logo à partida, a perceção por parte dos elementos das três valências de que iriam atuar em conjunto. Consequentemente, estes elementos ficariam a conhecer, logo na fase inicial, quais as potencialidades e vulnerabilidades de cada uma das forças, para se tivessem de atuar, futuramente, numa operação a articulação e a comunicação entre as forças ser mais fácil. (...) sendo que as forças se complementam e tornam a atuação da Guarda mais forte e mais dissuasora. Se este aspeto fosse incutido logo nos cursos, facilitaria o processo dos treinos conjuntos. Não considero existirem desvantagens.”	C.2 C.3 C.4 C.6
			E2	“As principais vantagens seriam a doutrina ser idêntica e com isso haveria uma maior coordenação entre as forças. O comandante saberia quais as potencialidades de cada uma das forças e consequentemente, onde poderia tirar mais proveito das mesmas. Não considero existirem desvantagens.”	C.1 C.2 C.4 C.6
			E3	“As especificidades de cada força teriam de ser mantidas. No entanto, um sistema de formação conjunto traria o conhecimento aprofundado das potencialidades e vulnerabilidades de cada força. Desta forma tornava-se fundamental ter um conhecimento de cada uma das valências vocacionadas para as operações MROP de modo a criar interoperabilidade entre as forças. Não considero existirem desvantagens.”	C.2 C.3 C.6 C.8

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Síntese das respostas	Segmentos
G1.P5 G2.P4 G3.P5 G4.P3	“Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?”	C	E4	“Uma das vantagens seria na parte inicial da formação a otimização/concentração de meios postos à disposição da formação, quer de meios materiais, quer de meios humanos para dar a formação, isto porque há matérias que são comuns a todas as forças. Sendo a matéria ministrada pelos mesmos formadores permitiria a criação de uma doutrina comum. Com o avançar da formação as matérias devem ser divididas porque há formação específica para cada força. Uma das desvantagens é concentrar/alocar todos os elementos no mesmo local, visto que ainda não temos instalações preparadas para alojar as três forças, designadamente de infantaria, cavalaria e cinotecnia, o que implica a deslocação de algumas destas forças para o local de formação.”	C.1 C.5 C.7 C.8
			E5	“O sistema de formação conjunto já existe, uma vez que qualquer um dos cursos tem exercícios conjuntos. Realizar cursos completamente conjuntos não traz qualquer vantagem, porque, por exemplo, o curso do GIOP tem a duração de sete semanas e apenas três estão dedicadas às matérias de manutenção da ordem pública, portanto, todas as outras semanas estão relacionadas com missões específicas que a força desempenha.”	C.8
			E6	“Existem muitas vantagens, sobretudo ao nível da coordenação e do comando e controlo da força (...). Outra das vantagens seria a nível dos dispositivos, isto porque, por exemplo, muitas vezes os elementos de infantaria não estão à vontade com os cães e cavalos, o que leva a que eles se dispersem da situação e concentrem na ameaça dos cães e dos cavalos. Assim, uma formação conjunta dirimia estes problemas criando uma maior ligação entre as forças. (...) Em suma teria de ser criada doutrina comum e conjunta para que o sistema de atuação conjunto das três forças funcionasse (...). Desta forma, permitiria também que cada uma das forças conhecesse as diversas formas de atuação das restantes. Não considero que existam desvantagens.”	C.1 C.2 C.3 C.4 C.6
			E7	“Na minha opinião seriam muitas as vantagens que poderiam existir, nomeadamente a existência de uma coordenação efetiva entre as forças e, no planeamento das operações, o comandante da força ter presente que tem três tipos de forças diferentes para comandar e para coordenar, cada uma com as suas potencialidades e vulnerabilidades. O modelo que existe na Guarda, da atuação conjunta das três forças, além de ser operacionalizado passaria também a ser legalizado, pois não existe doutrina no âmbito deste tipo de atuação. Não considero existirem desvantagens.”	C.1 C.2 C.4 C.6

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Síntese das respostas	Segmentos
G1.P5 G2.P4 G3.P5 G4.P3	“Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?”	C	E8	“As principais vantagens seriam, numa primeira fase, existir uma base doutrinária para a atuação conjunta das três forças, ou seja, existir determinada matéria que deve ser comum a todas as forças que cumprem este tipo de missões de MROP, tais como os princípios de atuação e o uso da força. Poderia também ter inúmeras vantagens ao nível da coordenação das três forças e, consequentemente, da rentabilização e exploração dos meios da melhor forma possível. A única situação em que pode haver desvantagens é quando o local da ação não for o adequado para a utilização das três forças conjuntamente (...).”	C.1 C.4 C.6
			E9	“Depende do modelo em concreto, porque atualmente com a estrutura curricular que o CMOP apresenta, versa mais áreas de atuação para além das técnicas de manutenção e restabelecimento de ordem pública, decorrente das várias missões que estão atribuídas ao GIOP e nas quais não se enquadram forças MOP de cavalaria e cinotecnica. A optar por um modelo, com partes comuns aos três cursos, e partes específicas, possibilitaria de uma vez por todas assumir uma única doutrina de empenho de forças mistas/conjuntas/combinações e num plano logístico financeiro rentabilizar os recursos disponíveis, para esse modelo, em detrimento do quadro atual em que cada curso tem a sua própria cabimentação. Não considero que existam desvantagens.”	C.1 C.5 C.6 C.8
			E10	“Na minha opinião seria a ligação entre as forças que melhoraria em muito os aspetos táticos da atuação conjunta da força e traria melhores resultados com mais celeridade. Não considero existirem desvantagens.”	C.3 C.4 C.6
			E11	“Seria importante, na minha ótica, para a criação e definição de conhecimentos/procedimentos em comum, o que iria permitir diminuir as falhas ao nível do comando, controlo e comunicações. Neste sentido, seria favorável a constituição de grupos de trabalho e de observação com representantes das três valências para a discussão de ideias, criação de doutrina e sobretudo para retirar e aproveitar as conclusões desses mesmos treinos/exercícios (...). As desvantagens que poderiam ser referidas, apenas se justificariam se essa mesma formação comum for total, e que passaria pela falta de oportunidade de se trabalhar as suas áreas específicas (...).”	C.1 C.4 C.6 C.8

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P5 G2.P4 G3.P5 G4.P3	“Se fosse implementado um sistema de formação conjunto das três vertentes que intervêm na manutenção e restabelecimento da ordem pública, quais seriam, na sua opinião, as principais vantagens? E quais seriam as desvantagens?”	C	E12	“A principal vantagem seria a interoperabilidade entre as forças, dessa forma conseguiríamos obter uma doutrina comum que permitiria que todas as forças adotassem os mesmos conceitos. As forças saberiam as ações que deveriam desempenhar bem como as ações desempenhadas pelas restantes forças. Não considero existirem desvantagens.”	C.1 C.2 C.3 C.6
			E13	“A primeira vantagem que pode ser enumerada é a uniformização da doutrina, todas as forças utilizavam a mesma linguagem e os mesmos conceitos, o que melhoraria em muito a atuação conjunta das forças. Outra vantagem, também bastante considerável, seria a ligação entre as pessoas das diferentes forças, o que neste momento não se verifica. (...) iriam ter um conhecimento mais próximo e mais detalhado de cada uma das restantes forças. Não considero existirem desvantagens, no entanto, as partes específicas de cada uma das forças teriam de ser salvaguardadas.”	C.1 C.2 C.3 C.4 C.6 C.8

Apêndice J

Análise quantitativa dos resultados da Questão D

O quadro seguinte apresenta a codificação da Questão D, comum a todos os guiões das entrevistas, bem como a sinopse das respostas de cada entrevistado a essa questão. Relativamente a cada resposta são apresentados os segmentos identificados.

Quadro n.º 18 - Codificação da Questão D e análise das suas respostas

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P6 G2.P5 G3.P6 G4.P4	“Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionaliza-lo?”	D	E1	“O que seria necessário fazer, era coordenar as datas dos três cursos ministrados às forças MROP, para posteriormente fazer coincidir os dias ou as semanas que se entendessem como necessárias para realizar os exercícios conjuntos entre as diferentes valências. Essa coordenação seria da responsabilidade das respetivas unidades e do CDF. Os cursos continuariam a ter as partes específicas de cada valência mas, na fase final, teriam também exercícios direcionados para a atuação conjunta das três forças (...).”	D.2
			E2	“Para mim teria de ser através de um sistema modelar, ou seja, haver no início um módulo comum (doutrina comum), depois um módulo específico para cada uma das valências, para que cada uma ficasse a conhecer a sua própria doutrina específica, e por fim um exercício ou estágio final comum, de índole mais prático. Isto envolveria o CDF e a EG, bem como as unidades nas suas partes específicas.”	D.3
			E3	“Existem matérias muito importantes que devem ser incluídas nos currículos dos cursos específicos de cada força, nomeadamente os modos de atuação de cada uma das forças e as suas capacidades e vulnerabilidades. A atuação conjunta também deve ser abordada de forma sistemática. Deste modo os cursos específicos RMOP devem ser projetados de forma conjunta, com <i>inputs</i> de especialistas das várias valências, tornando os seus currículos o mais abrangentes possível e com a inclusão de exercícios conjuntos.”	D.1

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P6 G2.P5 G3.P6 G4.P4	“Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionaliza-lo?”	D	E4	“Para implementar o modelo de formação integrado, no meu entender passa por concentrar todos os formandos. (...) uma equipa com vários formadores a ministrar cada um a sua matéria por área. Antes, durante e após o curso, os formadores devem reunir-se e fazer uma análise da formação a ministrar de modo a poderem ajustar/limar detalhes.”	D.1
			E5	“Se os cursos tivessem de ser unidos, ou seja, se o curso do GIOP tivesse uma parte comum com o CRMOP e o curso da cinotecnia, bastaria uma semana para ministrar a formação comum às três forças. No entanto, numa primeira fase, deve haver uma formação específica de cada uma das forças para depois poder existir uma formação conjunta entre as forças. Só após cada uma das forças estar bem preparada e coordenada é que, todas elas estão aptas a realizar exercícios conjuntos, sem este tipo de procedimento não existe rendimento na existência de uma formação conjunta. (...) Portanto, existe uma necessidade de consolidação de cada uma das componentes individualmente para posteriormente podermos realizar os treinos conjuntos e para isso, uma semana ou até menos do que uma semana, é considerado suficiente (...)”	D.2
			E6	“O primeiro passo para que a formação conjunta fosse possível seria a criação de um manual único de ordem pública e não um manual específico de cada valência, este manual incluiria os dispositivos e formas de trabalhar de cada força. (...) A criação dessa formação conjunta permitiria a criação de uma doutrina única. A criação de um centro de formação permitiria agilizar a formação conjunta, para que se torne com caráter regular e com uma periodicidade maior, a formação e os treinos conjuntos. Só existem vantagens em criar esta formação conjunta para que haja uma maior interação e as coisas funcionem. A nível prático tudo se resume com a criação do manual de ordem pública e ter as forças aquarteladas no mesmo local.”	D.4
			E7	“No meu entender, teria de haver um período de formação específica para cada uma das forças e posteriormente existir um período para operações conjuntas, ou seja, trabalhar as táticas e as técnicas conjuntas num período posterior às áreas específicas de cada uma das componentes.”	D.2
			E8	“Deve haver uma base de sustentação igual para todas as forças, para que todas possam ter o mesmo vocabulário. Depois desta formação base, devem ocorrer as respetivas ramificações específicas de cada força, para que, numa fase final dos cursos, estas saibam como atuar em conjunto e possam realizar exercícios comuns.”	D.3

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P6 G2.P5 G3.P6 G4.P4	“Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionaliza-lo?”	D	E9	“Uma solução seria procurar partes em comum, necessárias às três valências para atuação em distúrbios civis e procurar conjugar os três cursos, por forma a receberem a mesma formação, sendo para isso necessário reestruturar profundamente todos os cursos, quer em termos de estrutura curricular, quer na duração dos mesmos (...).”	D.1
			E10	“Isso teria de ser um assunto muito bem estudado pois cada uma das forças tem áreas de atuação muito específicas. Portanto, na minha opinião, esse sistema teria de ser uma formação específica de cada uma das vertentes, e depois destas estarem habilitadas com essa formação, existir uma formação comum às três forças que desempenham missões de MROP, ou seja, deveriam existir dois módulos diferentes de formação, o módulo específico para cada uma das valências, e o segundo comum às três forças.”	D.2
			E11	“Parece-me ser relativamente fácil a implementação de um modelo de formação conjunta, para tal seria importante a existência de três cursos de ordem pública com a mesma duração (um para cada valência e com a duração de sete semanas) e que estes se iniciassem nas mesmas datas. Depois os cursos deveriam ter uma parte em comum de preferência no seu início, com tempos letivos referentes ao que será importante em todos os militares com capacidade e responsabilidades em situações de ordem pública. Nesta fase existiria inclusivamente uma rentabilidade ao nível dos custos (...). Numa segunda fase, as diferentes valências divergiam de forma a poder trabalhar e ministrar as matérias das suas áreas específicas. Numa terceira e última fase, as valências voltariam a convergir para uma modalidade de formação comum, que assentaria sobretudo na realização de “exercícios reais”, onde se poderia avaliar a operabilidade dos meios, permitir aos militares recém-formados tomar contato com o que poderá acontecer, exigir aos futuros comandantes que planeiem, organizem e comandem as forças desta natureza com as diferentes valências e sobretudo a observação por parte de instrutores e de um grupo de observadores, se existir, que levaria à identificação de problemas, elaboração de novas propostas, etc, com vista a uma constante evolução e reforma da doutrina e formação.”	D.3

Guião/N.º Pergunta	Pergunta	Codificação	Entrevistados	Sinopse das respostas	Segmentos
G1.P6 G2.P5 G3.P6 G4.P4	“Se futuramente a Guarda optar por um modelo de formação conjunto nos cursos de ordem pública, no seu entender como seria possível implementá-lo/operacionaliza-lo?”	D	E12	“Inicialmente, cada uma das forças deveria ter a sua formação específica, sendo que numa segunda fase se optaria por uma formação comum das três forças, com <u>exercícios finais na parte conclusiva do curso.</u> ”	D.2
			E13	“(…) A forma de operacionalizar esse modelo, uma vez que existe uma grande proximidade física entre as unidades, seria ministrar a parte comum dos cursos numa das unidades, com formadores comuns. Posteriormente, na parte específica de cada uma das forças, trabalhar essas matérias específicas nas respetivas unidades. O único problema neste modelo são as necessidades de formação de cada unidade, as realidades são diferentes, as pessoas que possuem o curso de RMOP, na USHE, permanecem dois ou três anos na unidade, no máximo, e depois são transferidas e este aspeto leva a que haja constantemente necessidade de ministrar novos cursos. Consequentemente, nem todos os cursos que a USHE ministra poderiam ser conjuntos mas pelo menos um deles ser conjunto já seria muito positivo. Neste sentido, foi também feita uma proposta relativa à inamovibilidade das pessoas que tiram o CRMOP, na USHE, o que permitiria que fossem ministrados menos cursos e que esses cursos fossem conjuntos.”	D.3

Apêndice K

Codificação das respostas das entrevistas

O Quadro n.º 19 ostenta a codificação dos segmentos identificados nas respostas dadas pelos entrevistados à Questão A.

Quadro n.º 19 - Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão A

Questão A	
Segmento A.1	Existem muitas vantagens
Segmento A.2	Rentabilização de meios
Segmento A.3	Maior poder dissuasório
Segmento A.4	Uso proporcional dos meios
Segmento A.5	Maior flexibilidade na ação de comando
Segmento A.6	Permite uma melhor recolha de informações
Segmento A.7	Complementaridade dos meios
Segmento A.8	Resolução rápida de incidentes
Segmento A.9	Não considero haver desvantagens
Segmento A.10	Deve ser feita uma análise dos fatores de decisão como o adv. e o terreno
Segmento A.11	Maior dificuldade no comando e controlo
Segmento A.12	As vantagens só podem advir da falta de coordenação e treino
Segmento A.13	Questão logística associada à projeção de forças

O Quadro n.º 20 ilustra a codificação dos segmentos identificados nas respostas dadas pelos entrevistados à Questão B.

Quadro n.º 20 - Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão B

Questão B	
Segmento B.1	A realização de treinos conjuntos é fundamental
Segmento B.2	Os treinos conjuntos realizados atualmente são insuficientes/limitados
Segmento B.3	O sistema de treinos conjuntos é o possível neste momento
Segmento B.4	Os treinos conjuntos devem ser regulares
Segmento B.5	Os treinos devem ser encarados como treino real para uma operação
Segmento B.6	O sistema atual de treinos não proporciona interoperabilidade entre as forças
Segmento B.7	O sistema de treinos só poderia ser modificado se as forças estivessem no mesmo quartel

O Quadro n.º 21 apresenta a codificação dos segmentos identificados nas respostas dadas pelos entrevistados à Questão C.

Quadro n.º 21 - Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão C

Questão C	
Segmento C.1	Criação de doutrina comum relativamente ao empenho de forças mistas
Segmento C.2	Conhecimento por parte de cada uma das forças das potencialidades e vulnerabilidades das outras
Segmento C.3	Interoperabilidade entre as forças
Segmento C.4	Melhorar a coordenação e articulação das forças
Segmento C.5	Otimização/concentração de meios à disposição para a formação
Segmento C.6	Não considero existirem desvantagens
Segmento C.7	O local para ministrar a formação comum às três forças
Segmento C.8	Salvaguarda das partes específicas de cada uma das forças

O Quadro n.º 22 apresenta a codificação dos segmentos identificados nas respostas dadas pelos entrevistados à Questão D.

Quadro n.º 22 - Codificação alfanumérica dos segmentos identificados nas respostas à Questão D

Questão D	
Segmento D.1	Parte do curso com formação comum
Segmento D.2	Partes específicas de cada valência na fase inicial do curso e na fase final formação conjunta
Segmento D.3	Fase inicial comum, posteriormente as partes específicas e na fase final do curso, novamente uma parte comum
Segmento D.4	Criação de um manual conjunto de ordem pública

Anexos

Anexo A

Modelo de uso da força

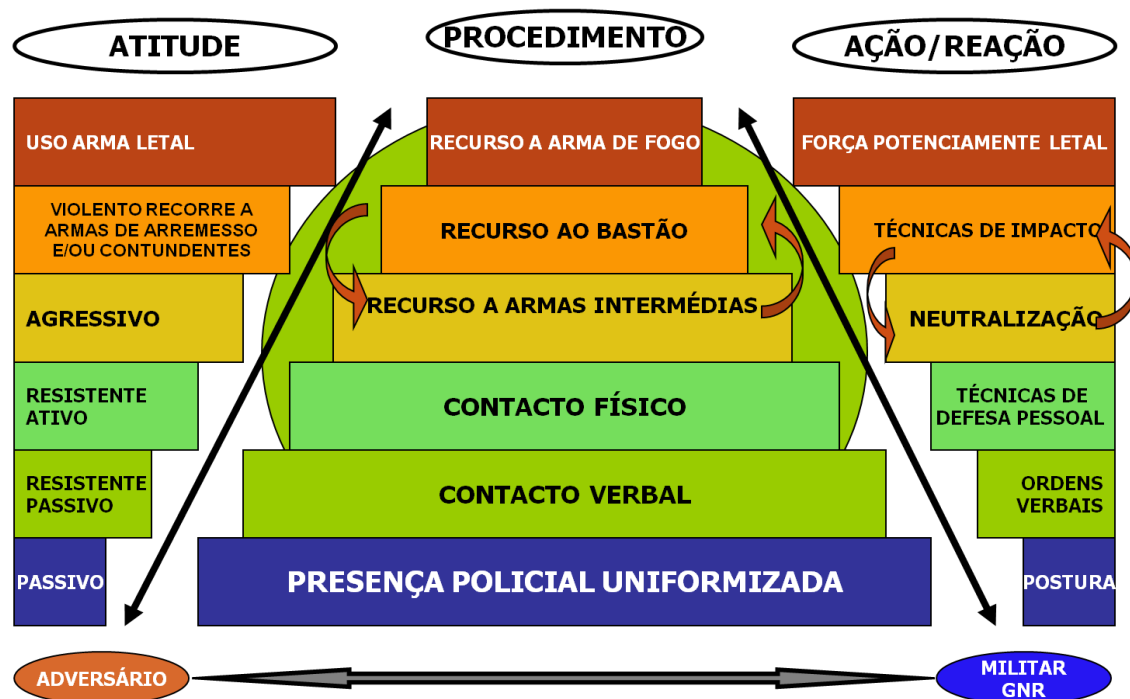


Figura n.º 5- Modelo de uso da força

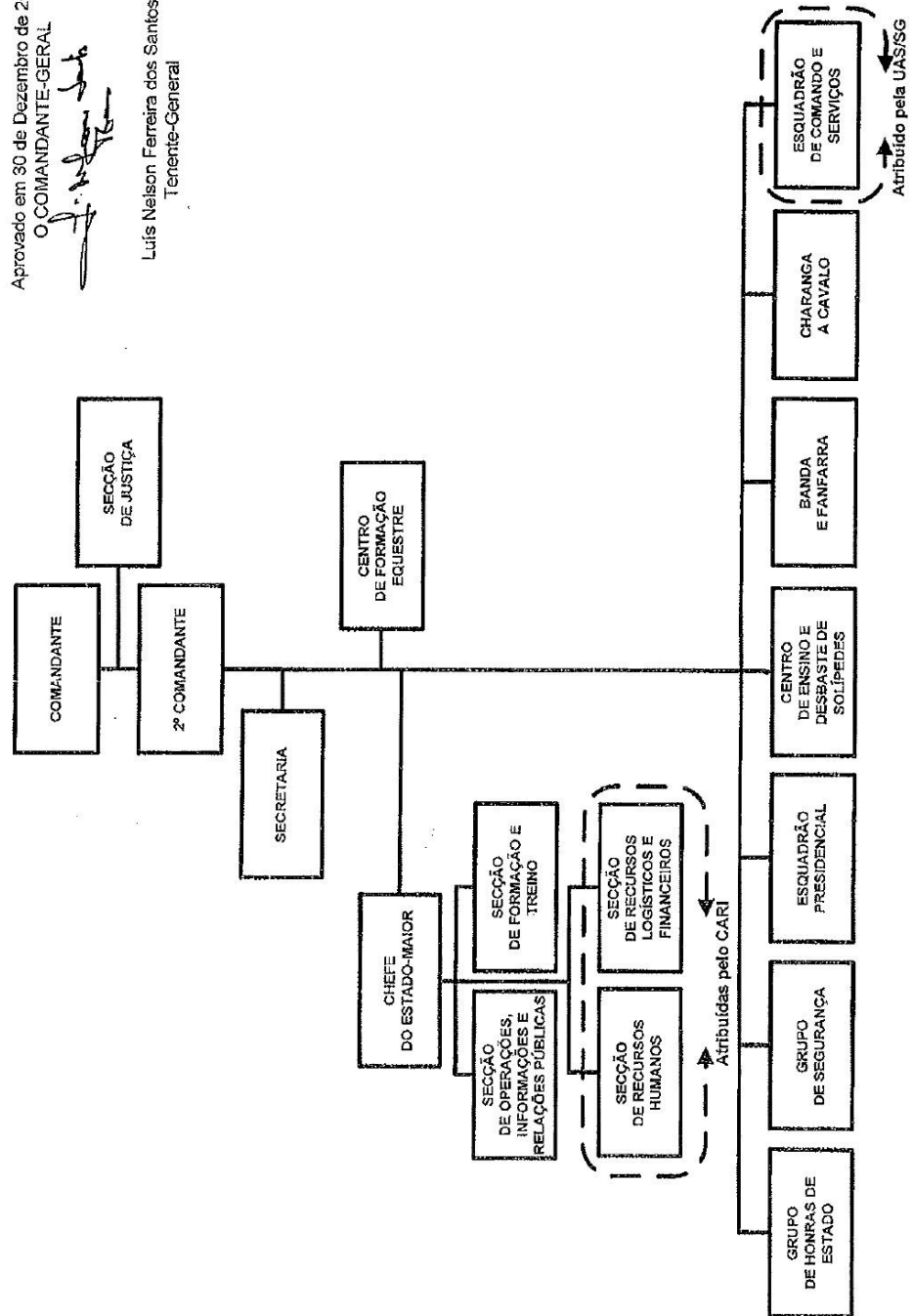
Fonte: GNR (2009)

ANEXO A (ao Despacho GCG N.º 009-OG) – Estrutura da Unidade de Segurança e Honras de Estado

Aprovado em 30 de Dezembro de 2009
O COMANDANTE-GERAL

[Assinatura]

Luís Nelson Ferreira dos Santos
Tenente-General



Anexo D

Relatório sobre a operação efetuada no IC 2- Rio Maior- em 24NOV98

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

REGIMENTO DE INFANTARIA

BATALHÃO OPERACIONAL

5ª COMPANHIA

ASSUNTO: RELATÓRIO SOBRE A OPERAÇÃO EFECTUADA NO IC 2 - RIO MAIOR - EM 24NOV98

1. FORÇA EMPENHADA NO CONFRONTO

- 1 Companhia a 2 Pelotões do BOp
- 2 Esquadras do 3º Esquadrão do RC
- 6 Binómios da EPG
- 1 Equipa de desempanagem do BOp
- 1 Equipa de fotocine do BOp
- 1 Enfermeiro do BOp
- 1 VCA
- 1 VPG

2. SITUAÇÃO / MISSÃO

Cerca das 20H20 os manifestantes cortaram o IC 2.

Estando com a Força, acima mencionada, em Reserva, a cerca de 300 metros do local do corte do IC 2, o Sr. Comandante da BTer 2 ordenou-me que preparasse a Força para intervir, à ordem.

Cerca das 20H30 o Sr. Cmdt da BTer 2 ordenou-me que avançasse com a Força e desobstruísse o IC 2, de forma a garantir a livre circulação rodoviária no mesmo.

3. DESENVOLVIMENTO DA ACÇÃO

A Força avançou pelo IC 2 em direcção aos manifestantes, escalonada da seguinte forma:

- Em 1º escalão, os 2 Pel e a Eq de fotocine;
- Em 2º escalão, os 6 Binómios e a VCA;
- Em 3º escalão, as 2 Esquadras e o Enfermeiro na viatura PC;
- Em reserva, a Eq de desempanagem e a VPG.

A Força, com o 1º escalão em linha dobrada, parou a cerca de 50 metros dos manifestantes. De imediato, chamei a atenção dos mesmos para a nossa Força, através de dois toques de sirene, e fiz o **AVISO** : Cidadãos ordeiros dispersem, vai ser feito o uso da força, a desobediência constitui crime punido pelo Artº 304 do CP. Têm dois minutos para saírem da estrada para permitirem a livre circulação rodoviária. Dois minutos para dispersar . Eram 20H35.

Às 20H37, em virtude dos manifestantes não terem obedecido à ordem que lhes foi dada, ordenei que a VCA se integrasse na linha da Comp. De seguida, ordenei que fosse lançada água sobre os manifestantes, segundo a técnica " Chuva de água ".

De imediato, em resposta aos primeiros jactos de água, recebemos uma "chuva" de pedras vinda de três direcções (esquerda, direita e frente) . E, como as pedradas não paravam, ordenei que se fizesse uma carga. Este movimento foi contrariado por uma "chuva" de pedras mais intensa. Perante tanta pedrada a Força reagrupou-se junto à VCA.

Ordenei à Força que não recuasse, que continuasse a avançar e a lançar água. Deslocando-me do flanco esquerdo para o direito, ordenei ao 2º Pel que efectuasse uma carga sobre o seu flanco, de forma a dispersar o adversário (Adv) e a limpar aquele sector. Esta acção foi coroada de êxito.

Ordenei, então, que o 2º Pel se juntasse ao 1º Pel e formassem uma linha de Comp no IC 2. Entretanto, ordenei aos 6 Binómios que fizessem um "tampão" no sector já limpo.

Enquanto os 2 Pel avançavam para a frente apoiados pelos jactos de água da VCA, ordenei ao Comandante das 2 Esquadras que formasse uma linha voltada para o flanco esquerdo para efectuar uma carga com o 1º Pel. Entretanto, desloquei-me para a frente da Comp e ordenei ao 1º Pel que se colocasse ao lado (à direita) das 2 Esquadras e ao 2º Pel que ocupasse o IC 2, de berma a berma, e não permitisse que o Adv voltasse a concentrar-se no IC 2.

Assim que a linha formada pelas 2 Esquadras e o 1º Pel estava pronta, ordenei à carga sobre o flanco esquerdo (local da manifestação). Após ter feito alto à carga, desloquei-me à retaguarda e ordenei que o 2º Pel se colocasse ao lado (à esquerda) das 2 Esquadras e que 3 Binómios fizessem um "tampão" no IC 2.

De regresso à frente do Subagrupamento, e embora continuassem a "chover" pedras e outros objectos, ordenei: Ninguém dá mais bastonadas. Vamos fazer uma vaga.

Avançámos alguns metros para consolidar a nossa posição e fizemos alto. Ao ser-me comunicado que havia um Adv ferido, ordenei que o Enfermeiro e a viatura PC chegassem à frente para lhe prestarem assistência. Parou a "chuva" de pedras.

Após o ferido ter sido evacuado, chamei os organizadores da manifestação para falar com eles. Os mesmos deslocaram-se junto a mim e, depois de me ouvirem, comprometeram-se a não provocar mais nenhum distúrbio e a continuarem a manifestação dentro da legalidade.

Aguardei que os organizadores falassem aos manifestantes para, só depois, recuar com a Força para junto da berma da estrada.

O distúrbio estava controlado.

4. DANOS FÍSICOS

Dos 54 militares do BOp envolvidos no confronto cerca de 50% ficaram feridos (traumatismos e contusões nos ombros, braços, zona pélvica e coxas).

Dos 12 (22,2%) que receberam assistência médica em estabelecimentos hospitalares:

- 4 (33,3%) sofreram contusões nos ombros;
- 4 sofreram contusões nas coxas;
- 1 (8,33%) sofreu contusões num ombro e coxa;
- 1 sofreu traumatismo maxilo-facial com ferida incisa;
- 1 sofreu traumatismo com derrame num olho;
- 1 sofreu fractura do dedo mínimo de uma mão.

5. DANOS MATERIAIS

Durante o confronto danificaram-se os seguintes materiais:

- Farol de busca Dragon 250W E 180.000CP;
- Câmara de filmar Panasonic MS 70 VHS-C;
- Foco Unomat DC 70S;
- Máquina fotográfica Pentax MG;
- Flash Unomat P360 TCT;
- Objectiva Carl Zeiss Jena F= 35/70mm Macro;
- VCA (chapa amolgada, espelhos retrovisores laterais partidos, e chapa de matrícula partida);
- 1 Máscara anti-gás;
- 1 Bolsa para máscara anti-gás;
- 6 Escudos de Protecção;
- 4 Capacetes.

Durante o confronto perdeu-se 1 (uma) bateria Unomat do Foco.

6. CAVALARIA

As 2 Esquadras deram uma preciosa ajuda para controlar o flanco esquerdo da área do distúrbio.

7. BINÓMIOS

Os 6 Binómios não puderam ser melhor empregues por não terem qualquer equipamento de protecção. Contudo, foram importantes para consolidar os sectores já limpos.

8. CONCLUSÕES / PROPOSTAS

O Adv era muito numeroso (várias centenas de pessoas) e estava motivado. Mostrou-se "agarrado" ao terreno e desejoso de provocar o confronto. Daí, ter desobedecido propositadamente às duas ordens de dispersão que lhe foram dadas. A primeira, pelo Capitão Pereira, da Bter 2, e a segunda por mim.

Perante tal Adv, o emprego do 1º meio considerado violento (dissuasão psicológica) não trouxe resultado positivo. Mal passámos ao 2º meio (utilização da água), fomos apanhados de surpresa pela reacção do Adv : **MUITO VIOLENTA**. Debaixo de uma "chuva" de centenas de pedras, que punha em causa a nossa integridade física, passámos, imediatamente, ao 5º meio (carga com bastão). Tal acção só teve resultado positivo ao fim de alguns minutos de confronto debaixo de uma "chuva" de milhares de pedras.

Apesar da violência do Adv conseguimos controlar o distúrbio sem causar danos físicos e materiais ao mesmo, mantendo presente a "aplicação da mínima força". Os únicos (dois) feridos observados por mim foram vítimas do próprio Adv.

A acção da Cavalaria e dos Binómios foi positiva.

Nesta operação ficou evidente que o nosso material de ordem pública não oferece a protecção necessária em distúrbios civis semelhantes a este.

Proponho que sejam adquiridos mais e melhores equipamentos de protecção, tendo em vista a salvaguarda da integridade física dos nossos militares e, ainda, melhorar o nível das nossas actuações.

Proponho que sejam feitos treinos com a Cavalaria e os Binómios, em virtude de poderem ser uma mais valia. Contudo, torna-se necessário e urgente equipar os binómios com material de ordem pública.

Os níveis elevados de violência mostrados pelos Adv no estrangeiro estão a chegar a Portugal. Temos de nos preparar para tal facto.

Quartel em Santa Bárbara, 03 de Dezembro de 1998

O COMANDANTE DA 5ª COMPANHIA

JOÃO CARLOS MEIRIM BENTO

CAP INF

Anexo E

Excerto da diretiva operacional relativa ao Plano de Segurança da GNR para a UEFA EURO 2004

G. N. R.
REGIMENTO DE INFANTARIA
SECÇÃO OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
Entrada n.º 938
Processo n.º 3.902
Em 18 MAR 2004 de 19...

DIRETIVA OPERACIONAL N.º 04/04
(PREPARAÇÃO DA BTER5 PARA A SEGURANÇA DO EURO 2004)

Referências:
UEFA EURO 2004™ - Plano de Segurança da GNR, de 30JAN04

Composição e articulação de forças:

GTer Viseu	GTer Aveiro	GTer Coimbra	CCS
DTer Viseu	DTer Aveiro	DTer Coimbra	1 Comp MOP
DTer S C Dão	DTer Anadia	DTer Lousã	1º Pel MOP/B5
DTer Lamego	DTer Águeda	DTer Cantanhede	2º Pel MOP/B5
DTer M. Beira	Pel Inf	SecCino Coimbra	3º Pel MOP/GCBranco
DTer Mangualde	SecCino Aveiro	EIEEI Coimbra	1 Pel Cav MOP/B5
SecCino Viseu	FIR	FIR	1 Pel Inf
EIEEI Viseu			1 Pel Ciclo
Pel Inf			1 Pel Cav
			Equipa Sanitária
			Equipa Manutenção
			Equipa Reboque
 GTer Guarda	 GTer C Branco	 GTer S J Madeira	 1 Pel SIC/B5
DTer Guarda	DTer C Branco	DTer S J Madeira	
DTer Finhel	DTer Covilhã	DTer O Azemeis	Reserva
DTer Gouveia	DTer Idanha Nova	DTer Ovar	Agr Bravo
DTer V Formoso	DTer Sertã	SecCino S J Madeira	3/BOP/RI
SecCino Guarda	DTer Fundão	FIR	3/3/RC
EIEEI Guarda	SecCino C Branco		3/CCino/EPG
Pel Inf	Pel Inf		2/1/COE/BOP/RI

G. N. R.
REGIMENTO DE INFANTARIA
SECÇÃO OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES
Entrada n.º 938
Processo n.º 3.902
Em 18 MAR 2004 de 19...

DIRETIVA OPERACIONAL N.º 04/04
(PREPARAÇÃO DA BTER5 PARA A SEGURANÇA DO EURO 2004)

Referências:
UEFA EURO 2004™ - Plano de Segurança da GNR, de 30JAN04

Composição e articulação de forças:

GTer Viseu	GTer Aveiro	GTer Coimbra	CCS
DTer Viseu	DTer Aveiro	DTer Coimbra	1 Comp MOP
DTer S C Dão	DTer Anadia	DTer Lousã	1º Pel MOP/B5
DTer Lamego	DTer Águeda	DTer Cantanhede	2º Pel MOP/B5
DTer M. Beira	Pel Inf	SecCino Coimbra	3º Pel MOP/GCBranco
DTer Mangualde	SecCino Aveiro	EIEEI Coimbra	1 Pel Cav MOP/B5
SecCino Viseu	FIR	FIR	1 Pel Inf
EIEEI Viseu			1 Pel Ciclo
Pel Inf			1 Pel Cav
			Equipa Sanitária
			Equipa Manutenção
			Equipa Reboque
 GTer Guarda	 GTer C Branco	 GTer S J Madeira	 1 Pel SIC/B5
DTer Guarda	DTer C Branco	DTer S J Madeira	
DTer Finhel	DTer Covilhã	DTer O Azemeis	Reserva
DTer Gouveia	DTer Idanha Nova	DTer Ovar	Agr Bravo
DTer V Formoso	DTer Sertã	SecCino S J Madeira	3/BOP/RI
SecCino Guarda	DTer Fundão	FIR	3/3/RC
EIEEI Guarda	SecCino C Branco		3/CCino/EPG
Pel Inf	Pel Inf		2/1/COE/BOP/RI

1. SITUAÇÃO

a. Antecedentes

- (1) Entre 12 de Junho e 4 de Julho de 2004, realiza-se em Portugal a fase final do Campeonato da Europa de Futebol – UEFA EURO 2004™
- (2) A Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2002, de 24 de Julho, considera que este

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

DOP 04/04/BTer5/2

evento assume inegável interesse nacional, não só pelo aspecto desportivo mas também pela possibilidade de ampliar a imagem externa do país.

- (3) Os jogos decorrem em 10 Estádios. Na ZA da Brigada situa-se o Estádio Municipal de Aveiro, em Aveiro e na ZI o Estádio Cidade de Coimbra, em Coimbra;
- (4) A época do ano em que se realiza o evento, coincidente com o período estival, permite prever estadias dos adeptos estrangeiros, de uma forma geral, mais prolongadas, intercalando períodos de turismo pelo país com a assistência aos jogos;
- (5) Face à experiência colhida em eventos anteriores, é de prever que alguns grupos de apoiantes possam vir a adoptar condutas menos cívicas e atitudes pouco pacíficas e, até mesmo, violentas, não só no interior dos recintos desportivos mas, principalmente, nas zonas turísticas e de lazer e nos transportes públicos, normalmente associadas ao consumo de estupefacientes e de bebidas alcoólicas;
- (6) É ainda de admitir a presença de grupos organizados de adeptos violentos (“hooligans”), cujos comportamentos, dominados por uma lógica de violência gratuita, poderão vir a criar inúmeros e graves problemas de alteração da Ordem Pública, nos estádios e fora deles;
- (7) A actual conjuntura internacional e os últimos acontecimentos de violência, no âmbito do terrorismo internacional, fazer aumentar as preocupações de segurança relacionadas com o evento;
- (8) Quanto ao policiamento dos estádios, será adoptado o conceito “civilista”, no tocante à gestão dos adeptos, a partir do “perímetro de dissuasão”, inclusive, para o interior do estádio, sendo aí a responsabilidade de actuação cometida à entidade organizadora, nomeadamente através dos assistentes de recinto desportivo (ARD), desempenhando funções de segurança privada;
- (9) O responsável pela actuação das Forças de Segurança (Comandante da Operação) assume o controlo total da situação em caso de alteração da ordem pública, cabendo-lhe ainda a decisão final de evacuação do estádio, em caso de emergência;
- (10) Os elementos das Forças de Segurança, no contexto referido, posicionam-se adequadamente ao longo dos perímetros de segurança, diminuindo a visibilidade de agentes uniformizados da periferia para o interior dos estádios;
- (11) A cooperação policial internacional relacionada com o evento é coordenada pelo Centro Coordenador de Informações Policiais (CCIP), órgão cuja gestão é repartida entre a GNR e a PSP e que se constitui como ponto de contacto nacional e único no quadro do intercâmbio de informações, gerindo os fluxos de informações provenientes dos centros de informações estrangeiros, das delegações policiais que acompanham as selecções participantes, das Forças e Serviços de Segurança e dos Centros Locais de Informações Policiais (CLIP) a instalar nos

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

DOP 04/04/BTer5/3

Comandos das Forças de Segurança com responsabilidades operacionais nas áreas dos estádios.

- (12) O aumento do número de cidadãos estrangeiros, conjugado com a dispersão territorial dos 10 estádios afectos ao UEFA EURO 2004™, terá como consequência um significativo acréscimo do tráfego rodoviário, especialmente nas principais vias de circulação e nos itinerários de acesso ao TN, o que exige especial empenhamento da GNR na fiscalização e regularização da circulação rodoviária;
- (13) É previsível que o acréscimo do número de visitantes, especialmente nas zonas costeiras e de maior actividade turística, maioritariamente situada na ZA da GNR, traga associado um aumento não só de incivildades, mas também de criminalidade e de comportamentos que poderão por em causa a normalidade da vida em sociedade;
- (14) Face à mediatização do evento, é de admitir a possibilidade de ocorrência, durante a sua realização, de manifestações ou de outras formas de protesto, de génese política e/ou social;
- (15) Admite-se como muito provável a ocorrência, nos estádios, nas zonas envolventes, nos principais locais de aglomeração de adeptos, nos transportes ferroviários e nas áreas de serviço das auto-estradas, de casos pontuais de violência e mesmo de confrontos, envolvendo adeptos ou claques das 16 selecções participantes;
- (16) A segurança do evento não pode deixar de equacionar a ameaça acrescida resultante da actual conjuntura internacional, devendo ser tomadas as medidas preventivas adequadas, face à avaliação permanente da ameaça, a cargo do Serviço de Informações de Segurança (SIS);
- (17) Sendo provável a suspensão temporária da aplicação do Acordo de Schengen e da sua Convenção de Aplicação, as entidades com responsabilidades directas no controlo de fronteiras (GNR e SEF) devem planear a reposição dos controlos de pessoas nas fronteiras (terrestre, marítima e aérea) nacionais, nos moldes que vierem a ser definidos;

Situação particular

- (1) A BTer5 tem a responsabilidade do policiamento de 1 dos 10 estádios designados para a realização da fase final do UEFA EURO 2004™, situado na sua área de responsabilidade policial:
 - Estádio Municipal de Aveiro (31 196 lugares sentados), da Câmara Municipal de Aveiro.
- (2) Antes do início oficial do Euro 2004, realizam-se ainda, no Estádio Municipal de Aveiro, os seguintes eventos desportivos, cujo policiamento o escalão superior ordenou que fossem considerados como teste:
 - (a) Beira Mar – Benfica 21MAR04
 - (b) Beira Mar – Porto 18ABR04 (data a confirmar)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

DOp 04//04/BTer5/4

- (3) No Estádio Municipal de Aveiro, realizam-se dois jogos do Euro 2004:
 - (a) República Checa – Letónia 151700JUN04
 - (b) Holanda – República Checa 191945JUN04
- (4) Na área de interesse da BTer5, sob a responsabilidade da PSP, realizam-se os seguintes jogos do Euro 2004:
 - (a) Inglaterra – Suíça 171700JUN04 Estádio Municipal de Coimbra
 - (b) Suíça – França 211945JUN04 Estádio Municipal de Coimbra
- (5) Prevê-se grande afluxo de cidadãos, nacionais e estrangeiros, para acompanhar as equipas e assistir aos jogos, tanto nos estádios como em locais a isso destinados.
- (6) Prevê-se que, nos dias dos jogos, os estádios da área de responsabilidade e da área de interesse da BTer5, esgotem a respectiva lotação. Nas imediações dos estádios, o número de pessoas também deverá ser elevado.
- (7) Na área de responsabilidade da BTer5 prevê-se o funcionamento de 1 Centro de Estágio (hotel de alojamento e local de treino) - Curia/Anadia - e de 1 Hotel de transferência de equipas, à volta dos quais se prevê ocorrerem concentrações de adeptos e de profissionais dos OCS nacionais e estrangeiros.
- (8) Há probabilidade elevada de ocorrência de alterações à Ordem Pública, durante todo o evento e em especial nos dias dos jogos, em itinerários rodoviários e ferroviários mais importantes quer de entrada em Portugal quer entre pontos diversos do Território Nacional, nomeadamente entre os vários Estádios, Centros de Estágio e locais de alojamento (ou concentração) das Selecções.
- (9) Há probabilidade elevada de ocorrência de alterações da Ordem Pública na área de interesse da BTer5, sob a responsabilidade da PSP, durante todo o Euro 2004 e em especial nos dias dos jogos. A grande concentração de equipamentos de lazer e divertimento na área da PSP, em locais de origem e destino dos adeptos, antes e após os eventos poderá facilitar a ocorrência de distúrbios que excedam a capacidade de intervenção daquela polícia.
- (10) O período do evento coincide com as tradicionais festividades dos Santos Populares (S. António – 13JUN04, S. João – 24JUN04 e S. Pedro – 29JUN04) e com um período em que se realizam diversas festas e feiras em várias cidades e vilas do país, merecendo especial destaque as deslocações para a Figueira da Foz (24JUN04);
- (11) No capítulo da cooperação policial internacional e da coordenação das informações, a BTer5, nos moldes definidos superiormente, garantirá o funcionamento do CLIP de Aveiro e designará Guias Locais para, à ordem, colaborarem com os Acompanhantes Policiais nacionais (Cicerones) dos Chefes das Delegações e das equipas policiais estrangeiras

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

DOP 04/04/BTer5/5

(*spotters*), que acompanham as respectivas selecções participantes, enquanto circulem e permaneçam na ZA da Unidade.

- (12) Prevê-se que os aeroportos militares da Zona de Acção da BTer5 sejam abertos à aviação comercial, visando descongestionar os principais aeroportos nacionais, e que à sua volta, sejam implementadas zonas de espera (*buffer zones*) e promovidas iniciativas especialmente destinadas ao entretenimento (*fan coaching*) de adeptos das selecções participantes.

c. Forças Amigas

- (1) A Brigada Fiscal desenvolve a sua acção em todo o território nacional, de acordo com a sua missão específica e o conceito do escalão superior designado para a realização do evento.
- (2) A Brigada Trânsito desenvolve a sua acção em todo o território nacional, de acordo com a sua missão específica e o conceito do escalão superior:
- (a) Garante a abertura de itinerários (escoltas, acompanhamentos e desembarçamentos de trânsito) às equipas, árbitros e entidades, de acordo com as suas competências legais (Lei Orgânica da GNR e Decreto-Lei nº 2/98, de 3 Janeiro;
- (b) Assegura, nos dias de jogo, sob controlo operacional do Comandante da Operação, a regularização da circulação rodoviária nos acessos e área envolvente do estádio.
- (3) A Escola Prática da Guarda reforça a BTer 5 com militares estagiários do CFP 2003/2004, CFS e estagiários do TPO.
- (4) O escalão superior constituiu reserva de Agrupamento, com forças do Regimento de Cavalaria, Regimento de Infantaria e EPG, para intervenção, à ordem.
- (5) A Sociedade EURO 2004 desenvolve a sua acção de acordo com as leis e determinações em vigor, na modalidade de segurança empresarial (ARD – Assistente de Recinto Desportivo), garantindo a segurança imediata no Estádio Municipal de Aveiro, durante os jogos, nos termos definidos por lei.
- (6) A Polícia de Segurança Pública garante a segurança e a ordem pública na sua área de responsabilidade e cumpre as seguintes tarefas; no âmbito do EURO 2004:
- (a) Nomeia, eventualmente, oficiais de ligação, nos escalões que vierem a ser definidos;
- (b) Integra o CLIP de Aveiro, durante a realização dos jogos.
- (7) O Serviço Nacional de Protecção Civil e INEM desenvolvem a sua acção no âmbito da segurança passiva especializada através dos seus órgãos com valências de socorro, saúde, evacuação e extinção de incêndios.

2. MISSÃO

A BTer5, durante a realização da fase final do Campeonato Europeu de Futebol – UEFA EURO

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

DOp 04/04/BTer5/6

2004™, garante a segurança dos jogos e de outros eventos relacionados com a competição realizados na sua área de acção, bem como dos seus intervenientes, a manutenção e o restabelecimento da ordem pública, a integridade física das pessoas, a segurança de bens e instalações, a fiscalização e a regularização da circulação rodoviária, apoia o controlo de pessoas nas fronteiras terrestres, contribuindo para que a competição decorra num ambiente de concórdia e de bem-estar. Prepara-se para, a pedido, apoiar a PSP, em situações de alteração grave da ordem pública e, com forças de Cavalaria e Infantaria, no policiamento da área envolvente do estádio policiado por esta Força de Segurança, na área de interesse da Brigada.

Anexo F

Anexo ao regulamento do CMOP



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

COMANDO DA DOCTRINA E FORMAÇÃO

ANEXO A (Estrutura Curricular) ao Regulamento do CMOP – art.º 8º

ÁREAS	HORAS	
	OFICIAIS SARGENTOS	GUARDAS
1. FORMAÇÃO MILITAR		
Armamento e Tiro	14	14
Transmissões	04	04
SUBTOTAL (1)	18	18
2. FORMAÇÃO GERAL		
Relações com o público e com a imprensa	02	02
Noções básicas de emergência médica	18	18
Psicologia	04	04
Direito	02	02
SUBTOTAL (1)	26	26
3. FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL		
Segurança física	06	06
Operações policiais	15	15
Técnicas de manutenção e restabelecimento da ordem pública	50	50
Técnicas de utilização de viaturas no restabelecimento da ordem pública	04	04
Técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas	14	14
Técnicas de segurança a operações de fiscalização rodoviária	04	04
Técnicas de intervenção em recintos desportivos	09	09
Técnicas de segurança a operações em feiras e mercados	05	05
Abertura de itinerários	05	05
Apoio contra a criminalidade violenta	04	04
Adaptação às missões internacionais	05	05
Organização e planeamento	02	00
Bastão extensível – curso ASP	11	11
Defesa Pessoal Policial	16	16
SUBTOTAL (2)	150	148
4. APTIDÃO FÍSICA		
Treino físico	8	10
SUBTOTAL (3)	8	10
5. PROVAS E EXERCÍCIOS		
Avaliação teórica	06	06
Exercícios finais	36	36
SUBTOTAL (4)	42	42
TOTAL (1)+(2)+(3)+(4)	246	246

Anexo G

Anexo ao regulamento do CRMOP



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMANDO DA DOCTRINA E FORMAÇÃO

A N E X O A (Estrutura Curricular) ao Regulamento do Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública – Forças a cavalo, Art.º 6º

ÁREAS	HORAS	
	OFICIAIS SARGENTOS	GUARDAS
1. APRESENTAÇÃO E ENCERRAMENTO		
Apresentação e acolhimento	01	01
Encerramento do curso	01	01
SUBTOTAL (1)	02	02
2. FORMAÇÃO MILITAR		
Instrução de equitação	16 22	16 22
Transmissões	0 3 04	2 04
Armamento e Tiro	0 05	0 05
SUBTOTAL (2)	31	31
3. FORMAÇÃO GERAL		
Psicologia das multidões	02	02
Relações com o público e a imprensa	2 2 03	1 03
Primeiros socorros	2 3 04	04
SUBTOTAL (3)	09	09
4. FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL		
Distúrbios civis	0 04	0 04
Actualização legislativa	0 02	0 02
Restabelecimento e manutenção de ordem pública	40 43	40 49
Organização e Planeamento de Operações RMOP	2 06	2 00
Equipamento Individual	2 04	2 04
Treino conjunto (cavalaria/infantaria/cinotecnia)	0 03	0 03
Educação física	0 08	0 08
SUBTOTAL (4)	70	70
5. PROVAS E EXERCÍCIOS		
Prova teórica de avaliação	02	02
Exercícios finais	03	03
SUBTOTAL (5)	05	05
6. FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO		
Instrução Nocturna – Tática da Organização	6 12	6 12
SUBTOTAL (6)	12	12
A DISPOSIÇÃO DO COMANDO	03	03
SUBTOTAL (7)	03	03
TOTAL (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)	132	132